

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras — Mestrado



Dissertação de Mestrado

Entre Literatura e História: questões de representação em *Mongólia* e *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho

Jéssica Vaz de Mattos

Pelotas, 2016

Jéssica Vaz de Mattos

Entre Literatura e História: questões de representação em *Mongólia* e *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras — Literatura Comparada.

Orientador: Aulus Mandagará Martins

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M435e Mattos, Jéssica Vaz de

Entre literatura e história : questões de representação em Mongólia e O filho da mãe, de Bernardo Carvalho / Jéssica Vaz de Mattos ; Aulus Mandagará Martins, orientador. — Pelotas, 2016.

116 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Literatura e história. 2. Representação. 3. Literatura brasileira contemporânea. 4. Bernardo Carvalho. I. Martins, Aulus Mandagará, orient. II. Título.

CDD : 809

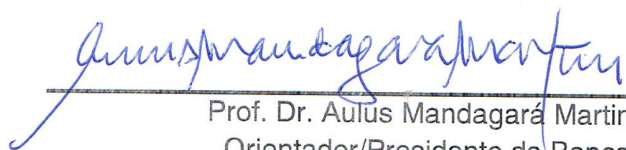
Jéssica Vaz de Mattos

**Entre Literatura e História: problemas de representação em *Mongólia* e
O filho da mãe, de Bernardo Carvalho**

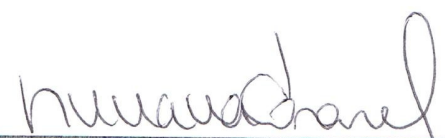
Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

29 de fevereiro de 2016

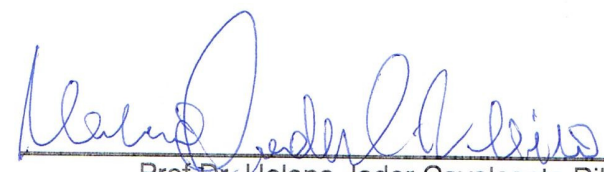
Banca examinadora:



Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins
Orientador/Presidente da Banca
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Profª Dra. Luciana Paiva Coronel
Membro da Banca
Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Helano Jader Cavalcante Ribeiro
Membro da Banca
Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina

Ao Fernando, por desempenhar ao mesmo tempo os papéis de amigo, psicólogo, confidente, incentivador e conselheiro realista. Meu companheiro, meu porto.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por proporcionar minha dedicação exclusiva enquanto aluna do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas — RS.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins, pela acolhida generosa antes mesmo de me conhecer pessoalmente, pelas excelentes aulas de literatura, pelas observações sempre oportunas e, o mais importante, pela paciência nos momentos em que precisou guiar meus passos durante o processo de escrita.

Agradeço também a muitas pessoas queridas que fizeram parte de minha formação ao longo dos dois anos de mestrado, especialmente aos professores do curso, pois me acolheram nesta universidade que era nova para mim e me ajudaram a ver o mundo de outra forma. Naturalmente, alguns tiveram participação mais direta e preciso citá-los: Daniele Gallindo, por suas indicações de textos que me tiraram tanto o chão quanto a inocência, por proporcionar novos argumentos e ajudar nas desconstruções, por suas perguntas diretas e a exigência de respostas, por suas aulas que me motivavam a seguir em frente; e Alfeu Sparemberger, por todas as aulas em que muito aprendi sobre a vida e pelas boas conversas que tinham por objetivo sempre auxiliar, nas disciplinas e na minha metodologia de pesquisa.

Agradeço ainda a todos os colegas de curso que fizeram este mesmo percurso e estiveram sempre prontos a compartilhar textos, alegrias e agruras do caminho.

Agradeço, finalmente, aos meus familiares, especialmente aos meus pais, Luiz Flávio e Vera Lúcia, por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim — desde os primeiros passos na vida até os primeiros livros do mestrado. Ao Fernando, pela compreensão, pelo amor e pela paciência que provou ter diariamente nestes últimos dois anos. Toda minha gratidão a vocês.

“A gente só enxerga o que já está preparado para ver.”

Bernardo Carvalho, *Mongólia*.

Resumo

MATTOS, Jéssica Vaz de. **Entre Literatura e História:** questões de representação em *Mongólia* e *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. 2016. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

O presente estudo tem por objetivo verificar, por meio da Literatura Comparada, de que forma se dá a relação entre Literatura e História nas obras *Mongólia* (2003) e *O filho da mãe* (2009), de Bernardo Carvalho, bem como as questões de representação que resultam dela. A relevância da pesquisa deve-se às experiências que as narrativas propiciam ao leitor brasileiro, visto que tratam de realidades geográfico-culturais que são diferentes das dele e que, de outro modo, talvez não lhe chegassem às mãos. A fundamentação teórica está baseada, principalmente, nos estudos de Luiz Costa Lima (2006), Maria Aparecida Baccega (2011), Regina Dalcastagnè (2008), Paul Ricoeur (2012) e Walter Mignolo (2001). A análise dos textos literários está baseada nos conceitos trazidos por estes teóricos, considerando-se tanto a História quanto a Literatura narrativas que apresentam características específicas em seus discursos, mas se complementam e, por vezes, se entrecruzam. O estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica nos textos literários e nos textos teóricos supracitados. Assim, em *Mongólia* problematiza-se a visão ocidental contaminada de estereótipos e preconceitos sobre o povo mongol. Em *O filho da mãe*, problematiza-se a história de amor entre dois rapazes que, por motivos diferentes, não sobrevivem ao contexto socio-cultural em que estão inseridos, na cidade de São Petersburgo em meio à guerra da Tchetchênia. Considerando-se o destaque atual dado aos temas sobre diversidade, estudar diferenças tais como as que são representadas nas duas narrativas pode proporcionar um importante material para a pesquisa acadêmica. Deste modo, entrecruzar literatura e história num texto literário com o intuito de fazer ver com outros olhos um mesmo fato possibilita uma visão de mundo mais rica ao leitor.

Palavras-chave: literatura e história; representação; literatura brasileira contemporânea; Bernardo Carvalho.

Abstract

MATTOS, Jéssica Vaz de. **Between Literature and History**: issues of representation in *Mongólia* and *O filho da mãe*, by Bernardo Carvalho. 2016. 116f. Dissertation (Master Degree em Letras) — Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This study aims to verify, through comparative literature, how the relation between Literature and History is shaped in the novels *Mongólia* (2003) and *O filho da mãe* (2009), written by Bernardo Carvalho, as well as the problems of representation that result from this relation. The relevance of the research is due to the experiences that these narratives provide to the Brazilian reader, since these texts deal with geographical and cultural realities that are different from the reader's and that, otherwise, might not arrive their hands. The theoretical assumptions are based, principally, in the researches of Luiz Costa Lima (2006), Maria Aparecida Baccega (2011), Regina Dalcastagnè (2008), Paul Ricoeur (2012) and Walter Mignolo (2001). The analyses of the literary texts are based on the concepts brought by these theorists, taking in consideration both the history and the literature – narratives that have specific features in their discourses, but that complement themselves and, sometimes, are interlaced. The study is based on a bibliographical research in the literary texts abovementioned. Thus, in *Mongólia* the western view contaminated by stereotypes and prejudices about the Mongolian people is discussed. In *O filho da mãe* is problematized the story of love between two men which, for different motives, do not survive to the socio-cultural context in which they are inserted, in the city of Saint Petersburg in middle of a war in Chechnya. Given the current emphasis on themes of diversity, study differences such as those represented in the two narratives, this study can provide an important material for academic research. Accordingly, literature and history intersect a literary text in order to view the same with other eyes enabling the reader to have a richer view of the world.

Keywords: Literature and history; representation; contemporary Brazilian literature; Bernardo Carvallho.

Resumen

MATTOS, Jéssica Vaz de. **Entre Literatura e Historia**: cuestiones de representación en *Mongólia* y *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. 2016. 116 f. Tesis (Maestría en Letras —Literatura Comparada) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

El presente estudio tiene por objetivo verificar, por medio de la Literatura Comparada, de qué forma se da la relación entre Literatura e Historia en las obras *Mongólia* (2003) y *O filho da mãe* (2009), de Bernardo Carvalho, así como las cuestiones de representación que resultan de ella. La relevancia de la investigación se debe a las experiencias que las narrativas propician al lector brasileño, ya que tratan de realidades geográfico-culturales que son diferentes de las suyas y que, de otro modo, talvez no le llegaran a las manos. La fundamentación teórica está basada, principalmente, en los estudios de Luiz Costa Lima (2006), Maria Aparecida Baccega (2011), Regina Dalcastagnè (2008), Paul Ricoeur (2012) y Walter Mignolo (2001). El análisis de los textos literarios está basado en los conceptos traídos por estos teóricos, considerándose tanto la Historia como la Literatura narrativas que presentan rasgos específicos en sus discursos, pero se complementan y, por veces, se entrecruzan. El estudio está fundamentado en una investigación bibliográfica en los textos literarios y los textos teóricos precitados. Así, en *Mongólia* se problematiza la visión occidental contaminada por estereotipos y prejuicios sobre el pueblo mongol. En *O filho da mãe*, se problematiza la historia de amor entre dos hombres que, por motivos distintos, no sobreviven al contexto socio-cultural en el que están inseridos, en la ciudad de São Petersburgo en medio a la guerra de la Tchetchénia. Considerándose el destaque actual dado a los temas sobre diversidad, estudiar diferencias tales como las que son representadas en las dos narrativas puede proporcionar un importante material para la investigación académica. De este modo, entrecruzar literatura e historia en un texto literario con el objetivo de hacer que se vea con otros ojos un mismo acontecimiento posibilita una visión de mundo más rica al lector.

Palabras clave: literatura e historia; representación; literatura brasileña contemporánea; Bernardo Carvalho.

Sumário

1 Introdução.....	11
2 Fundamentação teórica.....	17
2.1 A fronteira porosa entre História e Ficção.....	17
2.2 Sobre os problemas de representação.....	25
2.3 Narrativa histórica e narrativa ficcional: entrecruzamentos.....	30
3 Sobre direcionar o olhar para o oriental: análise de <i>Mongólia</i>.....	36
3.1 Uma breve contextualização histórica.....	36
3.2 Desajustes ocidentais: olhares de <i>Buruu nomton</i> sobre a Mongólia.....	47
4 Sobre a quimera de viver na Rússia: análise de <i>O filho da mãe</i>.....	70
4.1 Uma breve contextualização histórica.....	70
4.2 Filhos-da-mãe e um contexto opressor: quimeras na Rússia.....	84
5 Considerações finais.....	108
Referências.....	114

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada *Entre literatura e história: questões de representação em Mongólia e O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho, tem por objetivo verificar de que forma se dá a relação entre história e literatura na obra ficcional do escritor brasileiro supracitado (em seus livros de 2003 e 2009, respectivamente), e a problemática da representação que é fruto dessa relação. Estes textos foram escolhidos devido às suas temáticas que, além de proporcionar o envolvimento do público leitor por meio do desconforto que causam ao fazê-lo sair de seu lugar, fazem referências a realidades factuais, isto é, que existem no mundo exterior ao texto — a saber, no primeiro livro, os países Mongólia (bem como sua localização e relação historicamente conturbadas com a Rússia, ao norte, e a China, ao sul) e, no segundo, Rússia (abarcando também a ligação bélica conflituosa que vem mantendo com a Tchetchênia, país vizinho).

A relevância do estudo dá-se pelo fato de que os referidos textos propiciam determinadas experiências ao leitor brasileiro a respeito de realidades geográficas e culturais que não são a dele, mas que apontam para circunstâncias factuais, e que de outro modo talvez não lhe chegassem às mãos. Assim, partir destes livros, é possível ter conhecimento sobre alguns aspectos desses países, que divergem profundamente do modo ocidental de ser e de compreender o mundo. Nesse sentido, Bernardo Carvalho oportuniza o contato com aquilo que é *diferente* e com o processo histórico que está por trás de sua formação. Portanto, trazer para discussão temáticas dessa natureza revela-se importante, visto que assim pode-se ampliar seu estudo e difusão, quer seja no âmbito acadêmico, em que esta pesquisa se enquadra, quer seja nas salas de aula do país, envolvendo, por conseguinte, a sociedade em geral.

A metodologia utilizada neste estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, tanto nos textos literários *Mongólia* (2003) e *O filho da mãe* (2009), quanto em textos teóricos das áreas de Literatura e de História, com base nas obras de Paul Ricoeur (2012), Luiz Costa Lima (2006), Edward Said (2015), entre outros. Por meio do método comparatista estes textos serão relacionados, a fim de observar como se dá o entrecruzamento dos dois modos discursivos nos textos ficcionais de Carvalho e os problemas de representação que isso acarreta. Nesse sentido, vale

acrescentar que, a partir desses entrecruzamentos surge uma forma interessante de tentar compreender o mundo, pois assim é possível obter um olhar mais rico a respeito do objeto em questão. Dito em outras palavras, por meio da interdiscursividade tem-se a possibilidade de dar conta de uma obra literária com um horizonte de interpretações que se mostra mais profícuo se comparado a estudos que não se utilizam desta ferramenta metodológica.

Ao longo da pesquisa serão analisados, portanto, os dois textos literários citados anteriormente, de Bernardo Carvalho. O referido escritor brasileiro mostra-se atento a temáticas que se, num primeiro momento, causam desconforto ao leitor, logo o prendem para problematizar aspectos que afetam o âmbito social, tais como a guerra e suas consequências mais profundas nos sujeitos que convivem com ela, sejam sobreviventes ou não; o amor e a homossexualidade que, mesmo existindo desde que existe vida em sociedade, finge-se não enxergar; as diferenças étnicas conflituosas e a violência que elas acarretam nas comunidades, etc. Nesse sentido, Carvalho demonstra em suas narrativas o que mais lhe chama a atenção na convivência humana, ou seja, não aquilo que é trivial, mas o que difere, destoa do que se entende por comum e, por isso, incomoda ou desacomoda, de alguma forma, os indivíduos.

Assim, no livro *Mongólia* (2003) o autor problematiza a visão de um sujeito ocidental a respeito do povo mongol, trazendo à tona a história do referido país, cuja relação com os países com os quais faz fronteira — Rússia, ao norte; China, ao sul — é estreita e conflituosa. A narrativa é conduzida, em sua maior parte, por um narrador que, lançando mão de alguns diários de viagem entregues a ele pela personagem Ocidental (diplomata brasileiro), vai entremeando os discursos de um jovem fotógrafo brasileiro desaparecido na Mongólia e os do próprio Ocidental que, estando em serviço diplomático em Pequim, por ordens superiores é incumbido de encontrar o fotógrafo sem o apoio das autoridades mongóis. Desgostoso da missão que deveria cumprir, chega ao país contrariado. Aos poucos, vai reconstruindo o percurso feito pelo desaparecido de meses atrás, escrevendo em seu diário, durante este período, as impressões que tinha sobre aquela cultura que lhe parecia muito diferente da sua. Logo ele contata o guia turístico que prestou serviços ao fotógrafo naquela época e tem acesso aos diários e demais pertences dele. Quando o Ocidental finalmente encontra o rapaz, encerra a busca e volta com ele (apelidado

de *Buruu nomton*, o “desajustado”, pelos mongóis) para o Brasil, entrega todos os documentos e diários que havia juntado ao diplomata que lhe havia incumbido da missão — esse, não coincidentemente, é o narrador.

Cabe ressaltar que, ao longo da narrativa, nota-se a visão contaminada do Ocidental a respeito do oriente: a partir de contextualizações históricas sobre a China, país em que, primeiramente, foi designado a trabalhar, ele demonstra o quanto aquela cultura parece-lhe desprovida de qualquer profundidade, especialmente a arte chinesa. Contudo, quando fala sobre os problemas das cidades de Xangai e de Pequim, justifica o fenômeno historicamente, trazendo à tona os anos de um comunismo brutal que, a seu ver, ensinou o povo a construir coisas, mas não a refletir sobre elas. De Pequim a personagem vai a Ulaanbaatar, capital da Mongólia, e lá descobre mais informações a respeito da história do país, que sofreu dominação territorial tanto do vizinho ao norte quanto do vizinho ao sul, e que tem por característica principal o nomadismo — em todo o percurso feito pela personagem, na busca do desaparecido, encontram-se iurtas, típicos acampamentos dos nômades mongóis. Ainda, percebe-se, pelos textos transcritos dos diários, a relação dos mongóis com russos e cazaques (estes, aliás, habitam diferentes regiões do território mongol). Ao longo do texto, portanto, tem-se acesso a uma problemática contextualização histórico-cultural (porque limitada a um olhar estrangeiro que, neste caso, é ocidental) sobre a formação do país, num espaço diegético que vai da capital a outras várias cidades pequenas do interior.

Em *O filho da mãe* (2009), por sua vez, Carvalho problematiza, dentre outros temas secundários, uma história de amor entre dois rapazes que, por inúmeros motivos, acaba sucumbindo ao contexto sociocultural em que os jovens estão inseridos. O espaço diegético da narrativa é, majoritariamente, a cidade de São Petersburgo, na Rússia, em meio à Guerra da Tchetchênia. As personagens que protagonizam tal desventura são Ruslan, tchetcheno, e Andrei, russo, ambos com trajetórias de vida diferentes, porém afetados pelo mesmo contexto opressor. O tchetcheno, após a morte da avó (figura que lhe criou, junto ao pai), num campo de refugiados da guerra em Grózni, decide procurar por sua mãe (que o havia abandonado aos dois meses de idade) na cidade de São Petersburgo. O russo, mesmo não desejando, é obrigado a servir ao Exército por conta das amarguras pessoais de seu padrasto, que faz de tudo para que ele seja um recruta. O

tchetcheno não é acolhido pela mãe, conforme esperava; já o russo é obrigado a se prostituir para salvar as finanças do exército. Assim, numa noite após um programa, Andrei caminha desconfiado pelas ruas de São Petersburgo e é assaltado por Ruslan: a partir de então, os dois passam a andar juntos em busca de uma solução para seus problemas, e acabam se apaixonando. Ruslan já havia tido outros relacionamentos anteriormente, do mesmo modo que Andrei já havia fantasiado a respeito de outros homens; entretanto, ambos escondiam seus verdadeiros desejos frente a uma sociedade que não tolera homossexuais. Deste modo, aprenderam a amar entre ruínas.

Nesse sentido, o autor propõe no texto não apenas uma reflexão sobre a opressão de determinados regimes estatais, mas também a intolerância, o preconceito, a identidade e as diferenças de nacionalidade, pois traz à narrativa uma guerra em que estão envolvidas questões políticas e econômicas, mas, principalmente, étnicas — há vários conflitos entre os dois países, de acordo com o que é exposto na trama. Ao longo da narrativa, percebe-se que a hostilidade entre russos e tchetchenos tem proporções enormes, de modo que onde existe um, não pode existir o outro. Portanto, pode-se pensar que não há possibilidade de aceitação das diferenças, numa sociedade conservadora como a russa (conforme o que é representado no texto), que vive há séculos em conflito interno e externo — elas existem, sim, mas são forçadas a não “aparecer”. Não ocasionalmente, ambas as personagens morrem na narrativa por conta dessa não-aceitação, o que será analisado mais adiante.

Assim, considerando a pluralidade que se encontra cotidianamente no mundo, desde os aspectos mais naturais ou biológicos até os comportamentos sociais, que variam conforme a região em que vive determinada população, estudar diferenças (historicamente construídas e justificáveis) pode sempre proporcionar uma riqueza em material de pesquisa acadêmica, no sentido de que seus resultados colaboram para um aprimoramento intelectual — poder-se-ia dizer ético e/ou até mesmo moral — da sociedade. Diante de uma leitura, como se sabe, um sujeito pode deparar-se com certos questionamentos que não formularia sozinho, quer seja por não estar preparado para isso, quer seja por não conseguir enxergá-los por si só, etc. Vale ressaltar que “as obras não têm sentido estável, universal, imóvel. São investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma

proposição e uma recepção”, ou seja, “no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas dos públicos que delas se apropriam” (CHARTIER, 2002, p.93). Nesse sentido, e considerando que significações variam conforme cada sujeito que lê, a partir da provocação que é feita na leitura, acredita-se que um leitor pode desacomodar-se e, logo, procurar um novo ângulo, ou seja, procurar uma outra possibilidade para encarar aquilo que encontra no texto e refletir sobre o motivo de seu desconforto. Se Paul Ricoeur (2012) está correto, fazer aparecer um leitor desconfiado é, por excelência, uma função da literatura, de modo que ela deve proporcionar ao seu público motivos para desconfiança. Ainda, outra função da arte, conforme aponta Regina Dalcastagnè (2013), pode ser a de “questionar seu tempo e a si mesma, nem que seja através do questionamento do nosso próprio olhar” (p.103). A consciência de si, por assim dizer, forma-se de um modo mais completo quando a partir de diferentes viéses — olhares ou leituras, como de fato acontece num estudo comparatista. Assim, parece importante trazer, finalmente, o que aponta Marcel Detienne (2004) a respeito do comparatismo, complementando e, de certa forma, encerrando a ideia proposta até aqui:

Há um valor ético da atividade comparativa que desejo defender. É que ela convida a pôr em perspectiva os valores e as escolhas da sociedade à qual se pertence (...) Aprendemos a nos colocar à distância de nosso eu mais animal, a ter um olhar crítico sobre nossa própria tradição, para ver, ou entrever, que ela é, verdadeiramente, uma escolha entre outras. Cada um é livre para cultivar essa escolha, para aprofundá-la, quer seja a de uma paisagem ou a de uma nação, com seu próprio risco e perigo. Compreender diversas culturas da mesma forma que elas próprias se compreenderam, depois compreendê-las entre si; reconhecer as diferenças construídas, fazendo-as funcionar umas em relação às outras, é bom, é mesmo excelente para aprender a viver com os outros, todos os outros dos outros. Maneira de caminhar, como diz Tzvetan Todorov, para o necessário desapego de si mesmo e para o justo conhecimento dos fatos sociais (DETIENNE, 2004, p.66-67).

Assim, com base no que foi apresentado até o momento, o capítulo 2, a seguir, será destinado à fundamentação teórica da pesquisa, tratando de conceitualizações fundamentais para a compreensão das análises dos livros que serão realizadas nos capítulos subsequentes. Este capítulo será subdividido em três partes, a saber: na seção 2.1, tratar-se-á da fronteira porosa entre história e ficção, de modo que serão delineadas suas diferenças; na seção 2.2, tratar-se-á do conceito de representação, a fim de estabelecer um consenso baseado em suas variadas acepções; na seção 2.3, tratar-se-á dos entrecruzamentos entre as duas

formas narrativas, a histórica e a literária. No terceiro capítulo, será realizada a análise do livro *Mongólia*. Ele será subdivido em duas seções, sendo a 3.1 destinada a uma contextualização histórica a respeito da formação do país, a fim de esclarecer alguns fatos significativos para sua compreensão, e a 3.2 destinada à análise propriamente dita do livro. No quarto capítulo, terá vez a análise do livro *O filho da mãe*, cuja subdivisão obedecerá igualmente a ordem do capítulo anterior. Logo virá o quinto capítulo, destinado às considerações finais deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com base no que foi apresentado até o momento, neste capítulo haverá o aprofundamento das questões conceituais mais relevantes para esta pesquisa, a saber: história, literatura (ficção) e representação. Para tanto, ele será dividido em três seções, de modo que a primeira, *A fronteira porosa entre História e Ficção*, tratará de diferenciar os dois discursos que serão analisados aqui — o literário e o historiográfico; a segunda, *Sobre os problemas de representação*, se ocupará de definir este que parece ser um dos mais variáveis conceitos desse estudo, visto que opera em diferentes áreas do conhecimento e, em cada uma delas, pode alterar sua forma; a terceira seção, sobre *Narrativa histórica e narrativa ficcional: entrecruzamentos*, tratará de mostrar de que modo os discursos, delimitados e diferenciados na primeira seção, podem, muito facilmente, cruzar-se na forma de narrativas.

2.1 A fronteira porosa entre História e Ficção

A relação de parentesco entre Literatura e História foi percebida há bastante tempo. De fato, em seus primórdios, tornava-se difícil distingui-las e, de certo modo, não parecia haver uma preocupação dos estudiosos neste sentido. De acordo com Luiz Costa Lima (2006),

as belas-letas não distinguiam entre história e ficção. Impunha-se para ambas o mesmo precioso cuidado com a linguagem. A inexistência de autonomia dos discursos literário e histórico explicava e exigia o seu igual tratamento. A própria expansão do mundo conhecido, iniciada com as viagens e conquistas de novas terras pelos portugueses, a partir do século XV, e o desenvolvimento da técnica e da ciência provocaram a separação entre história e ficção (LIMA, 2006, p.381).

Com a chegada do século XV, conforme pode-se inferir, é que ambas começaram a ser separadas e percebidas como disciplinas de características distintas. Contudo, é apenas no século XIX que “a disciplina historiográfica encontra amplo reconhecimento e se intitucionaliza” (LIMA, 2006, p.17). Assim, dadas as suas respectivas delimitações, a história estaria comprometida em buscar a “verdade” dos fatos que decidisse analisar e a literatura estaria comprometida com a escrita ficcional; a história estaria presa a critérios (métodos) que regulariam seu trabalho

evidentemente científico e a literatura gozaria da liberdade de criar seus próprios mundos e objetos, utilizando-se da imaginação; e ambas as disciplinas passariam a ser julgadas e cobradas em suas áreas com base em aspectos desta natureza.

No entanto, desde o surgimento da Nova História, algumas questões até então ignoradas começaram a ser postas à mesa e, dentre elas, estava a problemática da escrita da história. Os estudiosos dessa Nova História deslocaram o foco da historiografia, que estava na verificação das fontes, e o apontaram para a relevância do texto, chamando a atenção para a forma como o texto historiográfico é escrito. Surgiram, com isso, as teses narrativistas, que colocaram em xeque a pretensão científica da História, visto que, com a referida mudança de foco, tornou-se possível a aproximação entre história e literatura — afinal, ambas são narrativas. Contudo, um dos representantes dessa corrente narrativista, Hayden White (2001), radicalizou o posicionamento inicial apresentado pela Nova História. O confronto deu-se pela afirmativa em que White aponta: “de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos*”. Além disso, o teórico afirmou que suas “formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p.98). Assim, White lançou uma discussão que gerou resultados interessantes e, concomitantemente, polêmicos para o âmbito historiográfico. Neste estudo, acredita-se na narratividade da história e na sua similaridade com a literatura. Entretanto, há características, além das que foram apresentadas, de um modo geral, no parágrafo anterior, que aprofundam a diferenciação entre elas e que serão estudadas a seguir.

Assim, é importante ressaltar que literatura apresenta outra característica que lhe é fundamental, pois impõe um marco crucial nesta fronteira porosa: ela está atrelada à arte, preocupando-se em seus textos com questões relativas à estética, apesar de poder trazer sempre (e inevitavelmente) o contexto sociohistórico da época em que circula, bem como se aventurar em narrar tempos passados ou futuros. Por sua vez, a história não tem relação alguma com a arte, mas, sim, com o âmbito científico, pois é entendida enquanto ciência que estuda o homem e sua ação no tempo e no espaço. Do mesmo modo, é válido acrescentar que a literatura, enquanto manifestação artístico-cultural, é um movimento inevitável às sociedades;

a historiografia, por sua vez, surgiu em determinada época. De acordo com o exposto por Lima (2006), seu surgimento deu-se de forma casual, pois foi o estudioso grego Heródoto que, buscando responder suas próprias indagações sobre o passado de seu povo, fez nascer este tipo de narrativa. O teórico da literatura explica que “a história é descoberta como a América: Heródoto procurava o caminho das Índias; só que esse caminho — que diria por que os homens guerreiam e de que(m) é a culpa — continua ignorado” (LIMA, 2006, p.55).

Cabe destacar, também, que a história pode ser entendida como a “forma intelectual na qual uma civilização presta contas a si mesma a respeito de seu próprio passado”, de acordo com a definição do filósofo e historiador Johan Huizinga apresentada por Marcel Detienne (2004). Além disso, pode-se acrescentar, conforme bem observa Lima (2006) em seu livro *História. Ficção. Literatura.*, que “a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve” (LIMA, 2006, p.21). Já a literatura, por sua vez, está livre do peso de qualquer busca oficial pela “verdade do que houve”, pois ela dispõe e se utiliza da capacidade de ficcionalização em suas narrativas. Entretanto, também é capaz de prestar contas à civilização, seja a respeito de seu passado ou de seu presente, trazendo à tona no texto questionamentos significativos ao leitor e, em muitos casos, relevantes à sociedade a que está inevitavelmente ligada. Contudo, a literatura não pode desvencilhar-se daquilo que João Cezar Rocha (2011) chama de desnudamento de sua ficcionalidade, visto que isso implica na própria recepção do texto, pois “o pacto ficcional proposto pelo romancista, e aceito pelo leitor, tem como base a aceitação da verossimilhança interna à obra, em lugar da imposição de uma coerência externa a ela, teoricamente submissa ao que se pôde reconstruir de um momento histórico determinado” (ROCHA, 2011, p.13). No que diz respeito à peculiaridade do discurso literário, isto é, às características que o enquadram no âmbito da literatura, vale trazer agora o que explica Compagnon (1999) sobre as diferenças da linguagem comum para a literária:

qualquer signo, qualquer linguagem é fatalmente transparência e obstáculo. O uso cotidiano da linguagem procura fazer-se esquecer tão logo se faz compreender (é transitivo, imperceptível), enquanto a linguagem literária cultiva sua própria opacidade (é intransitiva, perceptível)... A linguagem cotidiana é mais denotativa, a linguagem literária é mais conotativa (ambígua, expressiva, perlocutória, autorreferencial) (...) A Linguagem cotidiana é mais espontânea, a literária é mais sistemática (organizada, coerente, densa, complexa). O uso cotidiano da linguagem é referencial e

pragmático, o uso literário é imaginário e estético. A literatura explora, sem fim prático, o material linguístico (COMPAGNON, 1999, p.40).

Além desse diferencial, Lima (2006) faz menção a outro traço próprio à literatura, que é “a emoção advinda de ser expressão de uma subjetividade” (LIMA, 2006, p.378). Nesse sentido, ela pode expor o leitor a viver outras vidas, a estar em contato com personagens que poderão tocá-lo emocionalmente, seja por catarse, seja por rechaço em relação ao que lê. Ainda, vale ressaltar que “a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo” (COMPAGNON, 1999, p.37). Muitas vezes ela pode, intencionalmente ou não, trazer à discussão questões que ainda não haviam sido expostas e que, a partir disso, ganham notoriedade na comunidade em que o texto circula, podendo ir além e levar até mesmo a consequências políticas, ainda que não seja este seu objetivo inicial. Do mesmo modo, conforme aponta Ricoeur (2012), “a ficção dá ao narrador horrorizado olhos. Olhos para ver e para chorar” (RICOEUR, 2012, p.323).

Assim, voltando a pensar nas duas formas narrativas, pode-se acrescentar outra distinção e, ao mesmo tempo, uma mútua necessidade das escritas da história e dos gêneros literários: “a seu modo, cada uma delas contém um dispositivo que as capacita a lidar com a realidade” (LIMA, 2006, p.40). Nesse sentido, ainda é válido destacar o que o historiador Chartier (2002) acrescenta a respeito das diferentes relações que elas mantêm com o real, com o cuidado de considerar, evidentemente, que sua perspectiva vem da historiografia e que, portanto, pode problematizar a perspectiva provinda da literatura. Observe-se o fragmento:

Em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que já foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história. Hoje em dia, contudo, muitas razões ofuscam essa distinção tão clara. A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura (CHARTIER, 2002, p.24-25).

Ora, naturalmente se sabe que a literatura pode, sim, ter a pretensão de representar o real — aliás, esse tipo de representação é a problemática que está sendo posta em questão nesta pesquisa. Chartier parece não ter percebido que a distinção apresentada por ele, tão bem definida em sua mente (formada no âmbito

historiográfico), já havia sido superada nas discussões do âmbito literário. Contudo, vale destacar que, no final do excerto supracitado, percebe-se que a atenção do historiador se volta para a problematização, gerada pela literatura, quando esta se propõe a representar o passado em seus textos e, com isso, entrecruzar discursos — que demonstram parentesco mas, ao mesmo tempo, mostram-se distintos. Essa mescla, evidentemente, dificulta as análises e interpretações dos textos estudados, pois, como é possível perceber, apesar de as duas narrativas manterem, em princípio, formas diferentes de se relacionar com a realidade, elas podem — conforme a última consideração de Chartier bem apontou —, mascarar tais diferenças. Esses entrecruzamentos de características serão analisados mais detalhadamente na seção 2.3.

Voltando o olhar à diferenciação, é possível pensar, inicialmente, de acordo com Walter Mignolo, quando o teórico assinala que “‘literatura’ e ‘história’ implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental (...) está em condições de compreender e diferenciar” (MIGNOLO, 2001, p.116). Assim, considera-se que o discurso histórico está ligado ao ato de buscar indícios para preencher lacunas do passado, de uma forma coerente, considerando que a realidade é social e culturalmente construída. Maria Aparecida Baccega (2011), ao falar sobre o discurso histórico, esclarece que ele “objetiva trazer o passado ao presente. Revive ou ressuscita o passado, procurando restaurá-lo através das marcas que ele deixou” (BACCEGA, 2011, p.69-70). O discurso literário, contudo, não possui a responsabilidade de restauração de algum fato passado ou de um acontecimento da sociedade, mas possui, sim, um compromisso de lidar com seu objeto esteticamente. Ainda, cabe acrescentar que o discurso literário é um espaço de possibilidades, em que hipóteses são lançadas e um jogo ou uma negociação surge entre autor e leitor — como, por exemplo, propostas, sugestões, aceitação ou não de sentidos, surgimento de sentidos variados, etc. — pois que ele é “o ponto de encontro entre as afirmações que caracterizam os discursos fora do romance e a não afirmação que caracteriza o romance” (BACCEGA, 2011, p.63). Entretanto, tal jogo ou negociação não acontece (ou, pelo menos, não da mesma forma) no discurso historiográfico pois, devido a sua natureza, não se espera dele que esteja aberto a contribuições, mas que apresente *uma* verdade a respeito de um objeto. Nesse sentido, pode-se concordar com a observação sintética feita por Mignolo, na

qual o autor bem esclarece que: “a convenção de ficcionalidade não é, ao que parece, uma condição necessária da literatura, ao passo que a adequação à convenção de veracidade, ao que parece, é condição necessária para o discurso historiográfico” (MIGNOLO, 2001, p.125).

Ainda sobre esses dois discursos, seria interessante pensar no que aponta Lima (2006) sobre literatura, ao propor que ela “é movida pela imaginação quando dotada da capacidade de co-mover, de conduzir o receptor a questionar emocionalmente as instituições sociais que o acompanham” (LIMA, 2006, p.328). Isso porque a ideia de *comoção*, bem utilizada pelo estudioso, remete, sem muito esforço, a de *locomoção*, ou seja, a ideia de ir de um lugar a outro, de sair do lugar em que está. Assim, é a imaginação que proporciona o deslocamento, e a imaginação é ativada *na* e *pela* leitura, seja ela de qual discurso for. É a partir da leitura, portanto, que o indivíduo se desloca ou, por assim dizer, se move em direção à compreensão daquilo que se dispõe a entender, comparando, se necessário for, diferentes fontes sobre o mesmo tema.

Por sua vez, ao falar sobre a história, Chartier (2013) propõe que ela deve, “com sua exigência de verdade, apaziguar, tanto quanto possível, as infinitas feridas que trazem ao nosso presente um passado muitas vezes injusto e cruel” (CHARTIER, 2013, p.123). Nesse sentido, é inevitável lembrar a ideia de redenção defendida por Walter Benjamin, em que apenas lembrando historicamente as vítimas do passado será possível a emancipação dos oprimidos, de modo que, como acrescenta Michael Löwy (2005) a respeito da obra de Benjamin, “não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LÖWY, 2005, p.109). De fato, este parece ser um papel do discurso histórico, porque quando buscamos estudar o passado, tentamos compreendê-lo como “construtor do nosso presente, o qual já traz em si o futuro; buscamos avaliar, interpretar como ocorreram as transformações do homem no seu relacionamento com o mundo, no processo de construção das sociedades” (BACCEGA, 2011, p.51). Contudo, para que essa compreensão efetivamente ocorra, é preciso ter “ouvidos para ouvir” e “olhos para ver” a história dos vencidos, como defendia Benjamin, ou história das vítimas, como defende Ricoeur (2012). Trata-se, portanto, de perceber aqueles que foram silenciados pela força, em suas variadas formas de expressão — incluindo, aqui, minorias.

Contudo, há que se considerar a problemática que envolve a escrita da história, visto que, conforme esclarece o historiador Michel De Certeau (1982), a complexa historiografia “traz inscrita em seu próprio nome o paradoxo — e quase o oxímoro — da relação entre dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem por tarefa articulá-los e, onde esse vínculo não é pensável, fazer como se os articulasse” (DE CERTEAU, 1982, p.6). Portanto, é fundamental pensar neste *como se*, ou seja, nessa ponte que se constrói entre a realidade existente e a sua transfiguração em discurso, pois que, durante esse processo, inúmeras vezes, o historiador precisa utilizar-se da imaginação para preencher as lacunas existentes em seu material — o que, numa leitura superficial, poderia diminuir o valor de seu trabalho. O uso da imaginação, entretanto, apenas enriquece o produto final. Naturalmente, a história é escrita por um sujeito; portanto, ela é “parcial, porque necessariamente radicada em um lugar” e, deste modo, “submetida à parcialidade, a verdade que a escrita da história demanda é sempre porosa, i.e., sujeita à retificação, e não só à do erro de julgamento de seu agente. Mas isso não a torna constitutivamente imaginativa”, pois, evidentemente, “a imaginação atua na escrita da história, mas não é seu lastro” (LIMA, 2006, p.65). Vale ainda acrescentar algumas considerações importantes que Lima (2006) apresenta sobre a história e a relevância de seu papel para a sociedade, apesar de sua inevitável contradição:

A história tem uma aporia — afirmar a verdade do que investiga — mas *não um objeto que lhe seja específico*. Isso não significa negar sua razão de existir. Muito ao contrário: a escrita da história supõe um modo de experiência fundamental e irreduzível. A ele chamamos *abertura de horizontes*. À sua falta de objeto, ao seu caráter de ‘dependente conceitual’ (Schorske) corresponde, em contraparte, ser ela a disciplina capaz de coordenar espaciotemporalmente a descoberta ou o uso das formas de manipulação e de domínio das coisas — de coordenar, pois, o conhecimento de técnicas e ciências com a existência/não existência de determinadas instituições da sociedade humana — ou, no plano do sentido, a afirmação ou falta de desenvolvimento, em certo tempo ou sociedade, da indagação sobre o Ser das coisas (LIMA, 2006, p.147).

Além disso, há uma característica que a difere, efetivamente, da literatura, proposta por Ricoeur (2012), que é a operação histórica, constituída por três fases: a fase documental, a fase explicativa/compreensiva, e a fase representativa. Nesse sentido, conforme esclarece Lima (2006), “essas fases não têm correspondência na ficção. E, ainda que a ‘fase representativa’ contenha uma ‘formalização literária’, as anteriores são suficientes para distingui-la de uma obra propriamente

literária” (LIMA, 2006, p.385). Assim, vale ainda ressaltar, de acordo com De Certeau (1982), que o fato de

Encarar a história como uma operação será intentar, partindo de um modo necessariamente limitado, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, um ofício etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da realidade de que trata e que essa realidade pode ser captada enquanto ‘atividade humana’, ‘enquanto prática’ (DE CERTEAU, 1982, p. 57).

Do mesmo modo, é importante destacar que a história, para responder às indagações que formula, trabalha a partir de vestígios. Ricoeur (2012) esclarece que “o vestígio indica aqui, ou seja, no espaço, e agora, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a pesquisa, a investigação. Ora, a história é tudo isso”, ou seja, “dizer que ela é um conhecimento por vestígios é recorrer, em última instância, à significância de um passado terminado que no entanto continua preservado em seus sinais” (RICOEUR, 2012, p. 204). Finalmente, pode-se pensar, ainda de acordo com o estudioso, em sua pertinência:

Uma sólida convicção anima aqui o historiador: o que quer que digam do caráter seletivo da coleta, da conservação e da consulta dos documentos, de sua relação com as perguntas que lhes formula o historiador, ou até das implicações ideológicas de todas essas manobras — o recurso aos documentos marca uma linha divisória entre história e ficção: diferentemente do romance, as construções do historiador visam a ser reconstruções do passado. Através do documento e mediante a prova documentária, o historiador é submetido *ao que, um dia, foi*. Tem uma dívida para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que faz dele um devedor insolvente (RICOEUR, 2012, p.237).

Assim, delineada a fronteira (sempre porosa) que separa as narrativas histórica e literária — estando esta ligada ao ato de criação, apesar de poder valer-se do contexto sociohistórico e até mesmo político da comunidade em que se insere e de utilizá-lo como seu material, e aquela ligada inevitavelmente a uma dívida para com o passado —, é necessário passar agora ao estudo do conceito de representação e a problemática que ele acarreta, tanto à narrativa literária quanto à histórica, devido ao seu caráter de reconstrução.

2.2 Sobre os problemas de representação

O conceito de representação, originário do campo das Artes (desde Aristóteles e suas preocupações com a mimesis), recentemente tem sido bastante utilizado pelas Ciências Humanas. Por conseguinte, em cada uma de suas vertentes ele varia de certo modo o enfoque. Entretanto, a etimologia da palavra é clara ao mostrar que ela provém do latim, *repraesentare*, que significa fazer presente ou apresentar novamente. Pode-se inferir, portanto, que ela dá a possibilidade de fazer presente algo ou alguém que está ausente, ou até mesmo alguma ideia, a partir da simples presença de um objeto que o lembre, por assim dizer.

Ora, levando-se em consideração aqui o âmbito da narrativa, é necessário entender, primeiramente, que representar é *referir*, por meio da linguagem, a algo que está fora do texto e que pode ser chamado, genericamente, de realidade. Ainda nesse sentido, é preciso ressaltar que “real é apenas aquilo que se impõe por si; o que, independentemente da linguagem, está aí tanto para o homem como para os outros animais” (LIMA, 2006, p.268). Por meio de uma abordagem construcionista¹, Stuart Hall (1997), em seus estudos apresentados em *The work of Representation*, complementa o exposto por Lima ao explicar que:

Representation is the production of meaning of the concepts in our minds through language. It is the link between concepts and language which enables us to *refer to* either the ‘real’ world of objects, people or events, or indeed imaginary words of fictional objects, people and events (HALL, 1997, p.2) (*Representação é a produção de significados dos conceitos em nossas mentes através da linguagem. É o elo entre conceitos e linguagem que nos permite referir tanto o mundo ‘real’ de objetos, pessoas e eventos como também palavras imaginárias de objetos, pessoas e eventos ficcionais [tradução nossa]*).

¹ Sobre tal abordagem, o autor explica: “It recognizes this public, social character of language. It acknowledges that neither things in themselves nor the individual users of language can fix meaning in language. Things don’t *mean*: we *construct* meaning using representational systems — concepts and signs. (...) According to this approach, we must not confuse the *material* world, where things and people exist, and the *symbolic* practices and processes through which representation, meaning and language operate. Constructionists do not deny the existence of the material world. However, it is not the material world which conveys meaning: it is the language system or whatever system we are using to represent our concepts” (HALL, 1997, p. 11) (*Ela reconhece o caráter público, social da linguagem. Ela reconhece que nem as coisas por si mesmas nem os usuários individuais da linguagem podem fixar significado na linguagem. Coisas não significam: nós construímos significado usando sistemas representacionais — conceitos e signos. (...) De acordo com esta abordagem, não devemos confundir o mundo material, onde coisas e pessoas existem, e as práticas e os processos simbólicos através dos quais representação, significado e linguagem operam. Construcionistas não negam a existência do mundo material. Contudo, não é o mundo material que transmite significado: é o sistema de linguagem ou qualquer sistema que nós usamos para representar nossos conceitos [tradução nossa]*).

Contudo, há que se considerar o fato de que se algo é representado, o é por meio de *alguém*, que toma o lugar daquele que escolhe representar por um determinado momento. Este alguém, evidentemente, é um *sujeito* que faz um recorte — quer seja temporal, espacial, social, etc. — do que pretende ter como objeto de análise. Tal recorte se dá a partir do seu lugar inevitavelmente ideológico no mundo; sua escolha, portanto, não é neutra ou imparcial e, nesse sentido, Dalcastagnè (2008) alerta “que nosso olhar é construído, que nossa relação com o mundo é intermediada pela história, pela política, pelas estruturas sociais” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.8). Isto significa que quando alguém escolhe o que representar, não está isento, durante a escolha, de todo o aparato sócio-histórico-cultural que o sustenta, e isto fatalmente aparecerá no texto.

Com base nestas considerações iniciais, vale lançar um olhar agora para o que propõe Chartier (2011) ao pensar sobre a realidade das representações. De acordo com o estudioso, elas “não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram” (CHARTIER, 2011, p.27). Ora, se por um lado, neste estudo, não se acredita que o público leitor de fato entenda a representação enquanto algo literalmente real, por outro lado não se pode negar a energia que ela tem.

Nesse sentido, Lima (2003) avança a discussão e aponta um efeito mais palpável da energia que pode ser gerada por uma representação. De acordo com o autor, “embora menos estáveis que as formas verbais, os sistemas de representação são dotados de força coercitiva (...) É o modo mais direto pelo qual manifestam seu caráter de fato social” (LIMA, 2003, p.91). É a partir dessa força coercitiva, portanto, que a narrativa pode efetivamente agir na sociedade em que circula. Lima (2003) também insiste em esclarecer o fato de que a “inserção em um agrupamento social — seja o seu círculo mais amplo, o meio profissional, que supõe prévias uma classe e uma camada social — se realiza, de imediato, pelo acesso a uma rede de símbolos”, e que “esta rede funciona como uma atmosfera. A ela chamamos representação, o singular impondo-se apenas como recurso didático, pois, na verdade, em uma sociedade complexa há inúmeros sistemas de representação”. Definido seu conceito de representação, o autor acrescenta que “cada sistema de representação supõe tanto uma classificação dos seres, quanto formas de

relacionamento entre os seres” (LIMA, 2003, p.87). Entretanto, Lima alerta para a dificuldade que existe para o ser humano perceber-se como simbólico, e explica:

Quanto mais nos sentimos integrados em uma cultura, dentro desta, em uma classe, dentro da classe, em uma camada social, dentro desta, em um meio profissional, tanto mais perdemos a possibilidade de saber o que significa esta inserção. A ambiência social nos atravessa como se fosse nossa própria natureza (...) Não conseguindo nos desprender, relativamente, de nossa ambiência cultural e classista, não atinamos por que o homem é um animal simbólico (LIMA, 2003, p.85).

Assim, com o esclarecimento do que acontece nas zonas menos visíveis do ser, deve-se pensar na relevância de se perceber o simbólico. De acordo com o teórico, “a compreensão do homem como animal simbólico significa postular que não há zonas isentas ao simbólico. A sociedade respira e transpira representações” e, assim, se estas mutuamente se influenciam, “por outro lado se relacionam com a vida material da sociedade, acompanhando, não mecanicamente por certo, as flutuações das classes, as formas disponíveis de diferenciação, respondendo ao prestígio ou ao desfavor de certas ocupações” (LIMA, 2003, p.88-89).

Ora, como bem afirmou Hall (2013), “representation is a practice, a kind of ‘work’, which uses material objects and effects” (HALL, 2013, p.11). Deste modo, pode-se afirmar que não é possível ao ser humano escapar à influência das representações a que está submetido no simples convívio social. Sobretudo, retomando a fala de Lima (2003) no que diz respeito ao campo do simbólico, parece fundamental perceber sua prática enquanto “a condensação de uma atividade, a atividade da representação, sem a qual o indivíduo não se reconhece em comunidade alguma”, o que ressalta a importância de “reaproximá-lo da sociedade que o motiva, não para vê-lo como seu reflexo, mas como um dos núcleos necessários ao conhecimento de sua estrutura” (LIMA, 2003, p.89). Ainda nesse sentido, os sistemas de representação vão além, podendo alcançar um significado maior para os seres humanos. De acordo com as palavras do teórico,

Enquanto a linguagem verbal se destina em princípio à comunicação, os sistemas de representação estabelecem sobre esta uma segunda rede: a da diferenciação social. Resumindo: os sistemas de representação usam a forma da comunicação para estabelecer a diferenciação. Isso significa dizer que tais sistemas fornecem tanto o cimento para a identidade social quanto para a separação social (LIMA, 2003, p.91).

Além desta diferenciação quanto às identidades sociais, é importante destacar o fato de que, “sem dúvida, a mensagem ficcional provoca uma atuação,

pelo conhecimento, sobre o real. Atuação que pode até, em certos casos, ser mais eficaz” (LIMA, 2003, p.94), já que não é possível medir ou quantificar os efeitos que uma leitura causa no sujeito.

É importante considerar que nos textos literários que serão analisados nesta pesquisa encontram-se personagens pertencentes a culturas diferentes da cultura brasileira. Em *Mongólia*, por exemplo, apesar de o protagonista ser um ocidental, a narrativa trata de representar aquilo que se entende como oriental, neste caso, especificamente, o povo mongol que, por viver do lado leste do hemisfério, possui hábitos e costumes que diferem dos do protagonista e, por conseguinte, torna-se alvo do imaginário estereotipado do ocidente. Já em *O filho da mãe*, os protagonistas vivem na Rússia, país que é historicamente marcado pela violência e pela intolerância, causadas pelas guerras e conflitos étnicos em que esteve envolvido ao longo de sua formação e, nesse sentido, conforme o que é apresentado na narrativa, não sabe lidar de forma civilizada com aquilo que difere dos padrões estabelecidos.

Para se pensar nestas representações, a pesquisa se apoia em Edward Said (2015), teórico que dedicou-se com afinco ao estudo do orientalismo e de sua representação². Inicialmente, cabe ressaltar que, para o autor, “o orientalismo é, ao mesmo tempo, fenômeno histórico, modo de pensamento, problema contemporâneo e realidade material” (SAID, 2015, p.78). Portanto, para compreendê-lo hoje é necessário olhar para trás, é necessário percebê-lo enquanto uma forma de conceber e refletir sobre o mundo, é necessário perceber que ele não é algo do passado e, portanto, deve-se pensar sobre ele atualmente, compreendendo que, de fato, ele existe fora dos textos. Do mesmo modo, é importante pensar a relação entre Ocidente e Oriente para além da classificação nós/eles, visto que, como bem esclarece o estudioso,

a prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é ‘o nosso’, e um espaço não familiar além do nosso, que é ‘o deles’, é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra arbitrário neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade ‘nossa terra — terra bárbara’ não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que ‘nós’ tracemos essas fronteiras em nossas mentes; ‘eles’ se tornam ‘eles’ de acordo com as demarcações, e tanto o seu

² Ressalta-se que os estudos de Said dedicam-se especialmente à relação entre a Inglaterra e a Índia em seu período colonial. Entretanto, é possível pensar a partir disso, de um modo geral, a relação do Ocidente com outros países orientais, pois a visão contaminada por estereótipos é bastante similar.

território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos 'nossos' (SAID, 2015, p.91).

Ora, o excerto supracitado deixa claro que o ocidental demarca os limites que o separam do oriental e, conseqüentemente, constrói o orientalismo. Nesse sentido, explica Said (2015), "Orientalismo é o termo genérico que tenho empregado para descrever a abordagem ocidental do Oriente; Orientalismo é a disciplina pela qual o Oriente era (e é) abordado de maneira sistemática, como um tópico de erudição, descoberta e prática". Mas, além disso, ele é também "o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória" (SAID, 2015, p.115). Evidentemente, este "conjunto de sonhos, imagens e vocabulários" a que se refere o teórico estará presente no momento da representação de sujeitos que pertençam ao outro lado do globo.

Contudo, além do que diz respeito ao imaginário ocidental, é importante lembrar que, "como aparato cultural, o Orientalismo é agressão, atividade, julgamento, persistência e conhecimento" (SAID, 2015, p.278). De todos estes aspectos, entretanto, a agressão e o julgamento (que se mostra na forma dos mais variados preconceitos) parecem ser os que mais afetam a figura do oriental. Isto se deve ao fato de que, ao longo do tempo, buscou-se explicar e justificar sua forma de viver e se portar no mundo não com base em aspectos culturais, mas a partir de supostas características biológicas, por exemplo. Como esclarece Said (2015),

Junto com todos os outros povos designados, de forma variada, como atrasados, degenerados, incivilizados e retardados, os orientais eram vistos numa mesma estrutura construída a partir do determinismo biológico e da censura moral-política. O oriental era, portanto, associado a elementos na sociedade ocidental (os delinquentes, os insanos, as mulheres, os pobres) que tinham em comum uma identidade mais bem descrita como lamentavelmente estrangeira. Os orientais raras vezes eram vistos ou olhados; eram devassados, analisados não como cidadãos, nem como um povo, mas como problemas a serem resolvidos ou (...) conquistados (SAID, 2015, p.281).

Deste modo, considerando a forma como os orientais, de um modo geral, foram percebidos e tratados durante todo o período colonial, por diferentes países colonizadores, e, principalmente, como foram representados em textos de diversos historiadores, estudiosos e viajantes da época, pode-se compreender como, ainda hoje, perduram os estereótipos a seu respeito. Contudo, a questão real que se coloca aqui, de acordo com Said (2015), é

se toda e qualquer representação, por ser representação, não está embutida primeiro na linguagem, e depois na cultura, nas instituições e no ambiente político daquele que representa. (...) devemos estar preparados para aceitar o fato de que uma representação está eo ipso implicada, entretecida, embutida, entrelaçada em muitas outras coisas além da 'verdade', que é ela própria uma representação. Isso deve nos levar metodologicamente a ver as representações (ou deturpações — a distinção é, quando muito, uma questão de grau) habitando um campo comum de ação definido para elas, não apenas por um tema comum inerente mas por alguma história, uma tradição, um universo do discurso comum (SAID, 2015, p.365).

Nesse sentido, se é correto afirmar que as representações de fato possuem uma tradição ou um universo do discurso comum, deve-se levar em consideração que a ideia sobre esse “sistema [de oportunidades para fazer declarações sobre o Oriente] não é que seja uma desfiguração de alguma essência oriental — coisa em que não acredito nem por um momento —, mas que opere como as representações em geral o fazem, para determinado fim”, ou seja, “segundo uma tendência, num específico cenário histórico, intelectual e até econômico. Em outras palavras, as representações têm propósitos, são efetivas a maior parte do tempo, realizam uma ou muitas tarefas” (SAID, 2015, p.365-366).

Nos capítulos subsequentes, portanto, as representações que serão analisadas nas obras literárias terão como base teórica o que foi apresentado até o momento, levando sempre em consideração sua finalidade, seu local discursivo, suas consequências práticas, etc.

2.3 Narrativa histórica e narrativa ficcional: entrecruzamentos

Conforme o que foi apontado anteriormente, a relação entre literatura e história é bastante estreita e, apesar de as duas formas narrativas apresentarem características pontuais que as diferenciam (cf. seção 2.1 deste capítulo), elas demonstram, de diferentes modos, uma necessidade mútua para suas existências. Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, dedicou-se em parte a estudar os entrecruzamentos desses dois discursos devido à complexidade de que se revestem e apresentam, tanto ao público leitor quanto aos críticos literários e historiadores.

Assim, por entrecruzamento “entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a

intencionalidade da outra” (RICOEUR, 2012, p.311). Além desse empréstimo, fundamental para que elas subsistam, há uma convergência entre, por um lado, “a função de *representância* exercida pelo conhecimento histórico no tocante ao passado ‘real’ e, por outro, a função de significância de que se reveste a narrativa de ficção, quando a leitura relaciona o mundo do texto com o mundo do leitor” (RICOEUR, 2012, p.236). Nesse sentido, a confluência das duas formas narrativas faz surgir o que Ricoeur chama de *refiguração cruzada*, i.e., os “efeitos conjuntos da história e da ficção no plano do agir e do padecer humanos” (RICOEUR, 2012, p.172). Essa combinação, contudo, não esgota suas possibilidades de efeito nas ações e padecimentos dos sujeitos. De acordo com o teórico,

Embora seja verdade que uma das funções da ficção, misturada com a história, é liberar retrospectivamente certas possibilidades não realizadas do passado histórico, é por meio de seu caráter quase histórico que a própria ficção pode exercer *a posteriori* sua função libertadora. O *quase passado* da ficção torna-se assim o detector dos *possíveis escondidos no passado efetivo*. O que ‘poderia ter acontecido’ abarca tanto as potencialidades do passado ‘real’ como os possíveis ‘irreais’ da pura ficção (RICOEUR, 2012, p. 327).

Contudo, há que se considerar que esta é uma via de mão dupla, em que não apenas a ficção se utiliza de características dos textos historiográficos: o contrário também acontece e, muitas vezes, passa despercebido, visto que já se automatizou aos olhos de quem convive com ambos os discursos. Por um lado, Ricoeur (2012) alerta: “nada se opõe a que admitamos também que a história *imita* em sua escrita os tipos de composição da intriga que a tradição literária legou” e, mais ainda, “esses empréstimos que a história faz da literatura não poderiam ser confinados ao plano da composição, ou seja, ao momento de configuração. O empréstimo concerne também à função representativa da imaginação histórica”, ou seja, “aprendemos a ver *como* trágico, *como* cômico, etc. determinado encadeamento de eventos” (RICOEUR, 2012, p.318). Por outro lado, assim como se tornou um hábito comum analisar situações cotidianas e acontecimentos históricos pelo viés dos gêneros literários, vale chamar a atenção para o fato de que “a narrativa de ficção *imita* de certo modo a narrativa histórica. Diria que narrar qualquer coisa é narrar *como se* isso tivesse se passado” (RICOEUR, 2012, p.323). Daí a complexidade e a riqueza resultante dessa hibridez em forma de narrativa. Ainda, Ricoeur aprofunda suas observações sobre esse jogo de imitações e de “como-se”, acrescentando:

A história é quase fictícia sempre que a quase presença dos acontecimentos colocados 'diante dos olhos' do leitor por uma narrativa animada suprir, por sua intuitividade e sua vivacidade, o caráter elusivo da preteridade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor (RICOEUR, 2012, p.325).

Nesse sentido, também é possível retomar a ideia apresentada por Mignolo (2001), no artigo intitulado "Lógica das Diferenças e Política das Semelhanças: a literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa". O autor dedica-se, em especial, a definir duas convenções que dizem respeito aos conceitos de literatura e de história, quais sejam: a) *convenção de veracidade*, em que se aceita, "primeiro, que o falante se compromete com o 'dito' pelo discurso e que assume a instância de enunciação que o sustenta (por isso, o falante pode mentir ou estar exposto à desconfiança do ouvinte)" e, segundo, "que o enunciante espera que seu discurso seja interpretado mediante uma relação 'extensional' com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o falante fica exposto ao erro)"; b) *convenção de ficcionalidade*, em que se aceita, "primeiro, que o falante não se compromete com a verdade do 'dito' pelo discurso (por isso o falante não está exposto à mentira)" e, segundo, "não espera que seu discurso seja interpretado mediante uma relação 'extensional' com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o enunciante não está exposto ao erro)" (MIGNOLO, 2001, p. 123). Com base nestas convenções, portanto, é possível reafirmar a via de mão dupla em que transitam a literatura e a história. Mignolo (2001) aprofunda a discussão sobre esta duplicidade, mostrando que

quando no romance (que implica a convenção de ficcionalidade) imita-se o discurso antropológico ou historiográfico (que implica a convenção de veracidade), estamos diante de um duplo discurso: o ficcionalmente verdadeiro do autor (porque, ao enquadrar-se na convenção de ficcionalidade, não mente) e o verdadeiramente ficcional do discurso historiográfico ou antropológico imitado (porque, ao invocar a convenção de veracidade, está exposto ao erro e há a possibilidade da mentira) (MIGNOLO, 2001, p.132-133).

Percebe-se, deste modo, uma característica de *quase(s)* que é parte da essência das duas formas narrativas. Tentar negá-la ou escapar dela é inócuo, visto

que é justamente por estar nesta espécie de entre-lugar³ que suas riquezas se mostram ao mundo do leitor. As ideias apontadas por Ricoeur vêm ao encontro do que Lima (2006) apresenta em seus estudos sobre a relação entre literatura e história. O teórico explica que, apesar dos limites já estabelecidos, “por mais forte que seja a determinação do ficcional, por mais que saibamos que não é o uso de recursos literários que favorece ou prejudica uma obra como historiográfica, ainda assim não conseguiremos separar totalmente as escritas da história e da ficção”. Isso acontece apenas pelo fato de que, “optando por dizer a verdade do que foi, a história não se desvencilha, radicalmente, do que poderia ter sido” (LIMA, 2006, p. 385).

Por sua vez, a teórica Linda Hutcheon (1991), em *Poética do pós-modernismo. História, teoria, ficção*, apesar de dedicar-se mais profundamente ao estudo da metaficção historiográfica em parte da sua pesquisa, abarca também a relação próxima entre as narrativas. A autora aponta que “o que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (‘aplicações da imaginação modeladora e organizadora’), ou seja, “o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes. Isso não é um ‘desonesto refúgio para escapar à verdade’”, mas, sim, “um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos” (HUTCHEON, 1991, p.122). Portanto, é possível compreender que tanto o texto ficcional quanto o histórico são capazes de proporcionar ao seu público leitor uma visão sobre aquilo que passou, ou seja, são capazes de auxiliá-lo a construir significados para entender sua realidade. Ainda no que diz respeito à similitude entre as duas narrativas, Hutcheon destaca, de forma bastante sucinta, algumas das características mais básicas que aparecem em ambas as formas, conforme pode-se observar no excerto a seguir:

³ Aqui o entre-lugar é entendido enquanto espaço articulador, em que conceitos e noções podem ser alargados e/ou revistos, como é o caso dos entrecruzamentos narrativos ora estudados. Contudo, para uma aplicabilidade mais específica neste estudo, e levando-se em consideração as obras literárias que serão analisadas nos capítulos subsequentes, este espaço articulador pode ser pensado também enquanto oposição Ocidente/Oriente, já que o autor dos livros é um ocidental que viveu por determinado tempo em países orientais e reverteu suas experiências do entre-lugar em literatura. Para um maior aprofundamento sobre o termo, cf. SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991, p.141).

Ainda de acordo com Hutcheon (1991), “a ficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é — em ambos os casos — revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (HUTCHEON, 1991, p.147). Portanto, com o intuito de impedir que haja apenas uma versão ou uma só leitura — incontestável — sobre aquilo que aconteceu e que, por ventura, não se viveu pessoalmente, surgem essas narrativas com a tentativa de refazer certos percursos com outro olhar. Conforme acrescenta a teórica, “a ‘reconstrução imaginativa’ ou a sistematização intelectual — conforme o modelo que melhor se adapte ao leitor —” é justamente o núcleo do “repensar pós-moderno sobre os problemas relativos à maneira como podemos, e realmente conseguimos, ter conhecimento a respeito do passado (HUTCHEON, 1991, p.126). Nesse sentido, cabe destacar também o que a estudiosa da literatura Regina Zilberman (2011) aponta sobre o papel da literatura para se obter conhecimento de tempos que foram e já não são mais. Observe-se o fragmento:

A ‘verdadeira experiência de literatura no passado’ pode estar perdida para sempre; o passado, como objeto da história, pode se mostrar mais mutável do que se desejaria. Porém, o empenho na direção de sua recuperação, visitando suas marcas materiais e seus efeitos sobre obras e livros, é o que expressa o significado da pesquisa e presentifica a interlocução com os objetos atribuídos a esse fenômeno há alguns séculos denominado literatura (ZILBERMAN, 2011, p.170).

Pensar nessas questões é fundamental para esta pesquisa, visto que as obras ficcionais que serão analisadas posteriormente utilizam-se de acontecimentos históricos para dar base a suas tramas. Vale ressaltar que os textos aqui estudados não se encaixam, de um modo geral, no gênero metaficção historiográfica e ou no gênero romance histórico, visto que ambos são descrições limitadas a determinado corpus de obras, localizadas em tempos distintos e com projetos estéticos distintos dos de Bernardo Carvalho. Nestas obras, há de fato uma necessidade de se falar, a partir de determinadas realidades factuais passadas (e de todas as feridas que elas deixaram abertas), daquilo que interfere diretamente na vida das personagens.

Nesse sentido, parece haver em seus textos uma necessidade de se mostrar realidades, geografias e culturas distantes, conseqüentemente diferentes daquelas em que se vive; uma necessidade de se mostrar que tal contexto socio-espacio-temporal molda e atravessa os sujeitos que são representados nessas narrativas ficcionais, não com o intuito de simplesmente mostrar algo que parece exótico, mas para fazer o leitor ver o mundo através de outros olhos.

Finalmente, com o suporte de Ricoeur, Lima, Mignolo, entre outros, foi possível explicitar a complexidade e, conseqüentemente, a riqueza advinda dos entrecruzamentos da história e da ficção, visto que o conhecimento histórico é sempre textualizado e que a ficção pode cumprir um papel importante na presentificação de um passado — conforme os textos que serão estudados em seguida demonstram. Devido a este entrelaçado particular, o relacionamento existente entre as duas formas narrativas aumenta as expectativas do público leitor e, assim, pode vir a expandir seu olhar, posto que desafia-o ao deslocamento, isto é, a sair de um lugar comum e explorar novos territórios do saber. Assim, cabe ressaltar, sobretudo, que é a partir dessa relação de dependência mútua, em que cada narrativa necessita da existência e das características da outra para garantir seu sustento e sua complexidade, que serão analisados os textos literários nos capítulos subsequentes.

3 SOBRE DIRECIONAR O OLHAR PARA O ORIENTAL: ANÁLISE DE *MONGÓLIA*

Neste capítulo, será analisada a obra literária *Mongólia* (2003) com base no aporte teórico apresentado anteriormente sobre literatura, história e representação. Para tanto, será dividido em duas partes, a saber: a seção 3.1, em que será feita uma breve contextualização histórica a respeito da formação do país e, em seguida, a seção 3.2, em que será realizada a análise propriamente dita da narrativa ficcional de Bernardo Carvalho.

3.1 Uma breve contextualização histórica sobre o país

Conforme mencionado anteriormente, a Mongólia é um país localizado na Ásia Central que faz fronteira com a Rússia ao norte e a China ao sul, a leste e a oeste. Deste modo, não possui saída ao mar, o que afeta diretamente sua economia, pois a falta de acesso dificulta os processos de exportação e importação. Seu território é composto por extremos, visto que contempla desde montanhas e taigas no norte, onde há proximidade com a Sibéria, e no oeste, onde se encontram os montes Altai, a vales e estepes no centro, bem como o deserto de Gobi ao sul. Este deserto, por sua vez, além de cobrir um terço do país, divide-o em Mongólia Exterior, ao norte, e Mongólia Interior, ao sul — porém, este território foi tomado pela China no século XVII e ainda faz parte dela. As condições geográficas e climáticas determinam o modo de vida adotado por muitos mongóis que se baseiam nas determinações da natureza para sobreviver, como é o caso das tribos nômades. A Mongólia é bastante extensa, com uma área de cerca de 1.560.500 km² mas, apesar disso, é um dos países menos povoados do mundo: o número total de habitantes hoje não chega a 3 milhões. Cabe ressaltar que a maior parte deles se concentra na capital, Ulan Bator (ou Ulaanbaatar, em mongol), e o restante faz parte da população nômade, que contempla etnias mongóis, cazaques, chinesas e outras.

O nomadismo faz parte da tradição da Mongólia desde os tempos mais remotos, que dizem respeito a um período anterior à unificação de seu povo por aquele que deu rumo à história do país — o líder popular Gêngis Khan. Conforme aponta Philip Parker (2011), “antes do início do séc. XIII, muitos grupos nômades ao norte e a oeste da China invadiam periodicamente as regiões povoadas. Alguns

eram derrotados em batalhas, outros eram afastados e alguns, ainda, eram assimilados pela cultura chinesa” e assim, “os mongóis foram um desses grupos, mas mantiveram-se absolutamente desunidos até o surgimento do líder Temüjin, que assumiu o título de Gêngis Khan⁴ em 1206”. O grande líder, portanto, foi intitulado o governante supremo daqueles grupos e, devido ao seu carisma e à confiança que ganhou da maioria de seus conterrâneos, “unificou os clãs mongóis, cujo domínio das estepes e das terras vizinhas continuaria por mais de um século” (PARKER, 2011, p.168). E justamente pelo significado que deu ao país, o império de Gêngis Khan deve ser analisado.

Há que se ressaltar, sobretudo, os motivos que o levaram a lutar pela unificação de seu povo. Quando ainda era criança, Temüjin viu seu pai ser morto por uma tribo rival, a dos tártaros, com quem os mongóis sempre disputaram território. O pai era um chefe de tribo atuante que, muito provavelmente, teria sido o próximo Khan dos mongóis. Com a sua morte, as tribos que eram próximas se desuniram. Daí a importância de sua perda e o pedido de vingança feito pela viúva, mãe de Temüjin, ao filho. Assim, o menino cresceu com o objetivo de vingar a morte do seu pai e, conseqüentemente, foi se tornando um guerreiro determinado e forte. As inúmeras conquistas territoriais pareciam naturais para ele, apesar de tudo o que fazia para vencer os inimigos. Gêngis Khan adotou nas guerras o terror através da violência.

O sucesso do grande líder deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que ele conseguiu remodelar a estrutura tribal da velha Mongólia, rompendo antigas disputas que existiam entre os clãs. Em segundo lugar, deve-se ao exército poderoso que construiu: contando com cerca de 100 mil homens, Gêngis Khan organizou uma cavalaria incomparável às dos padrões da época, com guerreiros treinados tanto para a agilidade no combate com cavalos como para os disparos com arco e flecha. Na maioria das batalhas, apesar de estarem em menor número, sua agilidade e habilidade em montaria os favorecia, assim como a estratégia de dividir-se em pequenas unidades táticas, vindas de lados diferentes, que

⁴ “Nascido em 1162 como Temüjin, em uma família de pequenos chefes clânicos, Gêngis Khan passou grande parte da infância precariamente, quase como um fora da lei. Foi em pequenas batalhas contra chineses que ele acabou por conquistar fama de guerreiro, o que lhe assegurou posição de liderança junto às tribos. Em 1206, ele foi proclamado Gêngis Khan, ou ‘governante universal’, quando passou a chefiar um exército temido de mais de 200 mil homens. Diz-se que morreu de uma queda de cavalo em 1227, e que foi enterrado, de acordo com o costume, em um túmulo sem nome” (PARKER, 2011, p.169).

desnorteavam o inimigo. Assim, quem enfrentava os mongóis, pensava que eles estavam em toda a parte. Além disso, outro motivo levou Gêngis Khan ao sucesso: ele inaugurou um sistema de comunicação para facilitar o contato entre os soldados e as conseqüentes conquistas. Tal sistema, chamado “yam”, funcionava assim: a aproximadamente cada 50 km, havia um posto em que se contava com 400 cavalos à disposição, com comida e abrigo para os homens que levavam cartas do grande líder, com instruções sobre os próximos passos das batalhas. A cada posto, o soldado, se estivesse munido com um medalhão oficial do governo, poderia parar e, estrategicamente, trocar de cavalo, comer e seguir viagem em segurança, levando notícias a toda parte. O serviço de correio a cavalo, portanto, instaurou-se e funcionou satisfatoriamente.

Em 1211, os mongóis invadiram a China, que os considerava um povo atrasado cuja maior motivação era a de provocar brigas inúteis. Na verdade, os chineses os viam como homens rudes, bárbaros e selvagens, mas que, justamente por seu estado “bruto”, poderiam se tornar seus aliados. Entretanto, logo que os mongóis chegaram no território vizinho, suas reais intenções foram percebidas: antes das invasões, tocavam tambores com o intuito de apavorar a todos, já que o som estridente se ouvia de longe; depois, em terras inimigas, faziam suas investidas em formato de guerra-relâmpago, surpreendendo os rivais; além disso, capturavam soldados e os levavam consigo para mais adiante jogá-los em fossos e logo passar por cima deles a cavalo, para que os demais percebessem seu estilo de guerra. Utilizavam-se de uma violência jamais vista, com o intuito de instaurar, antes de tudo, uma guerra psicológica para serem temidos mesmo pelos povos mais longínquos. Assim, dentre as estratégias já citadas, estava também a de matar todo ser vivo que encontrassem, incluindo crianças, cães e gatos. Do mesmo modo, os mongóis procuravam aniquilar as cidades que tomavam e, para tanto, saqueavam-nas, incendiavam-nas e jogavam sal em suas terras para que não mais dessem frutos se alguém tentasse se reestabelecer nelas posteriormente. Utilizando-se destes recursos, em 1215 conseguiram dizimar a cidade que corresponde à atual Pequim e, assim, o território mongol se expandia vertiginosamente. Como é possível observar no fragmento abaixo,

Em 1218, Gêngis Khan já havia destituído o canato Kara Khitan da Ásia central e dado início a uma devastadora campanha de seis anos de duração contra o Império Khwarezmida, que controlava grande parte dos atuais Irã e Afeganistão. Foi nessa época que os mongóis ganharam fama de guerreiros

impiedosos, saqueando as cidades da Rota da Seda de Samarcanda e Bucara e matando cruelmente as populações das cidades que ousassem resistir. Excelentes cavaleiros, com grande mobilidade e capazes de atingir os oponentes em alta velocidade, eles demonstraram ser inimigos terríveis até mesmo para os Estados bem-organizados (PARKER, 2011, p.168).

Assim, durante os 25 anos em que foi o comandante do Império Mongol, Gêngis Khan conquistou mais terras do que Roma ao longo dos seus 400 anos de império na Europa. O território da Mongólia, na época do grande líder, possuía em torno de 16 milhões de km² e, por isso, pode ser considerado o maior império da história humana até agora. O referido sucesso do Khan deve-se também à percepção que teve do fato de que suas terras ficavam no meio da Rota da Seda e, portanto, poderia mudar o futuro de seu povo por meio do comércio. Deste modo, teve início o período que se chamou de “pax mongolica”, em que se tornou possível viajar em segurança de Roma a Pequim, ou seja, houve uma abertura do Oriente para o Ocidente pela primeira vez em mil anos — e, diga-se de passagem, isto só voltou a acontecer já no século XX —. Contudo, no ano de 1227 Gêngis Khan morreu após cair do seu cavalo quando se direcionava a um novo território. Pouco tempo depois,

em 1229 Ogoday, que havia herdado o título de ‘Grande Khan’, enviou os exércitos mongóis à China, expulsando os Jin do norte do país em 1234. Ogoday, então, despachou sua horda para o Ocidente, assolando quase toda a Rússia, inclusive Kiev, sua cidade mais importante, em 1240. Ainda assim, o apetite de expansão dos mongóis parecia insaciável, e no ano seguinte a vitória sobre um exército germano-polonês em Legnica, na Polônia, espalhou terror nos povos mais a oeste, que temiam ser os próximos. A morte de Ogoday, porém, levou o exército mongol a se recolher enquanto os mongóis escolhiam um sucessor (PARKER, 2011, p.168-169).

Depois de Ogoday, conforme esclarece Parker (2011), surgiu “Mongke, que foi escolhido como Grande Khan em 1251, fez campanhas no norte da China e contra o califado Abássida, no Oriente Médio, saqueando Bagdá em 1258” (PARKER, 2011, p.169). Contudo, para a surpresa do povo mongol, “pouco depois de sua morte, em 1260, os mamelucos egípcios (soldados escravos) derrotaram um pequeno exército mongol em Ain Jalut, reduzindo a reputação de invencíveis dos mongóis”. Mesmo assim, os descendentes de Gêngis Khan não se desviaram dos seus ideais e, ainda segundo o que aponta Parker (2011), “na década de 1270, Kublai Khan concentrou sua atenção no sul da China, e os mongóis se mantiveram no poder até 1368. Eles governaram a Ásia central por um século a partir de então, porém só recuperaram seu antigo poder com Tamerlão, de 1370 a

1405” (PARKER, 2011, p.169). Este, por sua vez, também conhecido como Timur, o Manco, já no início do século XIV almejava seguir os passos do afamado Gêngis Khan. Entretanto, conseguiu superar seu ídolo no que diz respeito à violência utilizada em guerra: além de ser mais rápido, era mais cruel — as cabeças dos inimigos degolados eram todas empilhadas e queimadas e, nesse período, era comum ouvir falar de montes desta natureza que se encontrava pelos campos da região —. A única característica que o diferenciava de Gêngis Khan é que Timur, de cada cidade conquistada, capturava os melhores operários, artesãos e engenheiros para fazê-los trabalhar a seu favor. Baseado nestas estratégias é que “Tamerlão unificou grande parte da Ásia central e por pouco não destruiu o Império Otomano” (PARKER, 2011, p.169).

Entretanto, depois de sua morte, os mongóis começaram a se desunir: tornaram a brigar entre si, como costumava ocorrer entre os clãs no período anterior à unificação realizada por Gêngis Khan. Além disso, não havia mongóis suficientes para governar tamanho império e, conseqüentemente, no final do século XIV ele já estava em ruínas. O povo daquele território, portanto, foi perdendo forças e logo começou a desaparecer da história.

Não demorou muito tempo para que a China revertisse a situação, pois logo conseguiu dominar tanto a Mongólia Interior como a Mongólia Exterior. O país permaneceu sob seu domínio durante quase cinco séculos, até o começo do século XX, com a queda da dinastia Qing, em 1912. Neste ano, os mongóis do norte declararam a independência da região da Mongólia Exterior baseados na proteção do país vizinho do norte. Alguns anos depois, passada a Revolução de 1917 na Rússia, os comunistas mongóis conseguiram chegar ao poder no seu país, em 1924, pois obtiveram ajuda dos comunistas bolcheviques. Assim, o regime comunista foi consolidado pelo Partido Revolucionário Popular da Mongólia (PRPM). Após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética voltou a afirmar sua influência na Mongólia e, neste período, obviamente, as relações entre a Mongólia e a China se deterioraram.

Apenas no ano de 1989, com a queda do muro de Berlim, é que começaram a surgir alguns protestos pacíficos no país para o fim do comunismo. No mesmo ano, o resultado dos protestos aparece: as primeiras eleições democráticas multipartidárias ocorrem em julho de 1990. Com o fim do comunismo, o país

finalmente cortou seu laços com a União Soviética e pode se abrir para as relações exteriores. Atualmente, a mineração é a principal atividade econômica da Mongólia, tanto de carvão como de cobre e ouro, o que atrai investidores de outros países e concentra o desenvolvimento nas cercanias da capital, Ulan Bator. Entretanto, há também a pecuária, que é fundamental para a renda dos pequenos criadores de ovelhas, porcos, cabras, iaques, cavalos, renas e camelos, geralmente nômades, que transitam pelas regiões mais distantes do país. Cabe ressaltar que estes nômades ainda se utilizam das “iurtas”, as tradicionais tendas em que se abrigam desde um tempo anterior ao do império de Gêngis Khan, abrigos que são montados e desmontados com praticidade, visto que são feitos à base de feltro costurado à madeira e cobertos por uma lona que os isola e protege tanto do frio como do calor extremos dos seus desertos e montanhas. Uma das tribos que ainda sobrevive é a dos “tsaatan”, que vivem isolados na região oeste do país, deslocando-se quando necessário para alimentar suas renas, principal fonte do seu sustento. Na mesma região, há os tradicionais caçadores com águias, que treinam as aves ao longo dos anos para que os auxiliem na busca por pequenos animais — tradição que vira atrativo para os turistas ocidentais. Note-se, também, outra tradição que ainda consegue reunir a população dos quatro cantos do país: trata-se do “Naadam”, festival nacional que acontece em Ulan Bator anualmente, no mês de julho, em que há competição dos esportes mais apreciados pelos mongóis, a saber, a corrida de cavalos, a luta livre e o arco-e-flecha. Vale frisar que a corrida de cavalos contempla competidores das mais variadas idades, sobretudo crianças que, antes mesmo de aprenderem a falar, já sabem andar a cavalo, o que remonta aos costumes primitivos dos exímios cavaleiros de Gêngis Khan e mostra porque foram os melhores de sua época. Durante o Naadam, os mongóis procuram se vestir com os trajes tradicionais coloridos que seus ancestrais nômades costumavam utilizar em algumas datas comemorativas.

Para além da tradição, é importante destacar que a Mongólia atualmente é uma das economias mais aceleradas do mundo graças à mineração, que começou a atrair os investidores após o fim do comunismo quando, por fim, puderam abrir os olhos para as riquezas daquele solo. Contudo, o processo de crescimento vertiginoso deixou o país num impasse, pois tem de lidar ao mesmo tempo com um desenvolvimento econômico tardio e com a própria identidade, que não consegue se

enxergar entre tantas outras que convivem no mundo globalizado. Nesse sentido, o escritor Bill Donahue, em matéria publicada no jornal português *Público*, fala sobre crescente economia do país e sobre sua tradição. Ao longo de sua estadia na Mongólia, Donahue conversa com diversas pessoas, de idade e profissões diferentes, para saber o que pensam os mongóis sobre o momento pelo qual estão passando. Nas ruas, percebe-se de longe cartazes com o rosto de um cantor local nos postes de luz: ele “está vestido ao estilo do século XIII, com um manto comprido e um chapéu pontiagudo tipo capacete, como se estivesse prestes a saltar para cima de um cavalo e juntar-se ao velho senhor da guerra Gêngis Khan para uma batalha nas estepes”⁵. Depois de se inteirar sobre o trabalho do cantor, Donahue afirma que “a música de Javhlan condiz com sua imagem. É triste e patriótica. A sua voz profunda de barítono reverbera, viril e ensopada em emoção, com batidas eletrônicas por trás”⁶ e, ainda, na letra de uma música sua intitulada *Promise*, o cantor “pede desculpa aos seus antepassados pela forma como a Mongólia se vendeu aos chineses e assegura que a profanação vai parar”. Motivado por isso, Javhlan concorreu ao Parlamento como candidato não elegível do terceiro partido e, apesar de não sido eleito, justifica sua atitude com ar patriótico: “os estrangeiros estão a escavar a nossa terra e a destruir as zonas de pastagens e hibernação. Não tinha outra alternativa senão candidatar-me”.

No que diz respeito especificamente à economia, durante séculos que foram baseados na atividade pastoril, o país se manteve estático. Entretanto, a partir do movimento proporcionado pelas mineradoras, “em 2011, conseguiu um crescimento de 17,3% do seu Produto Interno Bruto. O Banco Mundial previu que o país terá uma das economias com maior crescimento no mundo em 2013, 2014 e 2015”. De qualquer forma, estimava-se que a maior mina do país, Oyu Tolgoi, deveria “conter 36 milhões de toneladas de cobre e 1300 toneladas de ouro”. Naturalmente, a maior parte destas toneladas é destinada para a China, de modo que “agora em alguns mapas chineses a Mongólia é reduzida a uma mera província da China com o tamanho do Alasca”, o que afeta bastante o povo mongol.

⁵ Trecho extraído da matéria “A economia da Mongólia está a crescer. Onde fica a tradição?”. Disponível em: <http://www.publico.pt/tema-de-capa/jornal/a-economia-da-mongolia-esta-a-crescer-onde-fica-a-tradicao-27225231> Acesso em: 10 dez. 2015.

⁶ Doravante, ressalta-se que todos os fragmentos são extraídos do mesmo texto, cf. nota de rodapé nº 6.

É importante considerar que boa parte da população rural, atraída pela ideia de uma capital mais rica, tem se deslocado para Ulan Bator (UB) num ritmo de aproximadamente 50 mil pessoas por ano, e lá plantam “suas tendas de pastores (chamadas *gers* [ou iurtas]) indiscriminadamente nas franjas da cidade”. Assim, o crescimento do número de carros em UB, não coincidentemente, triplicou na última década. Entretanto, de certo modo, na capital ainda “continua a haver uma vida nómada: as ruas não têm nome. Os locais navegam como pastores no deserto, estudando a rota do sol enquanto procuram os prédios altos. Nem sequer existem passadeiras — os moradores são obrigados a desviar-se dos carros”.

Apesar deste período de globalização em que o país se encontra, num misto de novidade e caos, a Mongólia ainda mantém laços com o passado, principalmente pela figura de Gêngis Khan, que está reaparecendo e é enormemente admirado pelo povo — tanto o é que foi feita uma estátua de 40 metros de altura em sua homenagem, colocada nas cercanias de Ulan Bator. Até mesmo os mais jovens estão adotando velhas tradições. Ao longo de sua estadia pela capital, Donahue se questiona sobre o que é necessário neste momento para que a Mongólia não perca a integridade e a alma, justamente quando está se incorporando ao mundo globalizado. Assim, conversa com algumas pessoas e vai obtendo respostas diferentes. Para Shirendev, responsável das relações públicas da empresa *Energy Resources*, a resposta é o carvão — este, aliás, seria sua única hipótese para a salvação da nação. De acordo com ele, “se temos de desenvolver o nosso país, precisamos de trabalhar nas minas. Resolvi que ia me dedicar a isso enquanto era jovem. Depois, quando for velho, posso ter uma coisa de que me orgulhar. Posso dizer ‘eu estava lá quando começou’”. Contudo, Donahue comenta com Shirendev o que presenciou ao visitar sua empresa no deserto de Gobi e lhe impressionou: “uma enorme mina a céu aberto, com 1,6 por 1,6 quilómetros; camiões de 240 toneladas de carvão de um lado para o outro como brinquedos na paisagem lunar; uma poeira cinzenta por todo o lado; os *gers* dos trabalhadores, que antes eram brancos”, agora estavam “pretos como os pulmões de um fumador”. Além disso, Donahue destacou em sua fala que “todos os anos, a indústria mineira está a retirar milhões de toneladas de rocha do solo da Mongólia e a gastar os seus escassos recursos de água para processar os minérios”. Por conseguinte, acrescentou que “em muitos locais do país, a água potável está a decair, tornando difícil sustentar o gado”.

Shirendev, por sua vez, reconhece a realidade provocada pela mineradora, porém, justifica-a com base nos ensinamentos budistas, afirmando que “é errado matar um animal sem motivo, mas, se matamos o animal para sobreviver, isso é outra história. Nós estamos ajudando a Mongólia a sobreviver”. Donahue ainda indaga se a Mongólia não está sendo asfixiada pelo carvão, visto que a população utiliza-se dele para se aquecer e que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), durante o inverno Ulan Bator é a segunda cidade mais poluída do mundo. O que mais preocupa Shirendev, de qualquer modo, não é a poluição, mas quem realmente lucra com ela: acredita que seus conterrâneos estão trabalhando para os chineses, como se fossem colonizados e, para ele, “não tem de ser assim. A Mongólia é um país com educação”. Shirendev ainda afirma que trabalha para a Energy Resources apenas porque ela “é quase 100% detida pelos mongóis. É uma boa ideia — é uma empresa que ajuda os mongóis a acreditar que podemos ser nós a construir este país”.

Entretanto, as opiniões da população divergem bastante conforme a idade das pessoas. Ao conversar com um pastor de 60 anos, Donahue ouviu dele que a Mongólia não poderá ser salva e que tem vontade de morrer. Tserenbazar pertence a uma família que vive há 200 anos numa zona rural de Gobi que agora foi atravessada por uma estrada, construída justamente pela Energy Resources para ligar a produção de sua fábrica à China, que fica a 241 quilômetros de lá. A indignação de Tserenbazar dá-se pelo fato de que a estrada não funciona: ela só pode ser utilizada por caminhões com carvão, porém, a *Energy Resources* cobra uma tarifa para que caminhões de outras empresas a utilizem. Para não terem de pagar, explica Tserenbazar, “seus condutores passam ao lado da estrada, em cima da terra. Fazem pó. Os animais não conseguem respirar. A erva está suja. Os animais a comer adoecem — se abrimos as suas entranhas, estão pretas. E eu também estou doente”. A realidade mongol mudou: “as alterações climáticas globais secaram o deserto. Os caminhões de carvão surgiram rolando pelo piso de terra batida, e agora há mais carros também conduzidos pelos mineiros mongóis com mais dinheiro. O Sul de Gobi é subitamente um mundo de poeira rodopiante”. Ainda assim, em janeiro de 2012, Tserenbazar e outros 30 pastores fizeram um protesto na tentativa de travar a mudança, ficando oito horas de braços cruzados ao lado da estrada, munidos com paus, sob uma temperatura de -30°C, impedindo cerca de 300

caminhões carregados de carvão de viajar através do pó. Reivindicavam às autoridades que os motoristas conduzissem apenas no asfalto e, apesar das promessas imediatas dos políticos de que a situação seria resolvida em breve, nada aconteceu nos meses seguintes. Eles desistiram.

Donahue, em sua trajetória, conversa também com um homem que demonstra uma grande preocupação com a identidade mongol frente à presença das empresas chinesas no país. Considerando-se um puro mongol, ele fala sobre luta de classes enquanto ouve uma banda alemã de trash metal, dirigindo seu Land Cruiser na companhia de Donahue. Chama-se Galsansuh, tem 40 anos e se intitula um “poeta mongol pós-moderno”. Galsansuh afirma que “não tem sangue chinês — é um mongol puro. E aquela estátua do Gêngis Khan é a ferramenta que precisamos para nos impedir de nos tornarmos parte da China”. De fato, acredita que em breve as pessoas vão se revoltar por receberem tão pouco das mineradoras e derrubarão o governo, fazendo, assim, com que a Mongólia recupere seu poder ancestral.

Cabe ressaltar que, apesar de haver certos sentimentos nacionalistas por parte de alguns, ainda há quem acredite no grande poder de adaptação do povo mongol às adversidades, que sempre fizeram parte de sua história. É o caso de Ariunaa Tserenpil, diretora do Conselho para as Artes da Mongólia, que não hesita em afirmar: “há esta ideia de que os mongóis têm de ser masculinos e duros — que a história se faz por pessoas que montam a cavalo e combatem. Mas agora temos de realçar as nossas outras qualidades”. Ariunaa não nega o fato de que Ulan Bator, de certa forma, continua sendo uma cidade de características nômades: “muitas pessoas aqui conduzem carros como conduzem cavalos — se dão de caras umas com as outras, alinham-se para ver quem avança primeiro. Não há sentido de colectividade”. Além disso, ela sabe que o comportamento das pessoas provindas das estepes ainda precisa ser aprimorado, como é possível observar no trecho citado por ela: “no meu prédio, sabemos quando uma família nômada se muda para lá. Deixam o lixo no corredor. No início, nem sequer o tiram do caixote”. Contudo, com o tempo eles conseguem efetivamente adaptar-se ao novo modo de vida e até ao trânsito da capital: “aprendem a viver com os vizinhos. Param e negociam no trânsito, dizem: ‘Pode avançar primeiro’”.

Nesse sentido, Ariunaa afirma com a segurança de quem sempre pertenceu àquele local: “os mongóis podem ser flexíveis. Está nos nossos genes. Se o prado

não é bom, vamos para outro. Precisamos de levar esta elasticidade para o contexto global. Não podemos simplesmente dizer ‘vamos fechar as nossas fronteiras e encerrar todas as minas’”, pois, naturalmente, “isso não vai resultar. Precisamos de aprender a ser vizinhos, e conseguiremos fazê-lo. Já fizemos antes”. Durante o século XIII, conforme salienta Ariunaa, a Mongólia não era uma potência embrutecida. Pelo contrário, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, foram os mongóis que de fato desenvolveram a Rota da Seda depois de aumentar significativamente seu império. No final de sua fala, Ariunna destaca sua esperança de um futuro tão próspero quanto o passado: “fomos um dos primeiros países a ter comércio internacional e passaportes. Nessa altura não tínhamos medo dos chineses. Fomos uma nação forte com uma economia diversificada e podemos chegar lá outra vez, com o tempo”.

Dentre as pessoas que Donahue encontrou em sua visita à capital mongol há, além das que foram apresentadas aqui, outras pessoas que apresentaram ideias conservadoras a respeito da abertura do país; do mesmo modo, encontrou pessoas que acreditam que a melhor solução para a Mongólia seria a de a população voltar a ser nômade, vivendo nas iurtas, mudando de lugar de acordo com a natureza; encontrou também pessoas que moram no deserto de Gobi e deixaram de ser pastores para irem a Ulan Bator, periodicamente, trabalhar como taxistas, o que lhes é muito mais rentável financeiramente; e encontrou até mesmo músicos de bandas de rock que procuram mostrar através da arte como é viver na Mongólia. Com base nos relatos dados por estas pessoas, percebe-se a clara divisão de um povo que, por um lado, se apega ao passado glorioso de Gêngis Khan e tem medo do rápido crescimento a que o seu país está submetido e, por outro, permite-se fazer parte das mudanças que podem efetivamente começar a melhorar sua qualidade de vida e sua situação socioeconômica, ambas prejudicadas por séculos de submissão a regimes comunistas dos seus vizinhos, China e Rússia.

3.2 Desajustes ocidentais: olhares de *Buruu nomton* sobre a Mongólia

Mongólia é uma narrativa ficcional em que o narrador-personagem, ex-diplomata brasileiro que sempre sonhou se tornar escritor, sensibilizado após a morte de seu amigo, que também foi um diplomata, resolve analisar os diários que este lhe entregara pouco tempo antes de voltar para o Brasil e, a partir disso, escreve um livro. Já no começo do texto, explica que, alguns anos antes de ser assassinado pelos sequestradores do próprio filho, no momento em que iria pagar o resgate, na cidade do Rio de Janeiro, o amigo do narrador, protagonista da trama, havia estado a serviço da embaixada brasileira na Mongólia, período em que deixou seu posto de vice-cônsul em Xangai e foi encarregado (pelo narrador-personagem que, na época, era seu superior) de encontrar um fotógrafo brasileiro desaparecido nos montes Altai havia meses. Deveria, também, o mais rápido possível, trazê-lo de volta ao país. Para tanto, teve de refazer todo o percurso traçado pelo rapaz, utilizando-se do mesmo guia turístico que o havia atendido para obter mais detalhes sobre o tempo que o jovem passou por lá. Assim, graças à boa vontade do guia mongol, chamado *Ganbold*, o diplomata recupera, dentre outros poucos pertences pessoais que restaram, o diário que o fotógrafo escreveu durante boa parte de sua viagem. Ao mesmo tempo, o protagonista escreve o seu próprio diário, com descrições detalhadas das impressões que teve desde sua estadia em Xangai até o período em que percorreu a Mongólia em busca do desaparecido. São estes dois diários, portanto, que ele entrega ao narrador-personagem na embaixada de Pequim, antes de retomar a função de vice-cônsul em Xangai. Entretanto, o narrador só descobrirá suas intenções no final da narrativa.

É preciso chamar a atenção, antes de qualquer coisa, para o nome escolhido por Bernardo Carvalho para o protagonista, visto que ele marca claramente o ponto de vista que prevalecerá ao longo da narrativa: “Foi chamado de Ocidental por nômades que não conseguiam dizer o seu nome quando viajou pelos confins da Mongólia” (CARVALHO, 2003, p.9). Portanto, já a partir do seu apelido, Ocidental apresenta o viés pelo qual analisa as pessoas e os lugares que conhece durante sua viagem e que, concomitantemente, registra em seu diário. Por sua vez, utilizando-se da superposição de trechos dos diários, o narrador-personagem vai intercalando as anotações do Ocidental e as do desaparecido — diferenciando-as tipograficamente

no texto — bem como seus próprios comentários e opiniões sobre o que os dois brasileiros diziam em relação aos orientais. Deste modo, gradativamente o leitor vai tendo acesso à forma tipicamente ocidental de perceber o mundo que o protagonista e o fotógrafo, não coincidentemente, demonstram ter em comum.

O narrador-personagem, cujo nome não aparece na trama, admite desde o princípio que não é um homem especialmente corajoso, visto que desde os vinte e cinco anos, quando começou a trabalhar no Itamaraty, tinha o sonho de ser escritor e, no entanto, só aos sessenta e nove conseguiu concretizá-lo. Em seguida, comenta sobre o Ocidental que, “em princípio, ele também não era de correr riscos. Mas, ao contrário do que acontecia comigo, a impaciência e o destino o impeliavam irremediavelmente na direção do perigo” (CARVALHO, 2003, p.11). De certo modo, já nas primeiras páginas parece haver, além da impaciência, certa teimosia como característica da personagem, como se observa no trecho: “podia ter seguido uma carreira brilhante, porque era um homem inteligente e ambicioso, mais ambicioso do que eu, pelo menos, mas também não era um sujeito fácil” e, mais ainda, “não era talhado para obedecer a ordens ou deixar de dizer o que pensava por respeito à hierarquia. Tinha escolhido a profissão errada” (CARVALHO, 2003, p.11-12). Além disso, nota-se que o Ocidental tem uma mentalidade repleta de estereótipos, bem enraizados no seu discurso devido à cultura em que cresceu e foi educado, cultura que costuma invisibilizar as diferenças e que, se por acaso as vê, vê de forma superficial, pois, de um modo geral, não procura situá-las histórica e socialmente para, a partir disso, formar uma opinião plausível. Assim, quando chega à China, já enxerga tudo através de um filtro seletivo, capaz de distorcer desde a arquitetura até o ar das cidades. Observe-se o fragmento a seguir:

Faz uma semana que estou aqui. Uma bruma baixa cobre a cidade, faz um calor opressivo. Tem sido assim desde que cheguei. Como em Xangai. Mas ao contrário do que acontece em Xangai, a escala arquitetônica aqui é inumana. Pequim é uma cidade de extremos. O caos vem sendo varrido há décadas para fora da cidade. Xangai foi em grande parte construída por estrangeiros, para o bem-estar dos estrangeiros, que por sua vez tratavam os chineses como animais e os baniam do seu campo de visão, e com isso só acirravam as contradições que lá permanecem até hoje nos traços da urbanização. É uma cidade terrível, mas ironicamente mais humana do que Pequim. Em Xangai, ao lado da miséria, do crime e da opressão, foram erigidos lugares idiossincráticos, deslumbrantes, aconchegantes, protegidos para o privilégio de ricos e colonos; são casas, clubes, hotéis, vilas, parques e ruas arborizadas que de alguma forma constituem o espírito de uma cidade colonial, explorada, expropriada, usurpada e puta (CARVALHO, 2003, p.16-17).

Como se pode notar, para o Ocidental há uma clara desumanização do ambiente urbano de Pequim, tanto que, de acordo com suas palavras, ainda que Xangai possua predicados considerados negativos — uma cidade “explorada, expropriada, usurpada e puta” —, é melhor que a outra, inumana e extremista. A indignação do protagonista é tamanha que faz com que ele procure algumas informações sobre a formação da cidade e, em seguida, comece a fazer seus julgamentos e comparações apressadas, utilizando-se, para tanto, até mesmo da geografia local para justificar as conclusões que tira sobre aquele ambiente:

A convivência entre o conflito, o confronto e a diferença, nem que fosse clandestina, fez de Xangai uma cidade cheia de desigualdades, mas viva. Em Pequim, ao contrário, tentam banir há décadas, provavelmente há séculos, todas as contradições para fora da capital. São grandes espaços, esplanadas e avenidas para cidadãos subjugados e obedientes, ao lado dos últimos resquícios dos velhos hutongs, aglomerações caóticas e labirínticas, favelas de alvenaria e pedra baseadas na antiga disposição dos acampamentos mongóis. Os parques são como ilhas confinadas entre grandes avenidas. Na verdade, são prisões. Os edifícios espalhados, vistos de longe, são como torres de uma cidade de ficção científica, um mundo ao mesmo tempo futurista e decadente, sob a opressão das nuvens de poeira e da névoa que, tornando a luz do sol difusa e tênue, fazem do horizonte uma miragem, um desejo cego para quem quer escapar deste lugar sem saídas, um lugar que tenta ser asséptico, em vão, apesar de toda a sujeira mais atávica e dos odores mais variados e fétidos que volta e meia sobem ao nariz (CARVALHO, 2003, p.17-18).

Assim, dá continuação a suas análises, tendo no diário uma espécie de companheiro com quem compartilha, livre de qualquer culpa, suas opiniões acaloradas, provavelmente afetadas pela “sujeira mais atávica” e pelos “odores mais variados e fétidos” a que se refere no excerto acima. Frequentemente, o Ocidental se fixa na arquitetura da cidade, buscando sempre encontrar no formato de seus prédios e na disposição de ruas e avenidas as justificativas para o comportamento de seus habitantes. Isto fica claro, por exemplo, no fragmento que segue: “a arquitetura monumental das portas dos antigos muros da cidade e do seu núcleo, a Cidade Proibida, oprime o ser humano pela grandiosidade, reduzindo-o à insignificância (...)” (CARVALHO, 2003, p.18). Do mesmo modo, o Ocidental enfatiza a sensação de opressão causada pela união da arquitetura e da geografia da cidade, como se vê:

Os espaços enormes e as esplanadas esvaziadas de árvores ou vegetação são as bases de uma cidade concebida segundo a ideia do labirinto (uma muralha após a outra): mesmo quando não há nada erguido, nenhuma construção, é difícil avançar, como se um peso obrigasse à imobilidade,

como se qualquer movimento levasse ao descaminho. Pequim é a materialização arquitetônica da sensação labiríntica. Quando não há paredes e muros a serem transpostos, são espaços imensos que fazem o homem pensar duas vezes antes de dar o primeiro passo (...). A ideia do labirinto está entranhada até nos subterrâneos da cidade. Não há como escapar. Como se o labirinto tivesse contaminado a própria geografia: está no chão, no solo, e permanecerá neste lugar mesmo que algum dia não haja mais cidade. O labirinto é o vazio. Pequim é uma cidade feita para não deixar entrar e que acaba por não deixar sair. Uma cidade concebida pela ótica obsessiva da defesa, a despeito de todo e qualquer bem-estar dos cidadãos (CARVALHO, 2003, p.18).

É importante reiterar, entretanto, que em todo o texto há uma superposição de vozes narrativas, e entre elas não há ordem cronológica e/ou hierárquica: as informações não são apresentadas ao leitor linearmente, de modo que o diálogo entre narrador-personagem e protagonista é inevitável e mostra, na maioria das vezes, pontos de vista radicalmente contrários. Ora, neste ponto parece haver uma estratégia narrativa explícita, qual seja: a de provocar, sempre que possível, o confronto e a divergência de ideias entre as personagens, forçando, portanto, o leitor a lidar com as diferentes informações que encontra. Nesse sentido, pode-se destacar, por exemplo, o fragmento em que, cansado do odor da cidade, o Ocidental procura refúgio em um lugar mais afastado: “em busca de um pouco de ar, aluguei uma bicicleta e fui visitar os *hutongs* ao longo do lago Houhai. Em vão. São igualmente opressivos e fedorentos neste calor, e devem ser inabitáveis no frio do inverno” e, ainda acrescenta, “alguém poderia chegar ao cúmulo de defender a teoria de que os *hutongs* são uma resistência, também labiríntica, ao poder e à sua representação nas largas avenidas e esplanadas, mas seria um ponto de vista tolo e superficial”, e chega à conclusão de que, para ele, “o principal é que não há prazer ou alívio em lugar nenhum. Tudo ou é demasiado aberto ou confinado demais. Não há meio-termo” (CARVALHO, 2003, p.19). Contudo, logo depois destas generalizações se sobrepõe a opinião do narrador-personagem, que por sua vez defende: “os *hutongs*, criados à imagem caótica dos acampamentos mongóis, eram para mim uma reação natural ao poder, eram labirintos cuja força o poder comunista tentava destruir, ao abrir grandes espaços e avenidas. Era tão óbvio”. Para ele, portanto, parece claro que “os *hutongs* eram uma reação à visibilidade total e às formas da opressão expressas desde a Cidade Proibida até o projeto urbanístico comunista” (CARVALHO, 2003, p.20). As divergências de perspectiva sobre um mesmo ponto são recorrentes, assim como a banalização daquilo que pertence ou diz respeito ao outro — neste caso, o outro, o diferente, ainda é o povo chinês —. O

Ocidental em seguida passa a falar sobre os problemas da arte chinesa: “nunca, em nenhum outro país onde estive, a arte me pareceu tão supérflua, a ponto de inexistir ou de pelo menos não estar à vista, apesar de todos os esforços oportunistas de curadores e marchands ocidentais” que, para ele, vendem “a ideia de que na China a arte contemporânea está fervilhando”, embora ele considere que “essa é uma das representações mais agudas do inferno, um estado automático de infelicidade pragmática, um estado de simples sobrevivência” (CARVALHO, 2003, p.21-22). Oportunamente, o narrador-personagem intervém, amenizando as palavras do Ocidental ao explicar, conforme o trecho que segue: “demorei a entender que falar asneiras sobre o que não conhecia era uma tentativa perturbada de se aproximar desse objeto e de conhecê-lo. Ele esperava provocar o ultraje em alguém que por fim lhe esclarecesse as coisas”, ou seja, “alguém que pusesse os pingos nos is e um ponto final na sua diatribe imaginária sobre a China” (CARVALHO, 2003, p.31).

Quando chega à Mongólia, apesar de, por um lado, ainda utilizar o mesmo filtro de estereótipos para analisar a tudo e a todos que conhece, por outro lado, parece não haver em relação a este país o mesmo ranço que havia nele em relação à China. Assim, seus primeiros passos na capital, *Ulaanbaatar*, destinam-se a encontrar rapidamente o guia que conduziu o fotógrafo desaparecido seis meses antes. Logo no seu primeiro encontro com *Ganbold*, o Ocidental consegue informações importantes sobre o itinerário planejado pelo brasileiro, que acabam lhe fazendo conhecer um pouco daquele universo cultural, aparentemente tão exótico:

O rapaz tinha ido à Mongólia com a intenção de fazer uma viagem que os guias locais costumam chamar de ‘clássica’, por ser a mais comum e a mais tradicional. Chegou no início do verão, como a maioria dos turistas, com o intuito de atravessar o país de carro, de norte a sul, aproveitando para fotografar a festa nacional, Naadam — ou ‘Os Jogos’ —, comemorada nos dias 11 e 12 de julho, no antigo sítio da capital do Império mongol do século XIII, Karakorum, hoje não mais que um vilarejo ao lado do célebre mosteiro de Erdene Zuu, o maior do país, antes de seguirem para o sul, onde pretendia passar a maior parte do tempo. Ficou quase dois meses no Gobi (CARVALHO, 2003, p.36-37).

Do mesmo modo, à medida que conversa com o guia e percorre as ruas centrais da cidade, vai descobrindo aspectos importantes a respeito da sua história, como, por exemplo, a influência que a Rússia, país com que faz fronteira ao norte, exerceu sobre a Mongólia durante muito tempo. Isto se estende desde questões políticas a questões culturais, tais como a língua e sua escrita: “numa das encostas,

tinham escrito alguma coisa em *uigur*, o alfabeto clássico mongol, em letras brancas, em linhas verticais. Sob pressão dos russos, os mongóis acabaram abandonando o *uigur* e adotando o cirílico nos anos 40” (CARVALHO, 2003, p.38). Ainda, nota-se que são descritas nos diários, inúmeras vezes, certas vestimentas que parecem ser típicas dos habitantes daquela região, como é possível observar no trecho que segue: “também havia casais que conversavam na esquina, vestidos com dels coloridos de verão, uma espécie de manto amarrado na cintura, o traje típico dos mongóis. Deviam ser nômades do interior, de passagem pela capital” (CARVALHO, 2003, p.38).

Por meio do diário do desaparecido, a geografia local também vai sendo apresentada. De um modo geral, grande parte da população do país se concentra na capital — o resto é composto por nômades, que transitam buscando o melhor abrigo de acordo com as estações do ano. De *Ulaanbaatar* saem poucos voos, que geralmente têm por destino a fronteira com a Rússia, onde começa a região montanhosa que é o destino turístico mais comum. Observe-se: “voamos de *Ulaanbaatar* para *Khatgal*, na região de *Khövsgol*, terra de xamãs na fronteira com a Rússia. O Antonov aterrissa aos sacolejos na pista de terra mal nivelada (...) *Batnasan*, nosso motorista, um homem grande e boa-pinta, nos espera com seu furgão russo ao lado da pista” (CARVALHO, 2003, p.38). Nesta região, segundo as observações do desaparecido, começa-se a notar a presença de diferentes grupos étnicos habitando as montanhas e os vales. Do mesmo modo, pode-se observar o comportamento e os costumes dos nômades da região:

Meu objetivo é fotografar os *tsaatan*, criadores de renas que vivem isolados na fronteira com a Rússia, entre a taiga e as montanhas. Estão em vias de extinção. Abastecemos em *Khatgal*. O vilarejo tem jeito siberiano. Não há um bairro de *iurtas*, como na maioria das cidades da Mongólia. As *iurtas* — ou *gers*, em mongol — são tendas circulares, com estrutura de hastes de madeira, cobertas por uma camada de feltro no interior, outra intermediária de tecido impermeável ou plástico e por último uma lona branca, que funcionam como isolantes no calor ou no frio. Mantêm o frescor no verão de trinta graus e o calor no inverno de menos trinta. A fenda redonda no topo serve tanto de saída para a chaminé do fogareiro central como de ventilação, e é de especial utilidade durante as tempestades de areia no deserto. Serve também de relógio de sol, deixando entrar os raios que, ao iluminarem progressivamente diferentes pontos, marcam as horas do dia. A porta, de madeira, fica sempre virada para o sul, por causa do sol, provavelmente (...) Fáceis de montar, as *iurtas* são ideais para os nômades. Não poderia haver arquitetura mais adequada a um país sem árvores, castigado pelo vento e por oscilações extremas de temperatura. Já nos vilarejos do norte, como em *Khagtal*, as casas são de madeira, barracões com telhados de chapas metálicas pintados de verde ou vermelho. É uma região de florestas (CARVALHO, 2003, p.39).

Em seguida, começa a aparecer com maior frequência a paisagem do país, visto que ela interfere diretamente na vida das pessoas e, também, causa um misto de admiração e espanto nos turistas: “na Mongólia, a terra reflete o céu. A sombra das nuvens corre pelo deserto e pelas estepes. O céu está sempre tão perto. A paisagem não se entrega. O que você vê não se fotografa” (CARVALHO, 2003, p. 41). Ainda, percebe-se pela narrativa que aquele relevo, de aparência tão extrema, em que é possível passar de uma montanha a uma estepes quase sem se notar, dá ao viajante certa sensação de incredulidade, conforme se observa no trecho: “levamos um tempo enorme para subir por um vale que é na realidade um campo de pedras onde florescem as únicas árvores que avistamos em centenas de quilômetros. São álamos. Aqui qualquer árvore parece inverossímil” (CARVALHO, 2003, p.82).

Contudo, apesar de toda a exuberância natural que se encontra na Mongólia, o que poderia lhe conceder o título de “país da fotografia” (CARVALHO, 2003, p.42), não há como fotografar ou registrar a situação dos *tsaatan* que, de acordo com o desaparecido, sobrevivem como podem: “chegamos no final da tarde ao vale de *Menghe Bulag*, onde as famílias *tsaatan* da chamada taiga ocidental passam o verão. Há apenas catorze famílias nesta região, o equivalente a cerca de cinquenta pessoas. Os *tsaatan* estão desaparecendo” (CARVALHO, 2003, p.42). Além destes dados, em seu diário ressalta-se também a informação de que existe “mais uns sessenta do outro lado de *Tsaangannuur*, na região da chamada taiga oriental, que é mais acessível e onde há até uma família que fatura em cima dos eventuais turistas, posando como modelo de exotismo para não decepcionar a expectativa dos olhares ocidentais” (CARVALHO, 2003, p.43). A ironia, contudo, cede espaço para que outras características culturais sejam apresentadas ao leitor: “os *tsaatan* são criadores de renas e, ao contrário dos outros nômades da Mongólia e do Cazaquistão, moram em tendas cônicas, como a dos índios americanos (*tepees*), em vez de *iurtas*”. Ainda, o desaparecido faz questão de destacar, a seu modo, que “os *tsaatan* são da etnia tuva e falam uma língua próxima do turco. No geral, são simpáticos e receptivos, como os mongóis” (CARVALHO, 2003, p.43).

Assim como os ocidentais observam e analisam os orientais, a recíproca é verdadeira, e os mongóis, portanto, de acordo com seus interesses no momento,

podem tomar atitudes a partir do que veem nos turistas. O desaparecido parece logo dar-se conta disso: “os homens estão reunidos numa das tendas, jogando cartas. Não sei se estão bêbados. Quando entramos, não nos cumprimentam. Somos solenemente ignorados”, provavelmente porque “devem estar cheios dos estrangeiros curiosos que vêm vê-los como se fossem animais em vias de extinção” (CARVALHO, 2003, p.43). Assim, quando o desaparecido começa a olhar para o outro e prestar atenção na sua forma de perceber o mundo, surgem confrontos interessantes, como, por exemplo, no que diz respeito à ideia que se tem sobre o nomadismo:

Para quem sempre idealizou o nomadismo como um modo de vida alternativo e libertário, o confronto com a realidade tem pelo menos um lado saudável. Os nômades não são abstrações filosóficas. Levam uma vida fixa e repetitiva. Qualquer desvio pode acarretar a morte. Todos os movimentos e todas as regras são determinadas pelas exigências mais fundamentais de sobrevivência nas condições mais extremas (CARVALHO, 2003, p.43).

Diante da pobreza, formas alternativas de sustento são necessárias. Como é possível observar na narrativa, “as renas são a única fonte de renda dos *tsaatan*. Os chifres crescem e secam e caem todos os anos. Os *tsaatan* costumavam cortar os chifres secos antes do inverno, para vender a intermediários de *Ulaanbaatar*, por dinheiro, farinha ou arroz”. Contudo, este mercado alternativo dos *tsaatan* ainda envolve terceiros, conforme o trecho a seguir: “os intermediários, por sua vez, comercializam o produto com chineses e japoneses, que acreditam nos seus poderes afrodisíacos e terapêuticos” (CARVALHO, 2003, p.44).

Mais adiante, a narrativa começa a apresentar partes da história do país que envolve a religião, neste caso, o budismo. Ao longo dos séculos, a Mongólia passou por diferentes períodos de dominação estrangeira. Contudo, foi o comunismo russo que, com a justificativa de que havia de se priorizar progresso material/industrial do país, deu início à perseguição e ao extermínio dos templos budistas em todo o território. Daquele período sanguinolento da história, pouco restou, como é possível observar no fragmento abaixo:

Este é o maior mosteiro de *Ulaanbaatar*. Foi um dos poucos que os comunistas decidiram manter de pé depois da Revolução de 1921, com a desculpa de que servia de registro histórico do passado do país, junto com *Amarbayasgalant*, no norte, e partes do *Erdene Zuu*, em *Karakorum*. (...) Os comunistas destruíram setecentos e cinquenta mosteiros em toda a Mongólia e mataram trinta mil lamas, mas sabiam muito bem que, se tivessem demolido todos os mosteiros e assassinado todos os monges, não

seria possível conter a revolta do povo. Para você ter uma ideia, em 1921, vinte por cento da população eram lamas. Todo mundo tinha pelo menos um monge na família. Os pais eram obrigados a dar pelo menos um dos filhos aos mosteiros. Por que você acha que os chineses ainda não acabaram de vez por todas com o budismo no Tibete? (CARVALHO, 2003, p.49).

O narrador-personagem, entretanto, pelos trechos que lê concomitantemente nos dois diários, começa a perceber uma semelhança incrível de pensamento entre o Ocidental e o desaparecido. Percebe, por exemplo, que ambos não acreditavam em deuses e tampouco lhes agradava a mitologia na qual os mongóis com que conversavam demonstravam crer. Os dois ocidentais, apesar da diferença de tempo que os separava, apresentavam semelhanças no que diz respeito ao gosto por fazer piadas com relação a figuras importantes do budismo — o que, evidentemente, desagradava bastante os mongóis mais religiosos. Por isso, logo depois de perceber estas convergências entre ambos, o narrador comenta, conforme trecho que segue:

Parecia que eu estava ouvindo a mesma pessoa. De alguma forma, o desaparecido e o Ocidental tinham uma afinidade sinistra nas suas ideias etnocêntricas. A diferença, como eu acabaria entendendo, era que o desaparecido ainda tentava tratar o mundo como aliado. Era mais ingênuo ou otimista. O Ocidental não fazia esse esforço. O desconforto o levava a assumir com naturalidade o papel de adversário. Debatia-se com o mundo. No final das contas, repetiam os mesmos clichês. Execravam as sociedades orientais pela opressão que atribuíam à religião ou ao partido ou ao que quer que fosse. A Mongólia era um prato cheio. Com o fim do comunismo, o misticismo, cerceado durante setenta anos, tinha reemergido triunfante, como um fantasma recalçado (CARVALHO, 2003, p.50-51).

Cabe ressaltar agora que não apenas o Ocidental recebeu apelido quando esteve a trabalho na Mongólia: o fotógrafo, que compartilhava muitas das características do Ocidental, também foi nomeado pelos que tiveram contato com ele. O Ocidental fica sabendo deste detalhe através de um segundo guia, *Purevbaatar*, que, por sua vez, guardava um segundo diário do desaparecido. *Purevbaatar* logo tratou de falar ao Ocidental sobre o feitio do jovem: “não era um rapaz muito fácil (...) Quando viajamos pelos montes Altai, o motorista o apelidou de *Buruu nomton* — aquele que não segue os costumes e não cumpre as regras, o que vocês chamam de desajustado no Ocidente” (CARVALHO, 2003, p.61).

Ora, o apelido *Buruu nomton* não poderia ser mais adequado: o fotógrafo de fato não consegue se ajustar àquela realidade, que lhe parece absurda por diferir tanto da sua, visto que não incentiva o conhecimento e, mais grave ainda, ressalta a nobreza e os valores da religião. Incomodava-lhe, sobretudo, o fato de as pessoas

não manifestarem uma opinião, qualquer que fosse, por medo ou submissão a algo que ele não sabia exatamente o que era, mas que, provavelmente, estivesse ligado à falta de educação. Observe-se o fragmento:

Ninguém quer se comprometer com nada. Como se bastasse abrir a boca para ser condenado. Saio dali furioso com o culto da ignorância, seja lá por medo ou pelo que for, sob os olhares dissimulados de todas as outras que já nos haviam rejeitado com evasivas e desculpas. Para se ter uma ideia, no final dos expurgos perpetrados pelos comunistas contra budistas, dissidentes e intelectuais, nos anos 30, restaram apenas cinco pessoas com mais do que o curso ginasial completo em toda a Mongólia (CARVALHO, 2003, p.70).

Sua revolta só aumenta, pois vai tomando conhecimento da profundidade da questão: não se trata apenas do medo de se comprometer, mas da negação do pensar. Conta *Buruu nomton*: “Pergunto sobre o mosteiro. Não fazem a menor ideia. Dizem que a administração de Jargalant cuida do templo no alto do morro, como se assim se desincubissem de uma resposta. Ninguém sabe de nada de lugar nenhum. Aprenderam a não se comprometer”, e acrescenta: “o passado, quando não se perdeu, agora são lendas e suposições nebulosas. Eles não têm outro uso para a imaginação. Durante séculos, os lamas se encarregaram de pensar por eles. Durante setenta anos, o partido se encarregou de lembrar por eles, no lugar deles”. Portanto, de acordo com o que aponta o desajustado sobre os mongóis, para eles “agora, lembrar é imaginar” (CARVALHO, 2003, p.91).

Do mesmo modo, o Ocidental se incomodava com o fato de haver monjas que, devido à tenra idade e aos aspectos físicos, não precisariam a seu ver submeter-se a tamanha privação material como a que se submete quem adere ao budismo. É nesse sentido que o narrador-personagem comenta que, “entre as monjas, havia algumas muito jovens e bonitas. Para o Ocidental, era difícil deixar de pensar que deviam estar ali para esquecer alguma coisa. O que ele chamava de esquecimento, para elas podia ser libertação” (*idem*, p.75). Contudo, à medida que refaz o trajeto do fotógrafo, outras questões referentes à situação de muitas mulheres naquele país também lhe chamam a atenção: o Ocidental descobre que mães solteiras são historicamente estigmatizadas e isoladas da sociedade, pois, apesar de serem vítimas de uma cultura que lhes ensina desde cedo a submissão como um dever, são pessoas vistas como desonradas. O narrador-personagem então apresenta um pouco deste contexto:

quem viaja pelas regiões mais pobres e abandonadas da Mongólia, sobretudo no deserto de Gobi, como havia sido o caso do desaparecido, pode encontrar mães solteiras, que trabalham sozinhas, cercadas de filhos, cada um de um pai diferente. Os filhos as ajudam com os rebanhos e nas tarefas domésticas, além de montarem e desmontarem as iurtas sempre que mudam de acampamento. A mãe e os filhos acumulam, além das próprias tarefas, o trabalho do homem ausente. O desaparecido tinha acompanhado e fotografado uma dessas famílias durante a sua passagem pelo deserto. Em geral, o destino dessas mulheres se configura já na adolescência, quando ainda moram com os pais, irmãos e irmãs. São estupradas por algum rapaz acampado nas redondezas, à noite, em suas próprias casas e sob os olhares dissimulados das próprias famílias, que fingem dormir. O rapaz entra furtivamente na iurta dos pais da moça, no meio da noite, e a obriga a aceitá-lo debaixo das cobertas. O tabu e a repressão sexual são tão fortes entre essa gente mais humilde, que tanto a moça como os pais preferem fingir que nada está acontecendo. Ela não ousa acordá-los para pedir socorro ou pôr o rapaz para correr, com medo de perder a honra. Foi criada para acatar os desejos dos homens e se manter em silêncio diante deles. E os pais preferem fingir que não veem a desgraça da filha debaixo dos seus próprios olhos. Quando a barriga começa a crescer, ela vai embora, entregue ao destino, para fazer a vida sozinha. Em geral, vai montar sua *iurta* nos cantos mais remotos e isolados, tentando sobreviver com um mínimo de recursos e nas condições mais precárias. É considerada uma pária. Muitas vezes, essas mulheres sós e abandonadas pelas famílias se deitam com os homens que aparecem à sua porta, viajantes, comerciantes e caminhoneiros de passagem. E de cada um deles, que elas nunca mais veem, guardam um filho (CARVALHO, 2003, p. 81-82).

Mais adiante, a narrativa começa a apresentar alguns aspectos sobre a formação do país, trazendo dados da história mongol, principalmente, no que se refere à relação de dominação a que esteve submetida pela China e, também, sobre a posterior relação que manteve com o comunismo da Rússia, períodos claramente distintos mas que influenciaram diretamente a vida de seu povo. Há que se considerar, sobretudo, a localização da Mongólia: é um território que, de certo modo, parece ser apertado no mapa pelos seus dois únicos vizinhos, entre norte e sul. Ora, devido à extensão territorial e à potência político-econômica das nações que lhe fazem fronteira, parece natural que haja uma sensação de opressão no país e, também, que possa vir a ser dominado facilmente. Observe-se o que apresenta o narrador:

Os mongóis, que sempre foram nômades e no século XIII chegaram a constituir o maior e mais temido império da história da humanidade, o qual se estendia do Pacífico à Europa Oriental, tiveram de se resignar a viver sob o domínio chinês por mais de duzentos anos, até o início do século XX (...). Em 1921, os Russos Brancos, que defendiam a monarquia czarista e recuavam na frente de batalha oriental, empurrados cada vez mais para leste pelos bolcheviques, entraram na Mongólia com a aquiescência do rei-deus, expulsaram os chineses e instalaram um regime sanguinário e alucinado, de exceção, sob as ordens do barão Roman Fiodorovitch von Ungern-Sternberg. O avanço dos bolcheviques, entretanto, logo daria aos nacionalistas mongóis a oportunidade de uma aliança contra os Russos

Branços. Em alguns meses, conseguiram expulsá-los da capital e proclamaram o Governo do Povo da Mongólia, no que acabou conhecido como a Revolução de 1921 (...) Em 1924, a Mongólia se tornou o segundo país comunista do mundo (...) Os expurgos começaram no final dos anos 20, coincidindo com a ascensão de Stalin e o regime do terror que impôs a toda a União Soviética (CARVALHO, 2003, p.92-93).

Assim, na medida em que vai obtendo mais informações, o Ocidental pode revisitar aqueles julgamentos iniciais feitos apressadamente que, em boa parte, tinham por base os estereótipos criados pela visão ocidental sobre o desconhecido. A partir disso, o protagonista retoma, por exemplo, a questão do silêncio dos habitantes locais sobre sua própria história. Em especial, reflete sobre o silêncio mantido e defendido pelos monges do país que, a seu ver, eram os únicos que ainda tinham acesso a algum tipo de conhecimento. Observe-se o trecho: “Se os monges na Mongólia não falavam, era por três razões combinadas: por medo de se comprometer, uma herança do comunismo; por simples ignorância, que era o que lhes pedia a própria religião no caminho da transcendência do eu” ou, ainda, “por sigilo e mistificação em torno das práticas tântricas (que incluem o sexo e a telepatia), reservadas aos mais altos sacerdotes, àqueles que já dominam várias etapas do método”, pois, como ficou sabendo por meio do guia turístico *Ganbold*, “não há textos com esses ensinamentos. Tudo deve ser transmitido oralmente a discípulos selecionados” (CARVALHO, 2003, p.101).

Nesse sentido, há que se ressaltar o que foi apontado anteriormente pela fala do fotógrafo, quando disse que agora, para os mongóis, “lembrar é imaginar”, porque, conforme é possível acompanhar na narrativa, o ato de imaginar não é algo realizado por todos, mas um exercício praticado exclusivamente pelos monges — ainda que de uma forma controlada. Para *Buruu nomton*, a imaginação está diretamente ligada à religião e opera a serviço dela, i.e., para a manutenção da obediência entre os lamas, que constituem boa parte da população.

A seguir, destaca-se o fragmento em que a personagem reflete sobre a religiosidade, estendendo a discussão inicial à arte e à política da Mongólia:

Fora do âmbito da religião, pode haver uma sobrevivência precária, mas certamente não há imaginação. A imaginação está adormecida ou subjugada pela religião. É uma imaginação cerceada, submissa e obediente, como devem ser os jovens lamas em relação aos mestres. Nunca dei tanto valor à arte moderna, nunca entendi tão bem o projeto de tornar a ruptura estética parte do ciclo criativo da vida. A arte ocidental pretende dar ao homem uma dimensão reflexiva e estética que na Mongólia foi calada pela política e pela religião, pelo comunismo e pelo budismo

antes dele (...) A Igreja budista é tão hipócrita quanto qualquer outra Igreja. Ela ocupa na Mongólia o lugar que a arte conquistou no Ocidente, no mundo da razão. A Igreja não permite que a arte se manifeste fora de seus muros. Ela reduz o leigo à mera sobrevivência e o submete à crença como único exercício espiritual (CARVALHO, 2003, p.103).

O comunismo sanguinário que assolou o país deixou marcas profundas em seus habitantes, que podem ser percebidas pela herança da violência. Parece haver sempre uma ameaça, ainda que se esteja teoricamente em um período de paz. De um modo geral, as pessoas sabem da perseguição que os monges sofreram durante muito tempo, porém, parece que preferem não lembrar. Talvez por isso mesmo o fotógrafo tenha se admirado ao encontrar tantos bêbados em sua viagem: constatou que aquelas pessoas bebem para esquecer, seja a história, seja a miséria em que vivem ou amarguras pessoais. Contudo, *Buruu nomton* conhece, em determinado momento da viagem, um mongol que vive em Londres e está a passeio na Mongólia. Provavelmente pelo distanciamento que já experimentou, este homem consegue lhe falar, por exemplo, sobre as pessoas que, muitas vezes, devido ao efeito da bebida, tornam-se perigosamente violentas, mantendo assim uma sensação de ameaça no ar: “É a primeira pessoa que me fala abertamente da violência, que está no ar mas é um tabu. Fico com a impressão de que, na paz dessas paisagens despovoadas, a qualquer momento pode explodir a violência mais sangrenta, do atrito entre indivíduos alterados” (CARVALHO, 2003, p.106-107). Nesse sentido, o espaço geográfico, composto por extremos que tanto admiram quanto assustam, conforme ressaltado anteriormente, reaparece aqui, confirmando a influência que exerce nas impressões humanas: nas estepes a perder de vista e nos vales que parecem tranquilizar quem sai de uma região montanhosa, podem, paradoxalmente, causar medo por sua vastidão. A alternância entre vales e montanhas é algo que acontece sutilmente: “É a paisagem mais bonita que já vi. Não há vivalma. Embora não haja grande variedade de vegetação, somos surpreendidos a cada minuto pela mudança de relevo. Basta fazer uma curva para tudo mudar de figura, e o que era vale vira montanha e o que era deserto vira estepe” (CARVALHO, 2003, p.116). Entretanto, este mesmo relevo, dependendo da época do ano, pode fazer prevalecer a hostilidade: “Faz um calor terrível, além de ventar muito (...) É um lugar desagradável, uma vida difícil. Quando não é o calor do verão, é o frio impossível do inverno” (CARVALHO, 2003, p.123). Ainda quanto à geografia, cabe destacar o trecho a seguir: “o pôr-do-sol deixa tudo alaranjado. A paisagem é lunar. Como de

hábito, não há ninguém em lugar nenhum. Não sei o que estou fazendo aqui. Não faço a menor ideia de como poderei encontrar o rapaz”, pois “é como se o estivesse procurando no planeta errado” (CARVALHO, 2003, p.126).

Ora, se for considerado o fato de que nessa localização geográfica é difícil haver meios-termos, pode-se finalmente entender como se formou a cultura e certas tradições que os mongóis cultivam. Sobretudo, cabe reiterar a questão do nomadismo no país, que é a forma como vive grande parte da população: em regiões deste tipo, não há possibilidade de se fazer escolhas a partir de discussões e “abstrações filosóficas”, conforme as anotações do diário do fotógrafo apresentadas anteriormente na narrativa. Na Mongólia as decisões são tomadas, principalmente, por questão de segurança e sobrevivência. Um exemplo disso é o cuidado com que se deslocam de carro de uma região a outra, porque “as estradas da Mongólia na realidade são pistas que o motorista tem que decifrar entre dezenas de outras, são marcas de pneus em campos de pedras, desertos e estepes”, ou seja, “marcas deixadas por pneus que, de tanto incidirem sobre o mesmo caminho, acabam criando uma pista”. O Ocidental ainda acrescenta que, “muitas vezes, no deserto, por exemplo, não há nenhum ponto de referência além das trilhas deixadas pelos pneus de outros carros. Os motoristas insistem em segui-las, como quem toma o caminho seguro, tradicional”. Nesse sentido, seguir a tradição é positivo e, por conseguinte, “o bom motorista é aquele que sabe achar a sua pista no deserto. A boa pista. A repetição é a condição de sobrevivência” (CARVALHO, 2003, p. 137-138). Portanto, aquela ideia inicial de liberdade que o nomadismo pode chegar a transmitir, como foi dito anteriormente na narrativa, não se sustenta. Assim, o Ocidental aprofunda a questão:

Apesar da aparência de deslocamento e de uma vida em movimento, fazem sempre os mesmos percursos, voltam sempre aos mesmos lugares, repetem sempre os mesmos hábitos. O apego à tradição só pode ser explicado como forma de sobrevivência em condições extremas. A ideia de ruptura não passa pela cabeça de ninguém. As estradas só se tornam estradas pela força do hábito. O caminho só existe pela tradição. É isso na realidade que define o nomadismo mongol, uma cultura em que não há criação, só repetição. Decidir-se por um caminho novo ou por um desvio é o mesmo que se extraviar. E, no deserto ou na neve, esse é um risco mortal. Daí a imobilidade dos costumes. Os dois motivos (losangos ou círculos entrelaçados) que sempre se repetem na decoração das portas, portões, móveis, tapetes, etc., por toda a Mongólia, representam o infinito e o casamento, o que só confirma a obsessão pela estabilidade e pela tradição numa sociedade que em aparência é completamente móvel, a ponto de não haver espaço para nenhum outro movimento (CARVALHO, 2003, p.138).

Já perto do final de sua busca pelo fotógrafo desaparecido, às margens de um grande lago de águas salgadas que é um dos principais pontos turísticos do país no verão, enquanto conversa com o segundo guia a lhe acompanhar, *Purevbaatar*, outras constatações sobre os nômades são feitas. Agora, retoma-se a ideia de que os orientais também analisam os ocidentais e relacionam-se com eles de acordo com suas necessidades reais, aproveitando-se da vontade que os estrangeiros têm de ver a exotividade mongol. Deste modo, comenta o Ocidental que, “na alta estação, *Dörgön Nuur* costuma ser frequentado por turistas, e parece que nos últimos anos os nômades da região se acostumaram a fazer pedidos aos estrangeiros sem a menor cerimônia”. O protagonista deixa claro que, “com a abertura da Mongólia, é inevitável que a cultura nômade se contamine com o que há de pior na civilização sedentária e ocidental” (CARVALHO, 2003, p.140). Além disso, percebe-se isolado e desprotegido naquele lugar quando se aproximam dele e de *Purevbaatar* quatro homens, que estacionam seu carro a alguns metros de distância de onde estão acompanhados e descem para observar mais de perto o Ocidental — cuja diferença nota-se de longe e, por isso, chama a atenção. O protagonista desabafa: “A Mongólia não é um país só de gente acolhedora e ingênua. Já tinha sentido isso com os criadores de camelos. Os sujeitos agora se aproximam e cospem no chão. Como se quisessem nos intimidar. E de fato estamos intimidados. Não dizemos nada”. Por fim, sintetiza seus sentimentos: “tento me convencer de que o intruso é gentil, mas a diferença cultural cria uma tensão permanente. Na incompreensão, só me resta escolher entre o paternalismo e o medo. Começo a entrar em pânico” (CARVALHO, 2003, p.140-141).

Seguindo as pistas deixadas pelo fotógrafo, o Ocidental e o guia partem em busca de um dos vilarejos em que o rapaz esteve antes de desaparecer. No caminho, contudo, deparam-se com a diversidade étnica da região: por lá há tanto vilarejos chineses como cazaques, além dos agrupamentos com as tradicionais *iurtas* mongóis. Os vilarejos possuem algumas características marcantes que representam seus povos e, portanto, é possível distingui-los de longe. Assim, com base nos diários o narrador apresenta alguns aspectos sobre o primeiro: “Seguiram para *Khovd* de manhã. No passado, muitos chineses viveram na região. Há sinais da colonização chinesa no que restou do muro e dos portões da cidade, além das hortas nos arredores. Os legumes eram cultivados por chineses. Não existe

agricultura mongol”, e acrescenta que “ainda há vários grupos étnicos reunidos em *Khovd*. Nas ruas, há árvores centenárias plantadas pelos chineses. Por conta disso, a capital do *aimag* é considerada mais agradável do que muitas cidades do oeste” (CARVALHO, 2003, p.151). Apesar disso, o Ocidental não tem uma boa impressão do local e logo trata de demonstrá-la em seu diário:

Chegamos a *Khovd*. A cidade é tristíssima e poeirenta. Está nublado, e tudo é cinza e sujo. O fim do mundo. Um favelão no meio da planície, com cheiro de banha de carneiro cozida. É um lugar sinistro. Estão sem eletricidade há quatro dias. As capitais do oeste costumam ser abastecidas pelos russos, e como os mongóis muitas vezes não pagam as contas em dia, de vez em quando também ficam sem luz. No quarto categoria luxo do hotel *Buyan*, não há água corrente. A cidade está infestada de mosquitos. Acho que o esgoto é ao ar livre, mas *Purevbaatar* me esclarece que é só um escoamento de água. Tecnologia chinesa (CARVALHO, 2003, p.152).

Aos olhos do Ocidental, portanto, a cidade não poderia ser pior, o que o faz querer sair logo de lá. Entretanto, quando ele e o guia partem para o próximo destino do seu itinerário — a montanha de *Tsambagarav* —, uma chuva torrencial os força a buscar abrigo na primeira *iurta* que encontram e, desta vez, as pessoas lhe parecem agradáveis. O trecho a seguir apresenta algumas características da família mongol e pincela sobre as diferenças étnicas: “são um modelo da hospitalidade mongol. São generosos e prestativos. Têm a pele escura. No vale, vimos outros nômades bem mais claros do que os mongóis. Havia uma criança loura que corria debaixo da chuva. *Purevbaatar* diz que é a influência cazaque”. Contudo, o Ocidental destaca: “quando perguntamos sobre os cazaques, o chefe do clã e sua mulher deixam claro, entre sorrisos e eufemismos, que não se entendem com eles. Ficam envergonhados” (CARVALHO, 2003, p.154). Nesse sentido, parece claro que as diferenças atrapalham a relação dos mongóis com os cazaques e, de certa forma, o Ocidental compreende seus motivos. Conforme o que escreve no diário,

Os cazaques eram ariscos, ao contrário dos mongóis, que metiam a cara dentro do jipe, sempre que *Bauaa* parava para lhes perguntar a direção, e ficavam debruçados nas janelas, de conversa fiada ou sem dizer nada, curiosos pelo que podia haver lá dentro, e sobretudo depois de terem percebido um estrangeiro no banco de trás. Em geral, não se misturavam com os mongóis, e a única coisa que sabiam dizer em mongol era *mitgüi* (‘eu não sei’), às vezes antes mesmo de terem tempo de ouvir a pergunta. Costumavam ouvir, pensar um pouco, sorrir sem graça e responder: “*Mitgüi*”. Aquilo tirava *Purevbaatar* do sério. De acordo com o guia, os que conseguiam falar mongol tinham um sotaque que os tornava incompreensíveis. Estava claro que não gostava deles (CARVALHO, 2003, p.157).

O protagonista faz questão de registrar em seu diário outras informações a respeito dos cazaques, desde sua chegada naquele país até os detalhes arquitetônicos de seus vilarejos. Primeiro, explica que “por volta de cento e cinquenta mil cazaques viviam na Mongólia. Algumas famílias migraram nos anos 50 e 60, incentivadas pelo governo mongol, mas a maioria já frequentava a região dos montes Altai fazia séculos”. Logo acrescenta que “era comum dizer que os cazaques da Mongólia preservavam tradições havia muito esquecidas ou desaparecidas do Cazaquistão aculturado” (CARVALHO, 2003, p.157). Neste caso, é preciso ressaltar que a cultura não é estática ou fechada: portanto, ela acompanha as mudanças da sociedade, de modo que, por um lado, tradições originárias de um país podem bem deixar de fazer parte dele, sendo substituídas e até mesmo reinventadas, e, por outro lado, estas mesmas tradições podem manter-se vivas em comunidades que diferem bastante da de sua origem. Mais adiante, o narrador apresenta outro vilarejo, que possui marcas claramente cazaques em sua arquitetura: “Tolbo é um vilarejo miserável nos arredores de um grande lago de água doce” e facilmente “dá pra ver de longe que é um vilarejo cazaque. As construções são de adobe e pedra, e há uma pequena mesquita caída, com o domo e a cúpula de dois minaretes baixos pintados de azul-claro”. Em seguida, o Ocidental acrescenta que, à distância, “parece um paliteiro, um aglomerado de barracos espetado por postes de madeira tortos e interligados por fios bambos de eletricidade”. Contudo, apesar da visível precariedade do local, traz à tona o fato que “Tolbo foi cenário de uma batalha decisiva e sangrenta entre os Russos Brancos, que lutavam pela monarquia czarista, e os bolcheviques, aos quais se aliaram os mongóis em 1921” (CARVALHO, 2003, p.159).

Segundo as anotações dos seus diários, perto do final da viagem o fotógrafo já demonstrava certo cansaço, não apenas físico, mas mental: é possível notar na personagem um esgotamento causado pela curiosidade extrema dos mongóis em relação aos turistas. Apesar de a maioria da população viver na capital, *Ulaanbaatar*, os nômades, devido ao fato de que estão sempre em deslocamento, parecem estar em todo lugar. Ora, levando em consideração a vastidão das estepes e o isolamento que as montanhas da Mongólia provocam, nada mais natural que, ao avistar carros — estes que, por sua vez, costumam servir mais aos guias turísticos do que aos

habitantes locais —, a curiosidade dos nômades seja despertada. Contudo, o olhar de *Buruu nomton*, um brasileiro desajustado, assim analisa a situação:

A Mongólia é um país pouquíssimo povoado, mas há sempre alguém por perto. Por mais ermo que seja o lugar, por mais distante, há sempre uma iurta num canto de um vale. Sempre alguém vem visitá-lo e ver sua barraca no meio do deserto, na estepe ou na montanha. Há curiosos por toda parte. Há sempre alguém que enfia a cabeça no seu carro para ver o que tem dentro, quando você para em algum lugar para pedir informações. Ninguém nunca está em paz na Mongólia. Haverá sempre alguém querendo saber quem você é, de onde veio, o que quer, o que tem a oferecer. (CARVALHO, 2003, p.164).

O Ocidental, por sua vez, registra em seu diário um momento em que sentiu constrangimento, devido à afirmação que o guia, *Purevbaatar*, fez subitamente durante o jantar, quase ao final da viagem. Havia chovido bastante naquela noite e, quando por fim percebeu-se uma trégua no temporal, o protagonista saiu da barraca em que se abrigava para se alimentar e, com sorte, em seguida descansar. O fragmento a seguir caracteriza a cena:

Tentando diminuir o mal-estar, *Purevbaatar* serviu um copo de vodca ao seu cliente, antes do jantar, e disse, sem mais nem menos, enquanto bebiam e comiam damascos secos de uma vasilha que ele tinha posto na relva: 'Não existem homossexuais na Mongólia'. A frase não fazia sentido. Muito menos ali, fora de contexto. *Purevbaatar* esperou a reação do Ocidental, a quem só restava revidar o olhar do guia com ares de perplexidade, e arrematou: 'Talvez em *Ulaanbaatar*, escondidos — os jornais falam de uns escândalos de vez em quando —, mas no campo, nunca. Até há pouco tempo, nunca tínhamos ouvido falar de nada parecido. Antes de eu ter contato com ocidentais, não podia imaginar que isso existisse (CARVALHO, 2003, p. 165).

Ora, *Purevbaatar* diz isso muito provavelmente motivado pelo fato de que, “no campo, não existe nem homossexualidade nem outras formas desviantes de desejo, simplesmente porque estão dissimuladas e diluídas no contato com a natureza” (CARVALHO, 2003, p.173). Nesse sentido, pode-se pensar que na Mongólia tudo é tão vasto e extremo que a própria geografia do país não deixa que outras coisas sejam percebidas.

Mais adiante, o narrador expõe um trecho do diário em que o fotógrafo fala sobre o maior evento do país, *Naadam*, a festa nacional. O desaparecido explica que, “durante dois dias, 11 e 12 de julho, nômades de todas as partes da Mongólia convergem para as cidades e vilarejos, a cavalo, vestidos com as suas melhores roupas”. O objetivo principal é “assistir aos campeonatos de luta, arco-e-flecha ou

às corridas de cavalo, ou participar deles. É uma tradição medieval” (CARVALHO, 2003, p.170), que acontece em *Karakorum*. Nesta festa, “os lutadores se reúnem num canto, confraternizam, fazem a maior onda, se preparam, põem e tiram seus roupões, mas lutar que é bom, nada. São apenas as preliminares. A luta mesmo só começa à tarde, com três duplas simultâneas na arena” (CARVALHO, 2003, p.171). Contudo, *Buruu nomton* destaca o fato de que “o principal do Naadam acontece à margem da competição, entre os espectadores, a maioria montada em seus cavalos, com roupas de festa”, que “circulam em torno da arena como os habitantes de uma cidade do interior na praça da matriz aos domingos” (CARVALHO, 2003, p.171). Entretanto, o fotógrafo alerta para o fato de que, “como estão a cavalo, esse passeio é um pouco mais brutal que o de pedestres, e às vezes explode a confusão, quando um cavalo morde outro cavalo, ou lhe dá um coice, ou quando os próprios cavaleiros, já bêbados, se engalfinham”, ressaltando, finalmente, que é “entre esses cavaleiros espectadores que há mais chances de desatar de repente uma briga, um batendo no outro com seu chicote. Os cavalos em volta saem correndo para todos os lados, assim como os pedestres” (CARVALHO, 2003, p.171). Nesse sentido,

Há uma violência contida entre os mongóis, que pode se desencadear a qualquer instante. É uma violência louca, uma manifestação da ignorância e da brutalidade que o nomadismo dilui entre as paisagens mais belas do planeta. Mas diante da placidez das paisagens desérticas, quando a violência irrompe, é uma surpresa. Os estrangeiros também parecem incomodar os jovens mongóis. A abertura do país com a queda do comunismo lhes permitiu confrontar a própria pobreza com a riqueza dos turistas. O olhar direto e persistente nem sempre é de curiosidade, como gostariam os que ainda acreditam no mito do bom selvagem. O confronto com o estrangeiro é também o que revela, pela troça ou pelo interesse do fotógrafo ávido de fotos de homens seminus, de botas e sunguinhas bordadas, atracados uns com os outros, o elemento homossexual latente e inconsciente na luta e em toda a cerimônia que a precede (...) Ao dar ao que é banal e costumeiro um realce excessivo, não é possível que o olhar do estrangeiro não provoque um sentimento de desconforto e desconfiança, por menor que seja, no mongol observado (CARVALHO, 2003, p.171-172).

Estas são, de um modo geral, as últimas considerações que aparecem na narrativa a respeito da cultura mongol e do olhar ocidental sobre ela, o que, de certa forma, complementa o registrado pelo fotógrafo e pelo Ocidental em seus diários. Prevalece, como é possível notar no final do fragmento supracitado, o enfoque da desconfiança entre observador e observado — ocidental e oriental, respectivamente. É claro que não se pode esquecer o recorte social, histórico e temporal de quem fala: os trechos são escritos a partir de um olhar ocidental, que é o do desajustado, o

Buruu nomton que em momento algum nega seu desconforto ao ficar frente a frente com uma geografia e uma cultura que tanto diferem da sua, brasileira.

Já no final da narrativa, como é de se esperar, o foco passa para o momento que leva ao encontro entre o Ocidental e o fotógrafo. Nesta parte, percebe-se muita tensão por parte do Ocidental que, irritado pela forma como *Purevbaatar* estava guiando aquele percurso e desconfiando de suas reais intenções, estava prestes a desistir da empreitada de encontrar *Buruu nomton*. Contudo, justo na noite em que decide voltar, é surpreendido por um tipo estranho, “que me devora com os olhos e aponta para mim enquanto diz coisas a *Purevbaatar*, aliás, como costumam fazer os nômades mongóis. Tem o rosto redondo e achatado, a cabeça completamente raspada, os olhos redondos e as orelhas deformadas” (CARVALHO, 2003, p.166). Este homem, que chega por acaso no acampamento do Ocidental, demonstra uma curiosidade exacerbada por ele: “pergunta se sou fotógrafo. *Purevbaatar* diz que não. O Ogro fica desapontado (...) Continua a me olhar, vidrado. Quer saber por força de onde venho. Diz que sou o primeiro estrangeiro a passar por aqui desde o fim do inverno” (CARVALHO, 2003, p.166). Quando *Purevbaatar* lhe diz que o Ocidental é brasileiro, ele desconfia, mas antes de ir embora insiste em convidá-los mais uma vez para passarem a noite em sua casa. De qualquer forma, o Ogro pede que o visitem na manhã seguinte fazendo o favor de levar um galão de água para sua casa, algo que era difícil de se conseguir. Apesar de toda a desconfiança e da preocupação que a figura lhe causou, o Ocidental decide, mesmo assim, desconsiderando a opinião do guia — com quem já havia brigado —, fazer o que o Ogro pediu. Apenas quando chega na casa dele é que começa a entender por que o Ogro ficou tão fascinado ao lhe ver e insistiu para que fosse até lá. De acordo com o fragmento,

De repente, ouvimos passos do lado de fora, e eu percebo um laivo de excitação na expressão de Kuidabergen. Um homem esfarrapado passa pela janela com um cesto nas costas. Estava no campo (...) Todos os olhos estão voltados para fora, e quando me viro, também vejo o seu vulto na soleira da porta. É uma sensação estranha. Não era o que eu esperava. Não era o que tinha imaginado. Não era assim que eu o via. Estou há dias sem me ver, há dias sem me olhar no espelho, e, de repente, é como se me visse sujo, magro, barbado, com o cabelo comprido, esfarrapado. Sou eu na porta, fora de mim. É o meu rosto em outro corpo, que se assusta ao nos ver (...). Não sabe quem eu sou, nem que vim buscá-lo. Demoro a entender por que o Ogro tanto insistiu em que viéssemos a sua casa. E, no fundo, por que nos pediu para trazer água quando recusamos seu convite para passar a noite. Quando me volto para o interior da casa, todos os olhos estão sobre mim, à espera de uma reação ou de uma resposta que ainda não posso dar.

Só Purevbaatar, boquiaberto, não consegue desviar os olhos do rapaz que, como um mendigo, continua parado na porta, sem coragem de entrar. *Buruu nomton* (CARVALHO, 2003, p.176-177).

Entretanto, a surpresa não termina ali. Ao contrário do que se poderia concluir, as semelhanças que o protagonista percebeu entre os dois não eram fruto apenas da emoção do momento porque havia encontrado, finalmente, o desaparecido e cumprido sua missão, ou, então, por se reconhecer numa figura parecida consigo mesmo apenas porque carregava traços ocidentais em seu rosto. Depois de dadas as devidas explicações, já no avião, no caminho de volta para casa, o Ocidental narra: “Da janela, ao meu lado, *Buruu nomton* acompanha toda a cena em silêncio. Nossos olhares se cruzam e, pela primeira vez, ele sorri”, e o rapaz faz isso “como na primeira e única vez que o vi antes desta viagem, quando ele tinha apenas cinco anos e não podia entender quem eu era nem o que estava fazendo ali. Estamos voltando pra casa” (CARVALHO, 2003, p.181). A partir de então, a narrativa trata de desatar seus nós.

Quando o narrador-personagem termina de escrever o livro, dez dias depois da morte do amigo, já era o dia da missa em homenagem ao Ocidental, que a viúva organizou apesar de seu marido não ter sido uma pessoa religiosa. O narrador decide, portanto, comparecer à igreja para entregar à família uma pasta com todos os documentos que guardava daquela viagem, contendo os diários dele e do fotógrafo e o livro que acabara de escrever. Entretanto, apesar de reconhecer a esposa e os filhos do Ocidental, não conhece um homem que também está no altar. Por isso, antes de chegar a sua vez de cumprimentar a família, ele solicita a um amigo próximo, também ex-diplomata, que lhe tire a dúvida: “quem era o homem do lado direito da viúva. ‘É o irmão mais moço dele’, respondeu. ‘Não sabia que ele tinha irmãos’. ‘Na verdade, é meio irmão. Não eram filhos da mesma mãe’” (CARVALHO, 2003, p.183). Neste momento, o narrador-personagem visivelmente demonstra seu desconhecimento sobre o assunto e se constrange ao perceber que, ao contrário do que sempre pensou, não conhecia muito bem o Ocidental, pois jamais perguntara sobre sua vida pessoal ao longo do tempo em que trabalharam juntos. O ex-diplomata então percebe seu silêncio constrangedor e continua:

Achei que você soubesse. Ele não conhecia o pai. E foi procurá-lo pela primeira vez quando tinha dezesseis anos, para lhe dizer que a mãe tinha

morrido. A gente estudava no mesmo colégio. Acho que o pai e a mãe dele tiveram uma relação passageira, mais nada. Ele nunca o tinha visto. Mesmo assim, tomou coragem e foi procurá-lo quando a mãe morreu, porque já não tinha mais ninguém no mundo. E o pai não o recebeu, é claro. Botou ele para fora do escritório. Nunca mais se viram (...) Justo no dia em que ele foi procurar o pai no escritório, o irmão menor, filho da mulher com quem o pai tinha se casado, estava sentado numa poltrona, na sala de espera, ao lado da secretária. Era um menino de cinco anos, que estava desenhando e sorriu para ele quando o viu passar, escorraçado, sem entender que era seu irmão mais velho, nem que estava sendo expulso do escritório pelo pai. Na verdade, só veio a saber que tinha um irmão mais velho há seis anos (CARVALHO, 2003, p.184).

Apenas nas últimas páginas da narrativa, portanto, é que o narrador-personagem percebe os motivos pelos quais o Ocidental lhe havia entregado todos os diários da viagem à Mongólia logo depois de ter encontrado o fotógrafo brasileiro: o protagonista queria que ele compreendesse sua história, entretanto, naquela época o narrador não conseguiu entender, pois “a gente só enxerga o que já está preparado para ver” (CARVALHO, 2003, p.184). Deste modo, coincidências à parte, só pôde dar-se conta do parentesco entre seu amigo e o jovem desaparecido no momento da missa em homenagem ao Ocidental, quando viu o rapaz no altar junto à família. Assim, apesar dos desencontros entre as personagens principais ao longo do texto, que só se reconhecem fora de seu lugar de origem, Bernardo Carvalho entrelaça o destino das duas, que compartilham o modo ocidental de ver o mundo e o progenitor.

Nesse sentido, ao longo da análise foi possível perceber o Orientalismo que cerca o protagonista, considerando o que Edward Said (2015) esclarece em seus estudos, isto é, a proeminência dos olhares ocidentais que constroem uma representação do Outro pautada pelas contaminações do seu lugar (ou lugares) de enunciação. Do início ao final da narrativa, seja pelo contato que o Ocidental teve com chineses num primeiro momento e pelas impressões superficiais que registrou em seu diário, seja pelo contato com mongóis posteriormente, que durou mais tempo e por isso acarretou reflexões mais extensas, a abordagem ocidental do Oriente é bastante clara: o próprio protagonista marca as diferenças da dicotomia nós/eles, com base em um “conjunto de sonhos, imagens e vocabulários” sobre os que se enquadram no “eles”, conjunto que, vale dizer, foi extraído de um universo do discurso comum (SAID, 2015). Por meio dos diálogos que tem com os guias mongóis, *Ganbold* e *Purevbaatar*, e a partir da leitura dos diários do fotógrafo

desaparecido, o Ocidental tenta apreender a cultura daquele país analisando-a e comparando-a com a sua — esta, evidentemente, é conceituada por seu padrão de superioridade em relação à outra.

Deste modo, a narrativa trata de representar os mongóis através do olhar estereotipado do protagonista, que os enxerga enquanto seres exóticos — habituados aos extremos de sua geografia, exemplares vivos de uma cultura nômade já quase extinta no mundo, culturalmente misturados tanto a russos quanto a chineses — passíveis de apreciação estrangeira, que ora resulta em admiração, ora resulta em desprezo. Pode-se dizer, finalmente, que embora os “ocidentais” possam divergir aqui e ali em suas leituras de mundo, de um modo geral o que fica é essa representação do outro enquanto elemento radical, que não se deixa compreender.

4 SOBRE A QUIMERA DE VIVER NA RÚSSIA: ANÁLISE DE *O FILHO DA MÃE*

Neste capítulo, será analisada a obra literária *O filho da mãe*, tendo como base, conforme ocorreu no capítulo anterior, as questões levantadas no aporte teórico da pesquisa. Para tanto, o capítulo será subdividido em duas partes, quais sejam: seção 4.1, em que será feita uma contextualização a respeito da história da Rússia a fim de melhor entender posteriormente os entrecruzamentos dos discursos historiográfico e literário na narrativa, e seção 4.2, em que será realizada a análise propriamente dita da obra de Bernardo Carvalho.

4.1 Uma breve contextualização histórica sobre a Rússia

Oficialmente intitulada Federação Russa, a Rússia é um país localizado no norte da Eurásia que, devido a sua grande extensão territorial, faz fronteira com diversos países, dentre os quais estão Noruega, Polônia, Ucrânia, China, Mongólia e Coreia do Norte, por exemplo. É a nação com a maior área do planeta: possui cerca de 17.075.500 km², estendendo-se desde o leste da Europa até os limites com o Oceano Pacífico. Por ter seu território praticamente dividido entre Europa e Ásia, a Rússia possui um clima bastante diversificado, com frio extremo na região siberiana das montanhas, ao norte, até calor moderado nas regiões das estepes e florestas, no centro e no sul. O país se constitui por um sistema estatal de República Federativa com várias subdivisões autônomas, administradas por governadores ou presidentes e primeiros-ministros, de modo que várias províncias e repúblicas compõem a Federação Russa. Cabe ressaltar, entretanto, que desde sua formação a Rússia ciclicamente acrescentou e perdeu territórios e, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), seu mapa sofreu diversas mudanças, assim como o de outros países da Europa e do Oriente Médio. Isto acabou provocando tumultos nos países que eram regiões independentes e passaram a fazer parte da URSS por meio de tratados elaborados por países europeus, que não levaram em conta as diferenças étnicas de cada um na hora de separá-los ou de anexá-los a outros territórios. Daí os conflitos que surgiram na década de 1990 entre grupos separatistas e o exército russo, como é o caso das duas guerras da Tchetchênia, na região do Cáucaso: a

república até hoje luta pela sua independência da Rússia, declarada há anos, mas ainda não reconhecida oficialmente.

A Rússia, como é conhecida hoje, começou a se formar no século IX, quando diversos povos eslavos do leste da Europa passaram a se agrupar em um clã dominante, denominado Rus Kievana (posteriormente, já organizado e com territórios próprios, foi chamado de Principado de Kiev, que durou desde aproximadamente o ano de 880 até meados do século XII). O clã, proveniente do território que compreende a atual Ucrânia, migrou para uma área florestal cercada de vários rios e lagos onde começou a construir uma pequena vila chamada Novgorod, que significa “Cidade Nova”. A tradição oral russa costuma dizer que a vida neste vilarejo era bastante tumultuada, o que fez com que seus habitantes chamassem um guerreiro viking, Rurik, do outro lado do mar Báltico, para que estabelecesse a ordem. De qualquer modo, Novgorod cresceu e adotou a religião e a tecnologia de seus vizinhos bizantinos. Novas cidades também foram construídas à medida que a população crescia. Um dos entrepostos deste clã em terras férteis a leste chamou-se Moskvá, ou Moscou: tratava-se de um pequeno forte de madeira beirava o rio de mesmo nome. Nesta época, os membros do clã ficaram conhecidos como russos. Entretanto, não possuíam grandes governantes e tampouco contavam com uma defesa expressiva, o que tornou as cidades russas um alvo fácil para invasores agressivos como os mongóis — e aqui suas histórias começam a se cruzar.

No ano de 1237, cavaleiros tártaros-mongóis (que também constituíam o Império Mongol) atravessaram o rio que os separava da Rússia para tomá-la. Com a invasão, lutaram por quase vinte meses e, por fim, devastaram suas cidades. O Principado de Kiev se desintegrou: o golpe mongol resultou na destruição de Kiev e na morte de praticamente a metade da população do Principado. Assim, os mongóis passaram a governar territórios que se estendiam do centro ao sul da Rússia e permaneceram por mais de dois séculos. Entretanto, neste período começou a ascensão de Moscou, por meio de um jogo político inteligente, astuto e impiedoso da parte dos grandes-príncipes que conseguiram cair nas graças dos chefes tártaros-mongóis e propor a coleta dos impostos de todos os principados russos. Sob a proteção dos tártaros, os russos começaram também a anexar territórios que formaram um só Estado moscovita, o sucessor mais poderoso de Kiev. Contudo,

irritavam-se ainda com o fato de ter de pagar impostos aos inimigos invasores. Deste modo, no ano de 1480, um exército unido dos principados russos, comandado por Ivan III, infligiu uma derrota marcante contra os mongóis. Conforme bem sintetiza Parker (2011) a respeito do tema,

No séc.XIV, o território da atual Rússia, onde se destacava o principado de Moscou, libertou-se de décadas de domínio mongol. Inicialmente ocupando um minúsculo enclave próximo à cidade de Moscou propriamente dita, Moscou se expandiu consideravelmente durante o reinado de Ivan III (1462-1505), absorvendo quase todos os demais principados russos (PARKER, 2011, p.250).

Assim, finalmente livre do controle da Horda Dourada — organização composta pelos poderosos guerreiros descendentes de Gêngis Khan) —, a Rússia deu início a seu processo de desenvolvimento. Ivan III conseguiu consolidar o centro e o norte de seus territórios, assumiu o título de “príncipe de todas as Rússias” e, devido às conquistas pelas quais foi responsável, passou a ser conhecido como “Ivan, o Grande”. O príncipe tinha, de fato, todas as características necessárias para ser um czar de sucesso: era ambicioso, oportunista, impiedoso e esperto, e utilizou-se de seus predicados para tornar a Rússia um Estado independente. Seu sucessor, entretanto, avançou em ousadia, como é possível observar no fragmento abaixo:

Ivan IV, ‘o Terrível’ (gov. 1533-84), consolidou ainda mais o poder de Moscou. Ele reformou o governo local, aumentou o controle do rei sobre a Igreja, limitou o poder dos *boyars* (nobres) e organizou um exército mais profissional. Suas campanhas militares expandiram as fronteiras do Estado ao longo do rio Volga — tomando o canato⁷ de Astracã — e no Báltico, onde seus exércitos conquistaram grande parte da Livônia (PARKER, 2011, p. 250).

Se Ivan III foi o responsável pela independência da Rússia, Ivan IV foi o responsável por torná-la um Império. Ele foi o primeiro príncipe a se intitular oficialmente um czar. A infância traumática de Ivan IV, que viu o pai ser torturado e brutalmente morto — do mesmo modo que Gêngis Khan — produziu um homem impiedoso. Mesmo quando criança, ele torturava animais e demonstrava ser cruel e sádico. Assim, utilizou-se destas características para comandar as batalhas e conquistar novas terras, especialmente as de domínio mongol: o Terrível precisava tomar Kazan, que ficava no meio do caminho para outras terras e, para tanto, lançou sua primeira ofensiva, contando com um exército de 150 mil homens treinados com

⁷ Canato, ou khanato, é um ente político governado por um khan, isto é, um líder tribal ou dono de um território, seja ele principado, reino ou império.

técnicas de artilharia e engenharia utilizadas na Europa. Depois de oito dias de intensa batalha, cercando o forto por meio dos gulai gorod⁸, conseguiram tomar a cidade e, assim, incorporaram as antigas terras tártaro-mongóis ao seu território. Nesse sentido, Kazan abriu caminho para o sul, o leste e a Sibéria, proporcionando que a Rússia se expandisse enquanto império. Entretanto, cabe ressaltar que “a última parte do seu reinado foi caracterizada pela tirania, marcada pela matança de uma grande quantidade de nobres” (PARKER, 2011, p.250). Quando morreu, em 1584, seu Império estava perto da ruína. Consequentemente,

Depois da morte de Ivan e do reinado de seu filho Feodor (gov. 1584-98), Moscou foi abalada pela fome, pela guerra civil e por invasões da Polônia que quase determinaram seu fim. A recuperação aconteceu sob uma nova dinastia, a dos Romanov, que viria a governar a Rússia por três séculos a partir de 1613 (PARKER, 2011, p.250).

Parker (2011) explica que “os primeiros Romanov foram aos poucos recuperando o poder de Moscou, e em 1667 reconquistaram o território do oeste que havia sido perdido para a Polônia”. No ano de 1696, Pedro I⁹, um dos mais importantes imperadores da história russa, assumiu o poder e logo começou a demonstrar seu estilo de governar. Não respeitava tradições e convenções sociais, e era extremamente curioso em relação a novidades. Além disso, tinha consciência da fraqueza e do atraso da Rússia em relação aos países da Europa e fazia tudo para mudar aquela situação. Assim, viajou à Europa a fim de estudar tanto engenharia naval com os especialistas holandeses como arte da navegação com a marinha inglesa. Naturalmente, quis aplicar em seu país o que havia aprendido na viagem. Entretanto, para que suas ideias funcionassem, seria necessário tirá-lo do atraso medieval e entrar na luz do comércio ocidental. Quando voltou para a Rússia, planejou transformar seu país em uma potência naval não apenas para o comércio com os europeus, mas também para competir enquanto potência militar. Com base

⁸ Tipo de fortaleza móvel construída por painéis ou paredes de madeira que podia chegar a dez metros de altura. A infantaria russa permanecia dentro destes fortes móveis, com pequenas aberturas para ter a visão do campo, protegia-se dos ataques inimigos e usava armas de fogo para atacar a cavalaria.

⁹ “Pedro, o Grande (gov.1682-1725), tinha apenas 9 anos de idade quando se tornou tsar da Rússia. No início do seu reinado, sua meia-irmã Sofia exerceu o poder, e depois a mãe dele, Natália, se manteve no trono até morrer, em 1694. Finalmente capaz de governar por si, Pedro lançou-se em um programa de modernização. Os primeiros resultados foram colhidos durante a Grande Guerra do Norte contra a Suécia, com a vitória russa em Poltava, em 1709. Além de realizar suas reformas militares e políticas, Pedro estabeleceu a nova capital da Rússia em São Petersburgo, em 1703” (PARKER, 2011, p.250).

nestas mudanças, “Pedro, o Grande, reconstruiu o Estado a partir de então, de acordo com modelos ocidentais, aumentando muito os impostos e lançando-se em guerras bem-sucedidas contra o Império Otomano” (PARKER, 2011, p.250).

Vale salientar que o czar desejava que a transformação de seu país fosse marcada também concretamente e, para tanto, empenhou-se na criação de uma nova cidade para cumprir o papel de capital, que deveria localizar-se estrategicamente mais perto da Europa e servir, portanto, como janela para o mundo ocidental moderno. Assim, voltou sua atenção para as terras próximas do mar Báltico, às margens do rio Neva (Nievá), a 600 km de Moscou, com o intuito de erguer ali a sonhada cidade de São Petersburgo. Note-se que o fato de estas terras pertencerem à Suécia não foi um problema para o czar: em 1700 invadiu o país com suas tropas e tomou à força o território para si, como de costume para os imperadores russos. Entretanto, Pedro não contou com as adversidades naturais do local: tratava-se de uma região pantanosa e, para construir qualquer coisa sobre ela, seria um grande desafio. Há que se considerar que São Petersburgo nasceu à custa do sangue de muitos trabalhadores, em sua maioria camponeses, que não receberam pagamento e tampouco tiveram garantidas as necessidades básicas para sobrevivência (abrigo, roupas, comida, etc.) durante os anos de construção em que permaneceram no local. As condições climáticas eram extremas: por cinco meses em cada ano, o rio e suas redondezas congelavam. Consequentemente, havia enchente quando ele derretia. Se os trabalhadores não morressem de fome, de frio, de exaustão ou de uma doença qualquer, morreriam afogados nas cheias do Nievá. Além disso, faziam a terraplanagem da cidade com as próprias mãos, já que não havia máquinas ou ferramentas para lhes servir. Nota-se, portanto, a forma como a população pobre era tratada pela nobreza. Estima-se que, entre 1700 e 1708, cerca de 25 mil trabalhadores tenham morrido nas obras, entretanto, até o século XIX, nenhuma batalha militar havia custado tantas vidas para a Rússia quanto o número de pessoas que não resistiram à construção da capital. Daí o fato de São Petersburgo ser conhecida como “Cidade dos Ossos”, já que estes se misturam aos prédios.

Ao instituir a nova capital, o czar acabou com a supremacia moscovita que durara cerca de 300 anos. Apesar de a população não compreender suas razões na época, Pedro impunha as ideias transformadoras com a força de um rei absolutista,

característica que herdara de seus predecessores e que usava brilhantemente a seu favor. Sua visão de revolucionar a Rússia foi o que o guiou na vida e, assim, nada nem ninguém escapou dos efeitos deste processo. Se, por um lado, militar e politicamente a Rússia já havia se tornado um império, por outro, faltava ainda um elemento essencial: o prestígio. Assim, Pedro, o Grande, ganhou este predicado porque expandiu suas fronteiras desde o mar Báltico até o Oceano Pacífico, construiu uma capital exuberante à moda ocidental moderna — principalmente no que diz respeito à arquitetura, exibindo seu poderio em prédios grandiosos, em inúmeras pontes que ligam a cidade, e em palácios que, devido a seus adornos, esculturas e colunas, ostentavam toda a riqueza daquele império, como é o caso do conhecido Palácio de Inverno, onde residiram os imperadores do século XVIII até o último czar —, estabeleceu a Marinha da Rússia, abriu escolas de engenharia e ciência e, ainda, aumentou sete vezes o comércio do país. Deste modo, parece natural o fato de que, “no fim de seu reinado, em 1725, a Rússia era uma das nações européias mais poderosas” (PARKER, 2011, p.250).

Além de Pedro I, quem também desempenhou um papel fundamental no crescimento do Império Russo foi a czarina Catarina, a Grande. A jovem alemã casou-se com o neto de Pedro e tinha por objetivo completar a transformação de São Petersburgo planejada por ele, de modo que a solitária fortaleza naval arquitetada no início do século XVIII se expandisse, tomando a forma da cintilante capital que se conhece atualmente. A czarina assumiu o poder em 1762, depois de depor seu marido, que havia sido imperador por apenas seis meses. Catarina efetivamente transformou a Rússia em potência mundial dando continuidade ao processo de europeização começada por Pedro: expandiu o território russo, fez reformas sanitárias, hospitalares, educacionais e de serviços básicos para a população, além de estabelecer normas de arquitetura para a construção de novas cidades. Ao todo, utilizando-se de planejamentos detalhados sobre, por exemplo, onde ficariam as praças, quais seriam os tipos de fachada, quais seriam os materiais das obras, construiu 216 cidades e renovou o Palácio de Inverno. Nesse sentido, transformou São Petersburgo em uma vitrine russa para o Ocidente. Além disso, Catarina deixou o império com 500 mil hectares de terras, de modo que, na época, mais de 40 milhões de pessoas passaram a ser consideradas russas. No final de

seu reinado, o país era de fato uma potência e, conseqüentemente, começou a atrair inimigos.

Pouco tempo após a morte de Catarina, seu neto assume o poder e em seguida começa a enfrentar as conseqüências severas de se governar tamanho império. Observe-se o trecho:

Na ascensão de Alexandre I ao trono, em 1801, o Império Russo já se estendia do leste da Sibéria até a Polônia, um território tão vasto que fazia com que seu governo fosse um problema quase insolúvel para a administração tsarista. A população essencialmente rural, de maioria serva, trabalhava sob condições precárias, e embora o país começasse a se industrializar, não conseguia acompanhar seus rivais da Europa ocidental (PARKER, 2011, p.286).

Apesar disto, a expansão continuou ao longo do século XIX e atraiu a atenção de um dos maiores imperadores do mundo: Napoleão Bonaparte, percebendo a potência mundial que surgira, decide tê-la como troféu de sua capacidade de conquista. Assim, preparou seu exército e invadiu a Rússia de um modo que seus habitantes não viam desde o período de domínio mongol, utilizando-se também da estratégia de queimar as cidades pelas quais passavam, até chegar ao destino final. Entretanto, Alexandre I não se abalou com a ofensiva: ignorou a presença francesa em seu território e aguardou pacientemente até que o frio siberiano forçasse as tropas napoleônicas a recuarem, o que de fato aconteceu. Assim, o czar pode dar continuidade à expansão territorial russa, como é possível observar abaixo,

adquirindo a Finlândia da Suécia em 1809, a Bessarábia da Turquia em 1812 e o reduzido Estado da Polônia em 1815. Outras aquisições no Cáucaso¹⁰, onde os russos finalmente sufocaram uma amarga resistência depois da rendição do líder guerrilheiro Shamil, em 1859, mostraram que o império russo recuperava quase metade do tamanho que tivera sob o domínio de Pedro, o Grande (PARKER, 2011, p.286).

Entretanto, há que se considerar que “não era um território facilmente administrado de forma centralizada: até 1830 não havia sequer uma estrada razoável entre Moscou e São Petersburgo, e a primeira ferrovia só foi construída em 1851” (PARKER, 2011, p.286). Além disso, é importante observar que a riqueza ostentada pelo império era o oposto da situação econômica e social da maioria da população, formada basicamente por camponeses, que trabalhavam as terras

¹⁰ O Cáucaso é uma região da Europa oriental localizada entre o mar Negro e o mar Cáspio, que abarca a cadeia montanhosa de mesmo nome, bem como as planícies que lhe são adjacentes.

russas mas não as possuíam, servos e operários em geral. Parker (2011) explica que, “nos reinados de Alexandre I (1801-25) e Nicolau I (1825-55), a servidão e a conveniência da emancipação dos servos foram temas centrais”, entretanto, o czar “Alexandre, embora teoricamente liberal, até mesmo professando a necessidade de uma Constituição para a Rússia, pouco fez na prática, enquanto Nicolau foi um autocrata mais sincero que cedeu pouco terreno” (PARKER, 2011, p.286-287). Ainda, o czar Nicolau

sufocou uma revolta na Polônia em 1830 e enviou ajuda aos Habsburgo em 1848, para pôr fim à revoluções na Áustria e na Hungria. Seu reinado terminou em desastre, quando as tentativas de adquirir territórios do Império Otomano levaram a uma humilhante derrota nas mãos da Grã-Bretanha e da França, na Guerra da Crimeia (1853-56) (PARKER, 2011, p.286-287).

Contudo, depois da morte de Nicolau I, assumiu o poder outro czar que apresentava algumas ideias favoráveis à modernização do país, com tentativas de reforma específicas:

Alexandre II (gov. 1855-81), que defendia a expansão do Império Russo para a Ásia central, instituiu uma série de reformas liberais, finalmente emancipando os servos, em 1861. Reformas legais reforçaram a independência do Judiciário, enquanto em 1864 foram criadas administrações locais com membros eleitos, os *zemstvos*. Foi ainda no reinado de Alexandre II que surgiram os primeiros rumores revolucionários entre camponeses insatisfeitos pelo fato de a emancipação não ter trazido prosperidade e intelectuais que consideravam o sistema tsarista uma tirania opressiva (PARKER, 2011, p.287).

Cabe ressaltar que, algum tempo depois, um desses grupos dissidentes, ‘Vontade do Povo’, assassinou o tsar, em março de 1881 (PARKER, 2011). Porém, o governo sucessor logo tratou de silenciar o povo insatisfeito com as condições sociais em que se encontrava: “no governo de Alexandre III (gov. 1881-94), uma campanha de terror policial reprimiu os revolucionários, enquanto as reformas de 1889 foram em parte um retrocesso na emancipação dos servos”. Ademais, o czar decidiu unir objetivos econômicos e políticos: criaria uma ferrovia transiberiana que atravessaria o país e que, ao mesmo tempo, deveria abrir o Extremo Oriente às exportações russas e estabelecer o poder russo no Oriente. Para tanto, usaria o serviço braçal de seus camponeses, presos e operários em geral que não receberiam pagamento e viveriam, nos vários anos de construção, sob condições desumanas na Sibéria. Em 1891, quando o primeiro trilho foi assentado, a notícia se espalhou pelo mundo e colocou o país sob a mira do Japão, que tinha objetivos

bastante similares aos da Rússia em relação ao Oriente. Nesse sentido, tanto os russos como os japoneses passaram a nutrir desgosto pela forma impositiva de governo do czar. A população usou a indignação a seu favor e, superando o período de extrema dificuldade, conseguiu organizar-se politicamente. Assim, “quando Nicolau II subiu ao trono, em 1894, a frustração estava no seu ponto máximo, e o primeiro partido marxista foi fundado em 1898” (PARKER, 2011, p.287). Naturalmente, o partido colaborou no processo de reivindicação popular por mudanças efetivas no país. No começo do século XX, outros fatores também foram significativos para o movimento, como a Guerra Russo-Japonesa, que eclodiu como reação à criação da ferrovia transiberiana. Segundo Parker (2011), “a derrota russa na Guerra Russo-Japonesa (1904-5) elevou o clamor pela reforma a níveis ensurdecedores, dando início a uma onda de protestos revolucionários”. Como resposta, o czar “permitiu a criação de uma Duma (Parlamento), outorgando direitos civis básicos. Tendo conseguido satisfazer os moderados, derrotou os extremistas, pondo um fim à Revolução de 1905” (PARKER, 2011, p.287). Nos anos seguintes, contudo, o país se encaminhava inevitavelmente para uma grande revolução, sobretudo devido à Primeira Guerra Mundial e o período de instabilidade causado por ela:

As tensões políticas normais foram suspensas nos primeiros tempos da I Guerra Mundial, mas quando o conflito foi piorando para a Rússia, a alta dos preços levou os trabalhadores de indústrias a greves. A violência começou nas ruas de Petrogrado (São Petersburgo) e Moscou na Revolução de Fevereiro, comandada pelo Soviete (‘conselho’) de Petrogrado, e Nicolau abdicou em 28 de fevereiro de 1917. Um governo provisório assumiu o poder com o príncipe Lvov, mas sua posição era contestada pelo Soviete de Petrogrado, dominado pelo revolucionário Partido Bolchevique russo de Vladimir Lênin¹¹. Em julho, começaram os tumultos em Petrogrado. Lvov foi substituído como líder do Governo Provisório por Alexander Kerensky, mas a possibilidade de se restaurar a estabilidade seria logo sufocada por uma onda de atividades revolucionárias (PARKER, 2011, p.326).

Durante este período em que diversos levantes revolucionários foram sufocados pelas tropas do governo provisório, Lênin viu-se obrigado a fugir do país, exilando-se na Finlândia. Porém, seus seguidores de certo modo receberam apoio e

¹¹ “Depois que seu irmão foi enforcado por ter participado de um complô para matar o tsar Alexandre III, Vladimir Ilyich Lênin (1870-1924) tornou-se um revolucionário. Em 1895, foi exilado na Sibéria. Quando foi libertado, passou vários anos na Europa, onde estudou o marxismo. Lênin assumiu o poder na Revolução de Outubro de 1917, mas morreu menos de sete anos depois, com seu programa para uma transformação revolucionária da Rússia apenas parcialmente concluído” (PARKER, 2011, p.327).

o poder bolchevique fez-se notar. Ao longo do ano de 1917, portanto, organizam-se e ganham força, como se observa abaixo:

Em agosto de 1917, o general Lavr Kornilov, comandante do Exército, enviou tropas para Petrogrado, ostensivamente protegendo o Governo Provisório da ameaça bolchevique. Para sufocar uma tentativa de golpe, Kerensky pediu ajuda aos bolcheviques, e formou a milícia da Guarda Vermelha Bolchevique. A suposta tentativa de Kornilov de tomar o poder falhou, mas o regime de Kerensky ficou fatalmente enfraquecido. Em setembro, Kerensky tentou organizar a 'Conferência Democrática' para frear as facções esquerdistas insubordinadas que gritavam pelo poder, mas a única consequência foi fragilizar os partidos que dela participaram. Em meados de outubro, o Comitê Central do Partido Bolchevique se reuniu para planejar a tomada do poder, temeroso de que uma coalizão da ala esquerda dos outros partidos pudesse assumi-lo em caso de queda do governo de Kerensky. Em 25 de outubro, Leon Trotski, organizador-chefe do partido, deu início a um golpe quase sem derramamento de sangue em Petrogrado. Esquadrões armados de revolucionários pró-bolcheviques ocuparam posições-chave, como as estações de trens e postos de telefone. Kerensky se rendeu e os bolcheviques rapidamente tiraram os outros esquerdistas das posições de influência. Com a supremacia garantida, os bolcheviques implantaram o programa revolucionário de Lênin (PARKER, 2011, p.327).

Entretanto, depois da tomada do poder central em Petrogrado (São Petersburgo), em novembro de 1917, os bolcheviques tiveram de enfrentar uma guerra civil contra diversos adversários. De acordo com o que esclarece Parker (2011), "muitos altos oficiais tsaristas estavam determinados a reagir contra a revolução, e os partidos esquerdistas que os bolcheviques haviam posto de lado não queriam deixar a situação como estava". Portanto, "em maio de 1918, os líderes remanescentes do Partido Socialista Revolucionário (SR) estabeleceram seu próprio governo em Samara, junto ao rio Volga" e, do mesmo modo, "exércitos antibolcheviques ('Branco') se formavam, liderados pelo general Kolchak na Sibéria e pelo general Yudenich no noroeste. No final de 1918, a situação dos bolcheviques era crítica" (PARKER, 2011, p.328). Contudo, os revolucionários resistiram e puderam se firmar no poder. Como esclarece Parker (2011), quando Lênin assumiu o governo da Rússia,

logo estabeleceu um sistema altamente centralizado de governo, suprimindo todos os partidos políticos rivais e dando poderes ao Comitê Central do Partido Comunista para expulsar todos que não seguissem a sua linha. A partir de 1921, Lênin promoveu a Nova Política Econômica (NEP), de acordo com a qual os camponeses tinham mais controle sobre os níveis da produção agrícola do que os bolcheviques mais rigorosos gostariam. Foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922 (PARKER, 2011, p.329).

Entretanto, Lênin não pode dar continuidade aos seus ideais comunistas e colher os primeiros resultados, visto que acabou morrendo pouco tempo depois de assumir o poder. Em seguida, seu sucessor assumiria o comando e mostraria as mãos de ferro com que governaria:

Após a morte de Lênin, em 1922, Iossif Stálin¹² — que havia sido apoiado por Lênin — expulsou, julgou ou executou seus rivais no Comitê Central, estabelecendo uma linha mais dura e um controle estatal muito mais centralizado. Entre 1928 e 1937, instituiu o primeiro dos Planos Quinquenais — enormes esquemas com o objetivo de transformar a URSS em uma sociedade industrializada. Ele também aplicou a política da ‘coletivização’, na qual as terras pertencentes aos *kulaks* (camponeses prósperos) foram doadas a fazendas cooperativadas. Seguiram-se grandes dificuldades, incluindo a fome na Ucrânia em 1932-33. Foi criada uma rede de campos de trabalhos forçados (o *gulag*), e no ‘Grande Terror’ de 1936-38 a polícia secreta realizou ondas de expurgos nas elites do partido e do Exército. Cerca de 690 mil pessoas foram executadas, e muitas outras detidas em campos de concentração. Foi só com a morte de Stálin, em 1953, que o terror instituído em seu regime opressivo começou a desaparecer (PARKER, 2011, p.329).

Com base no trecho supracitado, levando em consideração o fato de que Stálin promoveu tanto uma economia planificada como a industrialização do país, além da coletivização da agricultura, não há como negar que durante seu governo a Rússia deixou de ser uma economia basicamente agrária e se tornou uma grande potência industrial. Entretanto, seus feitos devem-se muito aos campos de trabalho forçado que criou, de modo que o povo russo, uma vez mais em sua história, pagou com o próprio corpo o preço do desenvolvimento do país. Deve-se destacar, ainda, que a industrialização russa não se deu de forma organizada, o que, aliado a duras políticas estatais, além de um período de seca que atingiu boa parte do território, levou o país a uma grave crise de fome, que levou milhares de pessoas à morte.

Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, em setembro de 1939, o conflito se tornou global e a URSS aderiu aos “Aliados” (países da Europa ocidental), juntamente com os Estados Unidos (PARKER, 2011). Naturalmente, a Alemanha se preparou para combatê-la pois, além de ser uma inimiga potente, Hitler tinha interesse em conquistar seu território desde os anos 1920, pois “via a região ocidental da URSS como uma possível área para a expansão da Alemanha,

¹² “Nascido Iossif Djugachvili, na Geórgia, Stálin (1878-1953) entrou para o Partido Operário Social-democrata Russo, de orientação marxista, em 1901, e quando este se dividiu, em 1904, ele aderiu à facção bolchevique. Stálin se tornou um importante executor das políticas de Lênin e passou a fazer parte do Politburo, que estabelecia as diretrizes bolcheviques, em 1919. Em 1922, foi secretário-geral do partido, tornando-se o líder supremo após a morte de Lênin. Em 1926, expulsou Trotski do partido e passou a comandar a URSS, praticamente de forma incontestável, por quase 30 anos” (PARKER, 2011, p.329).

proporcionando *Lebensraum* ('Espaço vital') para uma população em crescimento" (PARKER, 2011, p.342). Do mesmo modo, Hitler temia que a URSS se aliasse também aos britânicos e assim, contando com cerca de 4 milhões de soldados alemães e seus aliados, além de 11 mil tanques, a Alemanha invadiu a URSS em 1941 pegando de surpresa o Exército Vermelho, que foi vencido pela tática alemã da *Blitzkrieg* ("guerra relâmpago"). Entretanto, suas ofensivas foram interrompidas tanto pela resistência devota soviética como pelos "efeitos do inverno russo, que congelou o lubrificante dos tanques alemães" (PARKER, 2011, p.342) e que, depois de um contra-ataque soviético, fez os alemães se retirarem de Moscou. Mas o ponto decisivo foi a Batalha de Stalingrado, em que "as forças soviéticas esmagaram os fracos exércitos romenos" (PARKER, 2011, p.343), o que fez com que o exército alemão se rendesse em 1943, com o saldo de 170 mil mortos. Além disso, o papel desempenhado pela URSS para o fim da guerra foi essencial, visto o último ataque que preparou, dispondo de tropas de 2 milhões de soviéticos. De acordo com Parker (2011), havia "um milhão de alemães na defesa, muitos deles pouco treinados e alguns praticamente ainda crianças, mostraram uma determinação fanática para resistir, mas em 30 de abril até mesmo Hitler entrou em desespero e se suicidou" (PARKER, 2011, p.351). Dois dias depois, a guarnição de Berlim se rendeu e, no dia 7 de maio, o documento de rendição foi assinado, de modo que os Aliados consideraram o dia seguinte, 8 de maio, o Dia da Vitória na Europa.

Apesar da devastação massiva que sofreu durante a Segunda Guerra Mundial, tanto demográfica quanto econômica e infraestrutural, a URSS conseguiu emergir no período pós-guerra enquanto superpotência militar reconhecida. Durante os anos que se seguiram, armas nucleares começaram a ser desenvolvidas por outras grandes potências da época: "os EUA perderam rapidamente seu monopólio nuclear após a guerra, quando URSS, Grã-Bretanha, França e China desenvolveram seus armamentos" e, devido ao que representavam no mundo, "os estoques de arsenais nucleares na URSS e nos EUA criaram um clima de terror entre as duas potências, desempenhando um importante papel na Guerra Fria, que dominou as políticas mundiais a partir do final dos anos 1940 até o início dos anos 1990" (PARKER, 2011, p.357). Assim, com a declaração de um oficial soviético, no ano de 1947, de que o mundo "estava então dividido entre os imperialistas

ocidentais e os anti-imperialistas socialistas”, rapidamente “os países por todo o mundo se alinharam com um dos dois grupos”, dando início, portanto, a “um estado de hostilidade política que por pouco não se transformou efetivamente em uma guerra” (PARKER, 2011, p.360).

É importante salientar aqui que o comunismo não foi algo isolado na URSS, mas eclodiu em outros lugares do mundo. O papel preeminente dos partidos comunistas de alguns países europeus “a partir do final dos anos 1940 deveu-se tanto à brutal supressão de outros grupos políticos por Stálin quanto ao seu nível real de apoio popular” (PARKER, 2011, p.359). Entretanto, em 1949 foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), um pacto de defesa mútua de 12 países ocidentais nitidamente direcionado contra a URSS. Esta, por sua vez, criou o Pacto de Varsóvia em 1955 enquanto organização militar para enfrentar a Otan. Além disso, o líder soviético que sucedeu Stálin, Nikita Krushev, mandou mísseis nucleares para bases em Cuba, que já estava sob o controle de Fidel Castro, e isto deixou em alerta os EUA pela ameaça que representava. Depois de muitas negociações, os soviéticos retiraram suas armas (PARKER, 2011). Embora as superpotências continuassem estocando mísseis nucleares até 1970 e 1980, o poder destrutivo de seus arsenais não diminuía, e apenas em 1990, quando a URSS estava prestes a se dissolver, a Guerra Fria deu sinais do seu fim.

No final dos anos 1980, depois da queda do muro de Berlim, a disseminação do anticomunismo era incontrolável. Ditadores comunistas de países vizinhos foram derrubados e isto atingiu também a URSS que, em 31 de dezembro de 1991, deixou de existir — o Partido Comunista, que governara desde 1917, acabara semanas antes (PARKER, 2011). O primeiro presidente eleito na Rússia foi Boris Yeltsin, que governou até 1999 quando, devido às crises constitucionais, às derrotas do país nas duas invasões da Tchetchênia, a problemas econômicos e à corrupção, sua reputação foi manchada e o fez renunciar. Seu sucessor foi Vladimir Putin, eleito no ano 2000, que se caracteriza pelo conservadorismo nacionalista, mantém-se no governo até hoje. Cabe ressaltar que Putin tem liderado a Rússia com mãos de ferro, algo que, de acordo com a contextualização apresentada até aqui, parece inerente aos governantes da Rússia, pois já se fazia notar em Ivan III (o Grande).

O diferencial de Putin, contudo, é a violação de direitos humanos, desde a liberdade de expressão e reunião até mesmo a liberdade sexual de seus cidadãos. A

Anistia Internacional¹³ já apresentou inúmeras denúncias sobre o tema. Durante as Olimpíadas de Inverno em Sochi, em 2014, por exemplo, John Dalhuisen, diretor do Programa da Anistia Internacional para a Europa e Ásia Central, afirmou: “é importante que todos aqueles que têm algo a ver com os Jogos sejam conscientes das restrições impostas pelas autoridades russas à sociedade civil e aos cidadãos, e utilizem sua influência para se opor a elas”¹⁴. Para o diretor, “os direitos humanos fundamentais estão sendo pisoteados, apesar de garantidos de maneira explícita na Constituição russa e em tratados internacionais de direitos humanos dos quais a Rússia é parte”¹⁵. Dentre as campanhas realizadas pela Anistia Internacional nas Olimpíadas, foram destacados alguns casos específicos, quais sejam: legislação que restringe manifestações pacíficas, legislação homofóbica, ausência de investigações efetivas dos assassinatos de jornalistas e ativistas dos direitos humanos, entre outros¹⁶. A legislação homofóbica, entretanto, interessa para esta pesquisa devido ao fato de que possui relação com a realidade ficcional do texto de Bernardo Carvalho, que será analisado a seguir. Promulgada em 2013, ela é utilizada para restringir a liberdade de expressão e reunião de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) e fomenta a violência homofóbica em toda a Rússia. Segundo a Anistia Internacional, “os atos são interrompidos por manifestantes contrários e proibidos pelas autoridades, que detêm os participantes por fazer ‘propaganda de relações não tradicionais entre menores’”¹⁷. Desde que assumiu o governo, portanto, Vladimir Putin introduziu leis que “limitam severamente a liberdade de reunião, estigmatizam a comunidade LGBTI, criminalizam insultos aos sentimentos religiosos fieis, ampliam as definições de traição e espionagem para poder criminalizar o ativismo pelos direitos humanos”¹⁸.

¹³ Movimento global que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Está presente em mais de 150 países.

¹⁴ Matéria publicada no site da Anistia Internacional em 7 de outubro de 2013. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/russia-tocha-dos-jogos-olimpicos-de-inverno-lanca-luz-sobre-violacoes-de-direitos-humanos/> Acesso em: 12 dez. 2015.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ Matéria publicada no site da Anistia Internacional em 23 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/putin-proteja-liberdade-de-expressao/> Acesso em: 12 dez. 2015.

Finalmente, é possível pensar que, desde seus primórdios, seja com príncipes, czares, ditadores ou presidentes, a Rússia sempre esteve nas mãos de líderes que se utilizaram de seu poder e autoritarismo para criar um império de fato grandioso, a despeito das consequências que seu povo sofreria por isso e dos custos que repercutem historicamente e que, de uma forma ou de outra, foram e são cobrados até hoje dos seus cidadãos.

4.2 Filhos-da-mãe e um contexto opressor: quimeras na Rússia

O filho da mãe (2009) é uma narrativa ficcional cujo tema central é o amor, que surge, apesar de tudo, em meio à guerra, envolvendo diversas personagens — desde soldados e refugiados até mães que buscam salvar seus filhos de tragédias que, naquele espaço diegético, são cotidianas. Seu epicentro é a cidade de São Petersburgo, na Rússia, embora algumas partes significativas da trama aconteçam em outros lugares, especialmente na região montanhosa do Cáucaso que pertence à Tchetchênia. O pano de fundo da narrativa é a guerra da Tchetchênia, retomada depois de um breve período de paz entre os dois países. Assim, tanto São Petersburgo como Grózni, capital do referido país vizinho, encontram-se em ruínas, a primeira representada mais pelo aspecto psicológico das personagens e a segunda mais pelo aspecto físico da cidade — contudo, cabe ressaltar que ambos os aspectos não se restringem a apenas um local, mas afetam a maioria das personagens independentemente de onde se encontram. Ao longo do texto, Bernardo Carvalho intercala diferentes pontos de vista de personagens que podem se encontrar em lugares e épocas distintos, de modo que “a ação se expande vertiginosamente no tempo e no espaço”, algo que é informado ao leitor já na orelha do livro. Nesta pesquisa, serão analisados especialmente os protagonistas da narrativa, a saber: Ruslan, tchetcheno refugiado na Inguchétia, e Andrei, recruta desertor do exército russo. Entre eles há um relacionamento amoroso que, devido ao contexto opressor representado no texto, não consegue resistir por muito tempo: a violência, manifestada pela guerra e pelas consequências que ela traz e atravessam os sujeitos, as personagens não sobrevivem — daí o fato de o casal ser metaforicamente comparado à figura da quimera, o que será retomado com mais detalhes adiante. Cabe ressaltar que, inevitavelmente, outras personagens

secundárias serão analisadas aqui, pois se relacionam de forma direta com cada um dos protagonistas e interferem, também, em suas vidas e destinos.

Um aspecto importante a ser observado, desde já, é o papel das mães na narrativa. Por conta do longo período de guerra e, principalmente, devido às inúmeras mortes de jovens rapazes, tanto soldados como civis que eram confundidos com terroristas, organizou-se um grupo de busca de desaparecidos e apoio a refugiados ou desertores, chamado Comitê das Mães dos Soldados de São Petersburgo. Este grupo é coordenado pela personagem Marina, que assumiu o posto depois de perder seu filho, Pável, para a guerra. Marina explica que ele foi “enviado para a Tchetchênia, mais de dois anos antes, porque na época não tiveram dinheiro para pagar a propina que garantia sua admissão na faculdade. A matrícula o teria liberado do serviço militar compulsório” (CARVALHO, 2009, p.17). Naquele contexto, se os jovens não estivessem na universidade ou se não tivessem atestados médicos que comprovassem sua inaptidão ao serviço militar, eram automaticamente recrutados pelo exército para lutar na guerra contra a Tchetchênia. Assim, muitos soldados iam lutar nas montanhas do Cáucaso, porém, poucos voltavam vivos para o quartel. Entretanto, há outros pontos de vista sobre a mesma região, como a da personagem Lúlia Stepánova, amiga de Marina que, de acordo com fragmento abaixo, não lembrava do lugar como hostil:

Lúlia já tinha ouvido falar de histórias de mães que resgatavam os filhos sequestrados na guerra, mas sempre lhe pareceram muito distantes. Não sabia o que dizer. Do Cáucaso, lembrava-se apenas das férias de verão, num observatório nas montanhas, quando acompanhava a mãe, astrônoma do observatório de Púlkovo, e, talvez por ser a única criança entre os cientistas locais, era muito mimada por todos. O Cáucaso é uma das suas melhores recordações, uma paisagem de sonho, que nada tem a ver com a guerra nem com os pesadelos que ela costumava ter quando criança e que se passavam sempre nas ruas da cidade, entre edifícios soturnos do começo do século XX (CARVALHO, 2009, p.18).

Apesar das boas lembranças infantis, Lúlia compreende a gravidade da situação do país em meio à guerra e procura Marina, com o intuito de ajudar o filho de uma vizinha sua que não conseguiu escapar do exército e sofreu logo as consequências de ser um soldado:

Nem tiveram tempo de arrumar uma dispensa médica. Quando se deram conta, ele já estava a caminho de *Irkutsk* (...) Vássia foi espancado. Teve duas costelas e um braço quebrados. Ficou dois dias em coma. Está coberto de hematomas. Até uma semana atrás, havia o risco de hemorragia

interna. Não quer voltar para o quartel e ter que se submeter de novo aos rituais absurdos da *dedovschina*¹⁹ (...) A mãe tem medo de procurar as Mães dos Soldados. Acha que pode ser pior. Tem medo das represálias. Pensa que vão matar o filho. Vássia disse a ela que, se voltar para o quartel, é um homem morto. E ela acha que ele é capaz de tentar o suicídio para não voltar (CARVALHO, 2009, p.20-21).

Nesse sentido, a violência daquele ambiente é explícita e, mesmo que não se trate dos campos de batalha especificamente, parece que paira no ar a opressão que pode se materializar a qualquer momento, devastando toda forma de vida ali presente. Os policiais desempenham um papel crucial nisto, pois circulam pela cidade com objetivos específicos, como é possível observar no trecho a seguir: “estão aí para intimidar os soldados que nos procuram. Outro dia, tentaram confiscar o passaporte de um rapaz que tinha saído para fumar, enquanto esperava sua vez na fila. O terrorismo virou desculpa para tudo” (CARVALHO, 2009, p.15).

Além das mães dos soldados, uma figura de força na narrativa é a personagem Zainap, avó do protagonista Ruslan. Ela aparece logo nas primeiras páginas do texto, apresentando sua história e a relação estreita que mantém com o neto, criado por ela desde os dois meses de idade, quando foi abandonado pela mãe. Zainap nasceu e cresceu em Grózni, capital da Tchetchênia, lugar que devido aos vínculos familiares jamais cogitou abandonar: “chegou a se refugiar nas cercanias durante os combates mais críticos, mas sempre voltava ao centro”, porque “queria que os desaparecidos soubessem onde encontrá-la, na eventualidade de reaparecerem, nem que fosse como fantasmas” (CARVALHO, 2009, p.29). No entanto, viu-se forçada a abandonar a cidade na tentativa de salvar o próprio neto da guerra que os cercava. A personagem explica as condições em que os dois viviam, havia cinco meses, num campo de refugiados na Inguchétia, país vizinho da Tchetchênia. Observe-se o excerto abaixo:

Chegaram quando o campo já não recebia novos refugiados. Toda vez que repete que os acolheram ‘por milagre’, deixa subentendido o sarcasmo involuntário de quem pagou caro por uma autorização excepcional de permanência. A situação irregular volta e meia levanta dúvidas sobre o seu direito à assistência oficial. Sempre que vai ao dispensário, precisa contar com a boa vontade dos médicos. Há mais gente do que é possível manter nos campos. Panfletos despejados por aviões que de vez em quando sobrevoam as barracas em voos rasantes prometem melhores condições em Grózni, sob os auspícios dos russos e de organizações humanitárias internacionais. Mas não enganam ninguém. Há uma forte campanha para

¹⁹ Ao pé da letra: “a lei dos mais velhos — ou dos avôs; trotes violentos, e eventualmente mortais, a que os recrutas e soldados mais jovens são submetidos tradicionalmente durante o serviço militar na Rússia” (Nota do autor).

persuadir os refugiados a voltar. Alguns estão sendo repatriados à força, desde que as autoridades inguches, endividadas e sem condições de alimentá-los, começaram a cumprir as diretrizes do *Kremlin*, nos seus esforços de reestabelecer uma normalidade de fachada para a administração pró-russa em Grózní, enquanto a guerrilha corre solta nas montanhas. Dizem que tudo voltou à ordem, mas a situação não pode ser mais anormal. Por mais que tentem filtrar as informações do exterior, há sempre alguém que sabe de alguma coisa. De Grózní chegam as piores notícias e, como se não bastassem as condições precárias no campo, os refugiados ainda têm que viver sob a ameaça suplementar de serem mandados de volta para a guerra. Esperam o anúncio do plano de governo do novo presidente inguche. Correm boatos de que, mais cedo ou mais tarde, os campos serão fechados (CARVALHO, 2009, p.23-24).

Considerando todas estas questões, além do próprio estado de saúde, Zainap preocupou-se em dar um rumo à vida do neto o mais rápido possível, pois acreditava que não aguentaria viver por muito tempo no campo e não pretendia deixá-lo desamparado depois de sua morte. A avó decidiu, portanto, encaminhá-lo a São Petersburgo, cidade onde a mãe do rapaz vive há vinte anos e, para tanto, decide agir. Observe-se o fragmento a seguir:

Antes de se apresentar voluntariamente aos comboios de repatriação, procurou o coronel Egórov, que aparece no campo uma vez por semana, sempre aos sábados. Foi acertar o destino do neto. Aprendeu com os anos que ninguém é incorruptível. Há rumores sobre o esquema do coronel e a verdadeira razão de suas visitas semanais. Vem recrutar jovens que ainda têm forças para trabalhar no canteiro de obras de Petersburgo — não só os mais aptos, e que aceitam as condições mais indignas para deixar o campo, mas também os que estão dispostos a pagar por isso com o pouco que lhes resta e apesar de sua condição física (CARVALHO, 2009, p.25).

Apesar do alto preço que Ruslan poderia pagar por ir trabalhar em São Petersburgo, visto que era um estrangeiro do Cáucaso, cujas diferenças em relação aos russos seria notada facilmente, Zainap ainda acreditava que este seria o melhor caminho para o neto e decidiu isto sozinha. Aliás, a narrativa demonstra que era ela quem tomava as decisões sobre o destino dos dois, tentando sempre livrá-los do perigo iminente, como aconteceu ainda em Grózní, antes de irem para campo de refugiados: “tomou a decisão, sentada no escuro da cozinha, no que sobrava do antigo apartamento, num dos poucos prédios que não desabaram por completo naquele quarteirão de Léninski, um dos bairros mais atingidos da cidade”. Em sua cidade natal, acrescenta, era comum ouvir “rajadas de tiros ao longe. À noite, os tiros distantes a faziam dormir, embalavam seu sono. Eram sinal de que o perigo não estava próximo” (CARVALHO, 2009, p.25), sinal que só a guerra pode provocar no indivíduo.

Ao mesmo tempo, naquela época a avó sabia que, mais cedo ou mais tarde, seria preciso deixar Grózní, pois o neto corria perigo: “Ruslan dormia nas ruínas do cômodo ao lado, no que um dia fora o quarto do pai. O corpo estava coberto de chagas. Espancaram-no por quatro horas seguidas. Era um milagre que estivesse vivo” (CARVALHO, 2009, p.26). O espancamento aconteceu porque os russos, chamados de federais pela população, levaram-no para o quartel para extrair qualquer informação que tivesse. Costumavam realizar operações noturnas que classificavam como de “limpeza”, as chamadas *zatchitska* e, por isso, era necessário manter silêncio absoluto cada vez que entravam no prédio. O que eles buscavam, de fato, eram os “jovens tchetchenos. Tanto fazia se esses rapazes estavam realmente envolvidos com os insurgentes. O que contava era a idade”, visto que “era improvável que fossem jovens e de alguma maneira não estivessem envolvidos com os rebeldes. Era assim que os russos raciocinavam” (CARVALHO, 2009, p.18). Entretanto, Zainap acrescenta que, naquele esquema, “os presos da madrugada cujo resgate fosse pago a tempo, se tivessem a sorte de sobreviver aos interrogatórios e não acabar transferidos para *Khankala*, para uma nova batelada de perguntas e torturas, seriam libertados à noite”. Quando chegou sua vez, Zainap conseguiu tomar as medidas necessárias depois de Ruslan ter sido levado para o quartel à força: “aguardara aquele momento como quem espera a morte. Sabia que, mais dia menos dia, haveria de chegar a hora de pagar pelo resgate do neto — se não aos *boieviki*²⁰, certamente aos soldados russos” (CARVALHO, 2009, p.27). Apesar de tudo, quando o trouxe de volta para o que lhes restava da casa, a personagem comemorou: “pelo menos não lhe quebraram nenhum osso, nem voltou mutilado” (CARVALHO, 2009, p.32). Isto deve-se ao fato de que ela não teve a mesma sorte em relação ao seu filho, pouco tempo antes:

fazia quase dois anos que, às vésperas do inverno de 1999 para 2000, durante a retomada da cidade pelos russos, nos primeiros meses do que se convencionou chamar de segunda guerra da Tchetchênia, Zainap pagara quinhentos dólares aos *boieviki* para reaver o corpo do filho, Chakhban, pai de Ruslan. Corpo é modo de dizer. Chakhban não fora encontrado nos escombros do prédio onde, até o dia do ataque, trabalhara como engenheiro químico. Tampouco havia sido levado para a vala comum, na periferia da cidade, onde ela foi procurá-lo, em vão. O que Zainap recebeu e enterrou foi um cadáver queimado e desfigurado que os bandidos recolheram, entre outros, depois da explosão do prédio, já com o intuito de negociar a liberação em troca de resgates. As famílias não se preocupavam mais em reconhecê-los. Fingiam se contentar com um detalhe ou outro, um sinal ou uma cicatriz, como se fossem mesmo do parente desaparecido. O

²⁰ Combatentes separatistas tchetchenos (Nota do autor).

principal era conseguir um corpo para enterrar, mesmo um substituto (CARVALHO, 2009, p.28).

Nesse sentido, parece claro que as perspectivas para quem permanecesse em Grózní não eram boas, daí a decisão que Zainap tomou de finalmente abandonar a cidade. Entretanto, sua demora em decidir-se é justificada, conforme o fragmento que segue:

não foi por teimosia que Zainap resistiu a partir quando ainda era possível. E mesmo depois do ultimato russo que, em dezembro de 1999, exortou a população civil a deixar a cidade, sob a ameaça de ser confundida com terroristas e exterminada. A única vez que abandonara Grózní, ainda jovem e à força, perdera tudo. Nunca reviu os pais e os irmãos. E passou a associar a partida à perda e aos desencontros. Por isso, demorou a se convencer de que mais cedo ou mais tarde não sobriam homens a sua volta e que era essa a missão do exército russo. Só as mulheres, os velhos e as crianças, no caso de não terem nenhum contato direto ou parentesco com os rebeldes, seriam poupados para viver nos escombros (CARVALHO, 2009, p.29).

Contudo, apesar da ideia arriscada que consistia em uma senhora de 78 anos fazer uma viagem perigosa como aquela, para viver em condições quase desumanas num campo de refugiados, longe de casa, Ruslan “a acompanhou mesmo assim, nem que fosse só para fazer a sua última vontade, fingindo que ignorava o sacrifício dela para lhe salvar a vida. Não a teria abandonado por nada, para tentar a sorte por conta própria fora dali” e, do mesmo modo, “não a teria deixado morrer sozinha em Grózní, embora isso tivesse sido o mais simples e racional para ambos, segundo o que ela mesma pensava e não dizia. Entre eles, o afeto e os mal-entendidos andavam de mãos dadas, em silêncio” (CARVALHO, 2009, p.30).

Assim, Zainap era quem apoiava Ruslan em tudo, desde a infância. Foi ela quem o ajudou a convencer seu pai, Chakhban, a deixá-lo ser retratado por um vizinho, desenhista que era mal visto por todo o bairro. As razões podem ser observadas no trecho abaixo:

(...) um falsário, um desenhista talentoso que, num momento de dificuldade e fraqueza, forjara notas de dinheiro para uma quadrilha russa. Ficou dois anos preso e, depois de cumprir sua pena, nunca mais conseguiu se empregar. A certa altura, passou a ganhar a vida fazendo retratos, mas apenas de pessoas que vinham de outros bairros da cidade, e que chegavam ali incógnitas. Na vizinhança, era tratado como criminoso. Ninguém nunca se permitiria pisar em seu apartamento, sob o risco de passar a ser visto também como criminoso (...) Todos gostariam de posar para o pai de Akif, considerado um exímio retratista, mas ninguém ousava.

Preferiam não ser retratados a ser apontados na rua depois (CARVALHO, 2009, p.34).

Akif, o filho do falsário, observara Ruslan durante todo o período em que ele posou para o retrato, mas sem trocar uma palavra sequer. Apenas anos mais tarde é que os dois, já adolescentes, se envolvem e começam um relacionamento amoroso, nas ruínas de um prédio abandonado da faculdade onde estudavam. Entretanto, a relação dos dois não era percebida: “qualquer tchetcheno a quem se fizer a pergunta dirá que não há homossexuais na Tchetchênia. E talvez por isso Ruslan e Akif não tenham sido vistos durante os meses em que se encontravam nas ruínas do prédio da escola de medicina. Porque eram invisíveis” (CARVALHO, 2009, p.35). Contudo, seus encontros não aconteciam diariamente: apenas “quando os russos não bloqueavam por completo as vias principais da cidade, ônibus escoltados por militares levavam os estudantes do centro até o campus” e, mesmo que não houvesse propriamente aula, “a simples reunião de um punhado de alunos e professores no jardim diante do prédio semidestruído ou nas salas excepcionalmente aquecidas a gás já era suficiente para dar a impressão de que, a despeito de todos os indícios” e, mais ainda, apesar “de continuarem encurralados pelo caos da guerra, algum tipo de normalidade era retomado” (CARVALHO, 2009, p.35). Porém, alguns meses depois Akif desaparece e, após algumas tentativas frustradas de procura, Ruslan entende que nunca mais o verá — a guerra o havia levado. No período que antecede sua ida para o campo de refugiados, Ruslan relembra o tempo que passaram juntos, conforme o trecho que segue:

Sonha com a primeira noite que passou com Akif nos trilhos abandonados do trem, em Grózni. A ameaça de serem descobertos, associada ao perigo dos bandidos e ao risco de serem alvejados, dava afinal um sentido heroico e rebelde à juventude que não viveram por causa da guerra (...), como se nada ao redor tivesse a menor importância, como se não estivessem no epicentro da guerra — ou melhor, como se estivessem imunes a ela ou fossem capazes de decretar uma trégua simplesmente por estarem juntos. De alguma forma, Ruslan passou a associar o amor ao risco e à guerra, porque não conhecia outra coisa. Associou o sexo à trégua (o desejo deixava a realidade em suspenso) e o amor à iminência da perda. E daí em diante só conseguiu amar entre ruínas (CARVALHO, 2009, p.38).

Apesar de tudo, Ruslan segue o plano da avó conforme foi traçado. Ciente da existência de sua mãe — Anna —, depois da morte de Zainap ele vai para São Petersburgo, assume o trabalho que lhe foi conferido nas obras de reconstrução da cidade para as comemorações do seu tricentenário e, assim que se estabelece, sai

à procura daquela que lhe havia deixado para trás havia vinte anos. A avó sabia que Anna não queria manter contato com o filho, portanto, enviou-lhe uma carta como encomenda pelo correio antes mesmo de Ruslan chegar na cidade, avisando-a de que seu filho chegaria. O correio, por exigência de Zainap, notificou-a da suposta encomenda com um cartão que foi passado por debaixo da porta, já que Anna “não recebe cartas. Não abre envelopes. Quem a conhece sabe. É uma espécie de fobia. Há vinte anos, evita receber notícias” (CARVALHO, 2009, p.49). Por isso, Anna naturalmente leu o cartão assim que chegou em casa e, atendendo ao chamado, compareceu à agência central. Ora, parece claro que, “se soubesse de antemão do que se tratava, e que a correspondência vinha do Cáucaso, Anna nunca teria comparecido ao correio”. Entretanto, “apresentou-se por pura imprudência à rua Potchtámtskaia, como se vinte anos de precauções, sem abrir cartas, não a tivessem preparado para o momento em que mais precisava ser precavida” (CARVALHO, 2009, p.52).

Daí em diante, a vida de Anna começa a desmoronar e isso acontece muito rapidamente. Além da humilhação que sofreu pelo fato de o funcionário do correio ter lido a carta sobre o filho caucasiano antes dela e, portanto, já ter descoberto seu segredo, logo Ruslan consegue encontrar sua casa e falar com ela. Observe-se o momento em que se reencontram: “quando abre a porta, depara com um homem vestindo um macacão encardido. É um pouco mais alto do que ela e está com o cabelo escuro desalinhado. Há um momento de silêncio entre os dois. Da parte dela, é mais propriamente um momento de ausência” e, ainda, “por um segundo, um mundo de coisas desbaratadas lhe vêm à cabeça (...) O homem continua calado. Na verdade, é um rapaz. Ela sabe quem ele é” (CARVALHO, 2009, p.61-62). Neste ínterim, Ruslan começa uma conversa com a mãe, tentando explicar o motivo de sua visita, porém, coagida pelo medo, Anna o rechaça e pede que o rapaz nunca mais volte. Tenta se desvencilhar dele, mas “o olhar desamparado do rapaz a impede. Ela vacila. Vai empurrando a porta, devagarinho, titubeante, até fechá-la na cara do operário, que permanece imóvel do lado de fora. Ela está trêmula”. Ainda em tempo, Anna “vira a chave, com pudor, tentando não fazer nenhum ruído, e se encosta à porta. Põe a mão na boca, para evitar o choro. Se deixar o choro vir, será um escândalo” (CARVALHO, 2009, p.63).

Evidentemente, Ruslan é um problema na vida de Anna. Zainap já havia alertado o neto de que nem toda mulher quer ser mãe e que talvez por isso Anna o tenha deixado logo no segundo mês de vida, com o intuito de não criar maiores vínculos. Entretanto, ela tinha formada uma família em São Petersburgo: casou-se com Dmítri e teve dois filhos, Maksim e Roman. Com o primeiro filho, ela mantém uma relação estreita, e é justamente este quem lhe dá mais trabalho. O pai, Dmítri, desconfiado pelo comportamento arreadio de Maksim nos últimos tempos, decide segui-lo e descobre, para seu desgosto, que o rapaz faz parte de uma gangue de *skinheads*. Desapontado e furioso, resolve dar-lhe um corretivo logo, porque previa ações mais perigosas do filho que poderiam atrapalhar seu futuro. Observe-se o excerto:

No quarto, Dmítri segura o filho pelos braços, o rosto colado ao dele, cuspidando-lhe na cara enquanto fala: — Você faz ideia daquilo em que consiste o meu trabalho? Faz ideia da razão de eu ter ficado aqui, quando todos foram embora? Eu podia ter me mudado com sua mãe para Nova York, podia ter ido trabalhar com qualquer um dos meus contatos em Londres ou em qualquer outro lugar bem longe deste inferno, se eu não tivesse responsabilidades. Oportunidades não faltaram, mas eu tinha que sustentar um borra-botas como você. É graças a gente como eu que este país ainda está em pé. É graças a gente como eu que nós ainda não estamos completamente à deriva na lama que é a nossa própria merda e o nosso próprio instinto. Eu sou a polícia desta bosta de lugar, o sujeito que ficou segurando o barco no píer, no meio da borrasca, na hora em que todo mundo saiu correndo para pegar o melhor quinhão, para escapar da tempestade, cada um por si. E por que você acha que eu fiquei? Porque sou burro? Porque sou medíocre? Incompetente? Vai, responde (CARVALHO, 2009, p.77-78).

Depois da discussão acalorada, Maksim, que, graças ao irmão, Roman, já sabia da existência de um operário caucasiano que viera furtivamente conversar com sua mãe, decide avisar o pai que era com Anna que ele devia realmente se preocupar, e planta, assim, a dúvida em Dmítri quanto à fidelidade da esposa. Quando, no dia seguinte, percebe a desconfiança de seu pai para com Anna, concluindo que ele vai segui-la para descobrir a verdade, Maksim se confunde com o misto de sentimentos em relação à mãe que tomam conta dele:

Afinal, a briga da véspera surtiu algum efeito. Dmítri ficou desconfiado. Vai segui-la, Mas agora é Maksim que não entende direito o que está sentindo. Quando a mãe passa de novo pela sala, arrumando a bolsa, a caminho da porta, ele tem vontade de segurar sua mão e alertá-la, por mais contraditório que isso possa parecer. Sente pena dela. E a ama. Sabe o que a espera. Sente-se mal por tê-la denunciado. Mas é um sentimento que só dura um instante. Em segundos, ele volta a nutrir um ódio profundo pela mãe. É uma coisa que o devora por dentro. Ela merece ser castigada por tê-los traído (CARVALHO, 2009, p.82).

De fato, Anna resolve ir ao encontro de Ruslan nas obras onde trabalha para, definitivamente, cortar qualquer resquício do laço que ainda pudesse haver entre eles, como se não fossem suficientes os vinte anos de abandono e o pedido de que nunca mais aparecesse:

E assim ela se aproxima tateante de um operário agachado, que lhe dá as costas. Ela o chama pelo nome. Ele se vira e, surpreso ao vê-la, se levanta. Um sorriso franco e infantil desfigura o rosto do rapaz. Ele diz alguma coisa. Está contente de vê-la. Ela o interrompe e lhe oferece um anel que tira do dedo anular direito. Ele hesita, recebe o anel e o examina. Não entende, não se mexe. Já não está sorrindo. Ela continua a falar. Põe novamente as mãos em concha em torno da boca. Ele a fita e responde. Parece uma pergunta. Ela diz uma última coisa antes de sair, com a mão sobre a boca, e os olhos escondidos pelos óculos escuros. Desce as escadas e sai depressa do prédio (CARVALHO, 2009, p.84).

Logo que Anna sai do local, Dmítri, que a seguira e observara escondido toda a cena anterior, vai conversar com o rapaz com o intuito de saber qual a ligação que ele mantinha com sua esposa e logo “nota o sotaque. O operário é do Cáucaso. É ainda mais humilhante que ele não seja russo” (CARVALHO, 2009, p.85). Dmítri pensa que aquela é uma dupla traição: Anna não só se relaciona com outro homem, mas com um homem caucasiano. Aqui, portanto, é possível notar a intolerância e o preconceito que atravessam a personagem: há uma relação de superioridade e inferioridade entre as etnias, principalmente pelo fato de seu país estar em guerra com o país de onde vem Ruslan, e o fato de sua mulher ter um relacionamento com um caucasiano era sinônimo de humilhação. Quando voltam para casa, marido e mulher discutem até que Anna lhe revela a verdade, desmentindo a traição e explicando sua história:

Abandonei uma vida. E ninguém faz isso impunemente. Durante anos, esperei a hora de pagar. Por um tempo, achei que o pagamento viria com a morte, com a solidão, abandonada pelos que eu amo, depois de ter abandonado os que amei. E as coisas aconteceram como previ (...) Nunca parei de fugir. Achei que tivesse previsto tudo. Mas bastou ele aparecer para acabar comigo. Eu sabia que um dia ele ia reaparecer. O filho que eu não criei, ainda assim, tem o meu sangue. Como é que eu podia achar que seria diferente? Um estranho que eu reconheci na hora, assim que o vi na porta desta casa. — Ela sorri. — Você acertou em cheio. O rapaz podia ser meu filho. E é o que ele é (CARVALHO, 2009, p.89).

Contudo, Ruslan não perdoa a última atitude da mãe e decide voltar a sua casa para devolver o anel que ela tinha lhe dado. Quando o vê na porta, primeiramente, Anna se irrita, mas em seguida observa: “é um rapaz bonito, moreno,

com os olhos negros e o rosto quadrado do pai. E, antes de poder sentir o que quer que seja, antes de poder vacilar ou lembrar ou lamentar, uma força que vem ela não sabe de onde a impele a reagir”, tão rapidamente “como se estivesse diante de um agressor decidido a dar cabo de sua vida, e só lhe restasse lutar pela sobrevivência. É um ódio cego, que ela projeta no rapaz na sua frente mas que muitas vezes já sentiu por si mesma” (CARVALHO, 2009, p.92). Naquele momento, portanto, Ruslan percebe que já não há mais o que possa fazer: não haverá um relacionamento de mãe e filho entre os dois. Ainda sem coragem para enfrentar os fatos, evidentes há muito tempo (ou, melhor dito, desde que nasceu), “Ruslan não se move. Ela para de repente. Nada no mundo a fará esquecer aquele olhar. Ele abaixa o rosto, para poupá-la, e se vira para sair. Ela cai em si” (CARVALHO, 2009, p.92).

Depois disso, é Andrei, o outro protagonista, quem ganha voz na narrativa. Sua situação difere um pouco da de Ruslan, porém, as perspectivas da vida dele também não são boas. Ele é filho de uma mulher russa, chamada Olga, com pai brasileiro, Alexandre²¹, e por isso as pessoas estranhavam quando dizia seu sobrenome: Guerra. Andrei nasceu em Vladivostok, mas foi obrigado a servir o exército russo em São Petersburgo. Como recruta, sua vida tornou-se mais difícil do que antes, quando vivia na casa da mãe com o padrasto, Nikolai, e uma irmã menor, fruto do segundo casamento de Olga. O padrasto discutia com Andrei por qualquer motivo, pois tinha ciúme da relação afetuosa que havia entre mãe e filho. Cabe ressaltar que “foi Nicolai quem impediu que Andrei fosse liberado do exército, quando já tinham arrumado a dispensa médica, o que não era difícil para um garoto especial, como ele, que falava com as paredes”. A justificativa era a de que “a dispensa ia contra os seus princípios e que, na ausência de Alexandre, agiria como pai (...)” e, finalmente, acrescentou que “o exército é necessário, endurece as pessoas, forja o caráter. Um homem não sobrevive à Rússia se não passar pelas forças armadas. Faço isso por ele” (CARVALHO, 2009, p.115).

²¹ “Ele era brasileiro, exilado político e dez anos mais velho do que ela [Olga]. Vivia em Moscou e fora passar as férias no mar Negro. Em seis meses estavam casados. Andrei nasceu no ano seguinte. Quando o filho completou nove anos, Alexandre decidiu voltar para o Brasil, depois de vinte anos na Rússia. O caos que se seguiu ao fim do comunismo foi apenas o pretexto ou a gota d’água, porque ele e Olga já não se entendiam. A penúria dos anos léltsin esgarçou a relação entre os dois. Alexandre ganhava o equivalente a trinta dólares por mês com seu trabalho de botânico na universidade. E, para completar, do ponto de vista ideológico, já não havia nem mesmo o regime que o acolhera e no qual de uma maneira ou de outra, talvez por ser estrangeiro, por muitos anos ele se sentira protegido” (CARVALHO, 2009, p.116).

Algum tempo depois, já em São Petersburgo, precisa cumprir uma missão para o quartel: “Andrei sai do quartel a tempo de chegar à praça da estação às nove da noite. Não deve ser visto. As ruas ainda não estão completamente desertas, mas a essa hora, pelo menos, sua figura solitária não despertará tanta suspeita quanto se passasse por ali de madrugada”. Porém, o recruta ainda “terá que voltar antes do último metrô, pelo mesmo motivo, para não ser visto como exceção” (CARVALHO, 2009, p.97). A missão que lhe foi dada é tão repugnante que “nem a raiva que a frase lhe despertou naquele momento [em que a mãe o colocou no trem entregando-o para o quartel] — e que, no decorrer dos dias, ao longo da linha de trem até São Petersburgo, foi aos poucos sendo substituída pela saudade —” poderia ser, de algum modo, “capaz de fazê-lo desejar que a mãe soubesse o que a vida se tornou, que vida é essa que ele leva agora” (CARVALHO, 2009, p.98). O motivo da missão é assim explicado:

O soldado na guarita sabe muito bem aonde é que ele vai (é possível que também tenha sido obrigado a passar pela mesma humilhação quando recruta) e não perde a oportunidade de fazer uma gracinha. Andrei finge que não ouve. Os rumores correm à boca miúda entre os soldados e os oficiais do regimento. A asneira foi ter retrucado, a sério, que era o único filho varão de sua mãe e, portanto, arrimo de família, quando o capitão, sem deixar transparecer o tom de zombaria, ameaçou mandá-lo para a guerra como punição por um descuido qualquer. O que no início pode não ter passado de provocação se transformou em represália. Desde então, nunca mais teve paz. Se tivesse ficado calado, e se resignado à bazófia do capitão, possivelmente não teria sido selecionado para uma missão como esta, forçado a arrecadar verbas para completar o salário dos superiores e sustentar o quartel falido (CARVALHO, 2009, p.98).

Assim, não lhe restava alternativa senão a de cumprir o que lhe foi ordenado. Por isso é que Andrei precisava manter a discrição nas ruas, enquanto se encaminhava para o encontro, já que qualquer tipo de atenção voltada para ele poderia comprometê-lo. Naquele momento, “Andrei sabe o que o espera. É a primeira vez, mas não é difícil imaginar. Procura não imaginar” (CARVALHO, 2009, p.99). O recruta já sabia que se encontraria com um homem mais velho, também do exército, para um “programa”: a prostituição em prol da salvação do quartel estava clara em sua mente. Contudo, o encontro deveria ser longe da instituição:

A exigência partiu do próprio cliente, um oficial da reserva que, para não ter de passar mais uma vez pelo constrangimento de explicar aos policiais durante a ronda noturna o que fazia com o carro parado, à noite, nas imediações do quartel — e, não os satisfazendo com a explicação, ser obrigado a suborná-los para não ser indiciado por atentado ao pudor, por corrupção de militares ou por outra delinquência qualquer —, estabeleceu regras mais seguras para si. É o recruta quem terá de arcar com o ônus de

chegar até o ponto de encontro e voltar para o quartel, com o dinheiro, durante o horário de funcionamento do transporte público (CARVALHO, 2009, p.99).

Enquanto percorre o caminho de ida ao indesejado encontro, na estação do metrô, pensando sobre como e quando a vida havia se tornado aquele misto de mediocridade, humilhação e violência, Andrei considera: “se existissem almas que pudessem abandonar os corpos em movimento, deixava a carcaça seguir só, inconsciente, e tomava o corpo de alguém na escada rolante ao lado, que sobe para a rua, assumindo uma nova vida, fora do quartel”. O recruta ainda pensa que poderia ter se negado a aceitar o programa, porque provavelmente aguentaria a surra que lhe dariam por conta de sua insubordinação. Entretanto, Andrei logo reconhece que “não há escolha no regimento. A única vantagem da surra seria perder a consciência, esse peso que vai se tornando insustentável — se não fosse preciso recobrá-la e voltar para o quartel, para novas surras e punições”. De fato, considerando o contexto opressor de guerra em que vivia, “a verdade é que Andrei pode apanhar até cair, mesmo depois de ser humilhado. Não adianta querer entender por que o simples fato de ser quem ele é, um mero recruta, o obriga a fazer o que não quer. É o seu lugar e a sua hora” (CARVALHO, 2009, p.100). Naquele momento, portanto, Andrei se resigna a aceitar o próprio destino.

Assim, aproxima-se do local combinado e percebe que alguns policiais transitam pela região. Apesar disso, não se preocupa em ser pego, pois, como é possível observar a seguir, “os policiais em volta da estação estão mais preocupados em extorquir turistas estrangeiros que chegam e partem nos trens para Moscou com supostas irregularidades nos vistos, e carteiras cheias de dólares” do que qualquer outra coisa, como, por exemplo, preocupar-se em “perder seu tempo com russos marginais que rondam a área à noite, sem dinheiro nos bolsos, à procura de uma oportunidade qualquer, mas o sargento o exortou a manter-se alerta assim mesmo. Na guerra, não se deve baixar a guarda, nunca” (CARVALHO, 2009, p.102). Contudo, estava tão absorto em seus pensamentos, enquanto caminhava rapidamente pelas ruas escuras, que é surpreendido por um choque e só então dá-se conta de que esbarrou em alguém. Assim, naturalmente “o baque desperta um ódio repentino, arranca-o do estado letárgico em que se meteu para poder cumprir a missão sem maiores conflitos de consciência. Faz dele um homem beligerante” que, naquele momento, conforme se observa na narrativa,

Pela primeira vez, levanta a cabeça e olha para trás, pronto para a batalha. O vulto, curiosamente, também para, se vira para trás e olha para ele. Por um instante, os dois se encaram. Andrei reconhece o próprio ódio e a revolta nos olhos escuros do rapaz moreno como ele. Mas também o medo e a impotência que o obrigam a estar ali contra a sua vontade, como na guerra, porque não pode estar em outro lugar, porque não pode sair do seu corpo e ser outra pessoa. Reconhece, como num espelho, a consciência dos animais encurralados diante do ataque, os olhos das presas na iminência do bote. Tudo dura apenas um segundo (CARVALHO, 2009, p. 102).

E, assim, Andrei segue seu caminho, encontra o oficial no lugar marcado, entra em seu carro e, duas horas depois, é deixado no mesmo ponto. Sai do carro ainda tentando contar o dinheiro que havia recebido, sente seu corpo desabar e “é nesse breve lapso, distraído nas cercanias da praça Vosstânia, negligenciando as instruções do sargento (...), que uma força saída do escuro, como uma rajada de vento, arranca as notas da sua mão”. Porém, acontece “tudo tão rápido que ele mal tem tempo de ver, entender ou refletir. Quando se dá conta, já está correndo atrás de um vulto” (CARVALHO, 2009, p.106). Persegue o ladrão pelas ruelas do centro da cidade até que policiais começam a segui-los também, mas os dois rapazes entram num beco e se escondem. Andrei “mal tem tempo de reagir. Está imobilizado pelo pescoço, e sufoca. A mão de alguém lhe cobre a boca. E uma voz colada ao seu ouvido lhe sussurra uma advertência ou conselho”, que foi dado “como se apenas o testemunho da descida do carro do oficial e a perseguição silenciosa tivessem permitido ao dono da voz compreender em poucos minutos que os dois têm mais em comum do que podiam imaginar” e, conseqüentemente, têm “muito a perder: a voz exorta o recruta a ficar quieto se não quiser ser preso também” (*idem*, p.107). O ladrão, como Andrei saberá depois, se chama Ruslan.

A partir de então, quando os policiais desistem de procurá-los, os dois saem do beco onde estavam escondidos e o ladrão recomeça sua corrida, tentando fugir do recruta. Entretanto, Andrei o persegue, correndo o mais rápido que pode, pois está decidido a reaver seu dinheiro, ganhado com muito sacrifício. Naquela noite, porém, Ruslan consegue despistá-lo. Andrei, por sua vez, desesperado por ter perdido o dinheiro do programa e não querendo voltar para o quartel sem ele, resolveu pedir ajuda às Mães dos Soldados e conseguiu um apartamento para se abrigar enquanto esperava a ajuda de Marina, coordenadora do comitê. Apesar disso, nas noites que se seguiram ao roubo, o recruta decidiu voltar ao local do crime para encontrar o ladrão e exigir que lhe devolvesse a quantia furtada. Na

quinta noite, para a alegria de Andrei, os dois se encontram. Há uma nova perseguição e a cena do beco se repete:

Não há lugar para nenhum diálogo. E, conforme também correm os minutos, a apreensão que o local incita, o risco da aparição da polícia e a ameaça de serem mandados de volta para onde não querem voltar põem os dois num estado de urgência que ao mesmo tempo lhes facilita a ação por um acordo tácito e instintivo. Andrei voltou, em princípio, para buscar o que deixou para trás. O ladrão entende e compraz com a vítima, depois de ter se irritado com a sua ousadia. Não há o que explicar. O que diriam um ao outro, nem que fosse para manter as aparências num primeiro momento, aqui não tem mais nenhuma função. A comunicação é paralela às palavras, está subentendida nos gestos (CARVALHO, 2009, p.124).

Assim, começa a surgir entre os dois uma ligação que não conseguem evitar. Os dois sentem que “há um reconhecimento, um lapso de desconfiança e hesitação”. Entretanto, “é só quando os dois rostos se afastam alguns centímetros, ainda sob o risco de uma reação intempestiva, que Andrei se dá conta de que são iguais” e, cabe ressaltar, não apenas “os olhos escuros, mas é toda a fisionomia do ladrão que reproduz a sua própria imagem, dependendo do ângulo e da incidência da luz” (CARVALHO, 2009, p.125). Contudo, São Petersburgo, não lhes permite que fiquem muito tempo sem agir e, por isso, Ruslan toma a iniciativa para tirá-los dali, apontando o perigo de se transitar pelas largas avenidas da cidade à noite:

Ele usa um vocabulário de guerra. Para eles, a esta hora, todo o centro da cidade é território inimigo. Nada mais fácil do que avistar à distância duas figuras solitárias, nas margens do Nievá, do Fontanka ou do Móika, nas avenidas e esplanadas do centro de Petersburgo. A cidade foi construída segundo a lógica da visibilidade total. Onde estão, diferentemente do que ocorre nos becos ao longo da linha do trem, e nos prédios com seus labirintos internos perto da praça Vosstânia, só há palácios com fachadas intransponíveis e salões dourados, a maioria decrépita, onde no passado nobres e ricos se protegiam da visibilidade das ruas atrás de paredes de espelhos. As avenidas são chamadas de perspectivas. Foram abertas para dar vazão aos desfiles militares e às demonstrações de poder. Não importa se é o czar, o Estado soviético ou a polícia russa quem comanda a marcha. Não há onde se esconder nem para onde fugir. A cidade foi construída para ninguém escapar (CARVALHO, 2009, p.132).

Além disso, pelo adiantado da hora, Ruslan e Andrei encontram todas as pontes da cidade já levantadas, de modo que precisam buscar um esconderijo diferente para passar a noite. Ruslan lembra de um lugar que pode ajudá-los e segue por ruas alternativas, conduzindo-os cautelosamente. Entretanto, no meio do caminho avistam um carro de polícia e, uma vez mais, Ruslan age rapidamente com o intuito de salvá-los, envolvendo Andrei num abraço e colocando-o contra a parede, porque “ninguém vai pensar que um casal se beijando na noite de Petersburgo é

formado por um recruta desertor e um batedor de carteiras”. Isto se deve ao fato de que, “nesta cidade, onde os recém-casados vêm posar para os fotógrafos em cima das pontes, os dois só podem existir no limite da inverossimilhança” (CARVALHO, 2009, p.133). Naquele momento, portanto, os dois percebem que podem se beneficiar da companhia um do outro, visto que “juntos, eles podem parecer tudo, menos eles mesmos. E, por uma estranha razão que ambos vão comprovar na prática, a companhia afasta contratempos” e, acrescentando-se, “desde que começaram a caminhar juntos pelas ruas do centro, é como se estivessem blindados, numa dimensão paralela” (CARVALHO, 2009, p.133-134). Seguem, então, para o esconderijo numa ilha inabitada no centro da cidade. Ruslan conhece muito bem o lugar e o apresenta a Andrei. Por um instante, ambos percebem um desejo recíproco no ar. Observe-se o trecho:

É possível que, para o batedor de carteiras, tudo seja inconsciente, quando vê o recruta de olhos fechados e, como ele, também imagina e deseja. É possível que não se dê conta de que terminou por associar o sexo às ruínas e ao risco, à força de tê-lo descoberto em meio a uma guerra, e de buscá-las, as ruínas, sempre que encontra alguém, por ter sido obrigado a reconhecer nelas o cenário reconfortante do lar onde já não há possibilidade de conforto. Quando não há mais nada, há ainda o sexo e a guerra. O sexo e a guerra são o que todo homem tem em comum, rico ou pobre, educado ou não. O sexo e a guerra não se adquirem (CARVALHO, 2009, p. 139).

Nesse sentido, as trajetórias de Ruslan e Andrei se aproximam, pois são atravessadas pela mesma guerra, que deixou neles feridas similares: “a guerra os assombra. Como recordação para o ladrão, que precisa fugir do passado, e como ameaça para o recruta, que tenta evitar o futuro. Por um instante, estão juntos no presente” (CARVALHO, 2009, p.139). Assim, no presente daquele esconderijo, têm sua primeira noite de amor. Entretanto, ao amanhecer Ruslan já havia partido e, nos dias seguintes, Andrei torna a procurá-lo. Quando o encontra, percebendo o perigo que corria como batedor de carteiras, disputando território com outros homens que o ameaçavam de morte e o exploravam, oferece ajuda: diz a Ruslan que ele também pode ficar no apartamento em que se abriga, enquanto Marina tenta resolver a situação do seu passaporte. Deste modo, por alguns dias Ruslan e Andrei moram juntos. Naquele apartamento emprestado, “o silêncio entre os dois, separados apenas por uma parede de estuque, é a forma que encontraram para dizer um monte de coisas que estão implícitas há dias, desde que se encontraram pela primeira vez, e que não podem ser ditas” (CARVALHO, 2009, p.158). Porém, Marina

é eficiente em seu trabalho e, pouco tempo depois, retorna ao apartamento para dar notícias a Andrei e entregar seu passaporte, recuperado com a ajuda da mãe, Olga, avisando-o de que só precisava esperar o dinheiro que seu pai mandaria do Brasil para comprar sua passagem — o sonho de deixar a Rússia para trás e morar no país pacífico de seu pai estava perto de se concretizar. Contudo, é Ruslan quem primeiro encontra na mesa do apartamento o passaporte e outros documentos pessoais de Andrei e, a partir disso, decide ir embora, deixando-o livre para seguir seu destino. Além disso, ele também tinha sua vida e, naquela noite mesmo, iria encontrar sua mãe: havia recebido um bilhete dela, que combinava horário e local para uma conversa. Andrei desconfia do encontro, mas Ruslan argumenta:

Quando eu a procurei, não queria me ver. Agora, quer falar comigo. Mandou o filho caçula até a obra, ontem à tarde. Marcou para hoje à noite, em Apráksin Dvor (...) Existem mães e mães. Parece que essa é a minha. Não quer que a vejam. No fundo você tem razão. Nenhuma mãe marca um encontro com o filho, à noite, no bazar, quando as lojas estão fechadas. É por isso, provavelmente, que ela marcou lá (CARVALHO, 2009, p.160).

O que Ruslan não sabia é que estava caindo numa armadilha de seu meio-irmão, Maksim. Este não se conformara ao saber de um possível relacionamento entre a mãe e um tchetcheno, caucasiano, e por essa razão é que pediu a ajuda de seu irmão caçula, Roman, para resolver a situação — e porque apenas precisaria entregar um bilhete a Ruslan, aceitou a tarefa de bom grado. Assim, o encontro de Ruslan à noite seria, de fato, com Maksim. No trecho a seguir, percebe-se que a argumentação de Maksim para convencer Roman é baseada em preconceito: “é uma pouca-vergonha. O homem podia ser filho dela. Afinal, você quer um irmãozinho bunda-preta? Porque é isso que vai acabar acontecendo se a mãe continuar a se encontrar com esse operário do Cáucaso. É isso que você quer?” e acrescenta, como que justificando sua atitude: “mais cedo ou mais tarde, é o que vai acontecer. Reproduzir faz parte da natureza humana, tanto quanto a guerra. Reproduzir e matar” (CARVALHO, 2009, p.156). Nesse sentido, Maksim explicita a linha de raciocínio que segue e assim justifica suas ações.

Ruslan, antes de deixar o apartamento e a companhia de Andrei, abraça-o e deixa-lhe uma carta de despedida, que só é lida por ele depois da partida do tchetcheno. Nesta carta é possível perceber porque o relacionamento deles não pode durar: ao explicar o que a figura da quimera representa para as pessoas que

vivem na montanha do Cáucaso, de certa forma, Ruslan explica também a impossibilidade da relação entre os dois. Acompanhe-se o trecho:

Quando eu era pequeno, viajando pelas montanhas com o meu pai, para conhecer a terra dos seus antepassados, passamos por uma casa onde havia nascido um animal que era dois sem ser nenhum. Uma égua dera à luz um potro no qual estavam misturados dois embriões. A isso chamam quimera, como depois eu ia aprender na faculdade. Era um animal estranho, que parecia um potro, mas era outra coisa, dois fundidos num só, indistintos. Não conseguia ficar em pé. As quimeras são raras e os pastores nas montanhas as veem como portadoras de mau agouro, porque põem a reprodução num impasse, fazem da reprodução uma monstruosidade. Por isso, quando esses animais não morrem ao nascer, os próprios camponeses se encarregam de lhes dar um fim. Nas montanhas, todo homem tem um kunak, um amigo estrangeiro que o salvará da morte e que ele também tem a obrigação de salvar. Nenhum homem será completo enquanto não encontrar o seu kunak. Só então poderá seguir o próprio caminho em paz, sabendo que existe no mundo alguém, como ele, com quem ele pode contar na vida e na morte. As quimeras morrem para que sobreviva o pacto dos que não podem contar nem com Deus nem com os anjos (CARVALHO, 2009, p.160-161).

Para piorar o destino de Ruslan, só depois de ter marcado o encontro é que Maksim descobre que o jovem tchetcheno, em vez de amante da sua mãe era, na verdade, seu irmão: “Maksim perde o chão. A frase o desmonta. Leu a carta várias vezes na última semana, mas o ódio não permitiu que a entendesse. Leu tudo ao contrário. Aquela era uma revelação que não podia passar por sua cabeça, uma realidade que ele não podia compreender” e que, por conseguinte, “faria tudo para extirpar. E talvez por isso não a tenha enxergado. Um irmão do Cáucaso é pior do que morrer, do que nascer cego ou preto” (CARVALHO, 2009, p.174). Ora, a xenofobia, o racismo e o preconceito são evidentes no pensamento de Maksim e, como se sabe, eles podem servir de gatilho para a violência. A partir disso, o rapaz combina por e-mail com seus parceiros do grupo de *skinheads* o ataque a Ruslan. Entretanto, Dmítri, que estava vigiando os passos do filho, descobre seu plano e decide segui-lo naquela noite. Quando chega no local marcado, observa de longe o comportamento de Maksim e “por antecedência, Dmítri sente vergonha da covardia do filho — e da sua própria. Da sua cumplicidade sonsa (...). Maksim tira um maço de notas do bolso e os paga”. Contudo, é importante ressaltar que este “é o dinheiro que rouba há meses da mãe — e que Dmítri vem repondo nas últimas semanas, para que ela não perceba”. Assim, “Dmítri observa o filho que criou. É um rapaz magro e translúcido, fraco, que se prepara para cometer um crime (...) Olha em torno, demonstrando uma fragilidade que faz o pai sentir ao mesmo tempo culpa e

vergonha” (*idem*, p.176). Quando Ruslan chega ao local e percebe a armadilha em que caiu, irrita-se e tenta agredir Maksim, porém, este chama os cinco amigos que aguardavam a hora de agir. Formam um círculo deixando Ruslan e Maksim no centro e mostram que estão munidos com barras de ferro, prontos para atacar. Ruslan percebe que não terá saída quando Maksim fala:

— O tom agora vai ser outro. Você vai pagar pela presunção e pela burrice. Como é que pôde pensar que ela viria a um lugar destes pra te encontrar a esta hora? Você acha que ela é o quê? Acha que ela é como as mulheres da sua terra? Você acha que minha mãe é puta? Você ofendeu a minha mãe e vai pagar por isso. Vai ter que pagar. Como é que foi passar pela sua cabecinha de merda que ela pudesse amar um porco como você? Você não se enxerga, seu bunda-preta filho-da-puta? Que é que você está fazendo na Rússia? Aqui não é o seu lugar —. Conforme fala, Maksim se afasta de Ruslan, sai do cerco formado pelos companheiros. Quando passa por um dos rapazes armados, faz um sinal com a cabeça. Os cinco se aproximam de Ruslan. Com os braços sobre a cabeça, ele se protege como pode dos golpes que lhe desferem, enquanto gritam injúrias em nome da pureza do sangue e da pátria. Cai de joelhos já no quinto golpe, segurando o braço deformado pela pancada. Sua queda é acompanhada de um uivo, e os cinco avançam com mais ímpeto, sem medo. As barras de ferro o atingem na cabeça e nas costas. Um filete de sangue escorre pelo ouvido enquanto o corpo desaba no chão (CARVALHO, 2009, p.177)

Ora, é necessário destacar que Dmítri observa de longe e friamente aquele ataque comandado pelo filho sem se manifestar, sem tomar qualquer atitude que, enquanto policial, lhe caberia tomar. Nesse sentido, Dmítri parece estar de acordo com as “injúrias em nome da pureza do sangue e dá pátria” que os cinco rapazes despejam sobre Ruslan, o tchetcheno que de forma alguma poderia ser aceito naquele lugar: ele não pertencia à Rússia e, portanto, pelo raciocínio representado por Maksim, nada mais natural que ele pagasse com a própria vida pelo erro cometido — o erro de ter vivido por algum tempo no país. Dmítri, por não interferir nos planos do filho, se posiciona claramente ao lado dele: quando percebe que Ruslan está morto e vê que alguém ao redor grita pedindo socorro, fazendo os agressores fugirem, resgata Maksim de seu estado de choque e leva-o para casa. O assunto nunca mais é retomado na família. A única mudança é o fato de que Dmítri sugere uma viagem para Anna e Maksim: decide que é melhor eles passarem um tempo em Nova York, na casa de parentes, até que as coisas voltem ao normal em São Petersburgo, onde permaneceria com o filho caçula, Roman.

A caminho do aeroporto, com a família completa no carro dirigido por Dmítri, apenas este e Roman conversam — Anna está absorta em seus pensamentos, provavelmente adivinhando o crime cometido pelo filho com a cumplicidade do pai, e

Maksim também prefere não falar. No trajeto, “passam por uma sucessão de quarteirões stalinistas, edifícios que se repetem, todos iguais, sólidos como fortes de pedra cinza (...) Foram construídos depois do cerco da cidade, foram feitos pensando na possibilidade de uma nova guerra”, pois, como explica Dmítri a Roman, “com arcos desse tamanho, eles podiam instalar os lança-mísseis nos pátios internos, entre os prédios, protegidos pelos edifícios” (CARVALHO, 2009, p.181). Apesar de toda a conversa em que se esforça para quebrar a tensão existente na família naquele momento — em que apresenta, do mesmo modo, detalhes sobre a história da cidade —, Dmítri “sente-se mais próximo de Maksim agora que guardam o mesmo segredo. Agiram para salvar a família. E essa cumplicidade garante seu silêncio e aplaca a culpa de ter usado o filho. Se depender deles dois, Anna nunca saberá de nada”. Isto se justifica pelo fato de que “são capazes de qualquer coisa no mundo para poupá-la da pena. É isso o amor. Mas, no fundo, não é possível afirmar com certeza que ela não saiba. E o silêncio dela não deixa de ser uma forma de reconhecimento” (CARVALHO, 2009, p.183).

Quase ao final da narrativa, o destino de Andrei começa a ser apresentado. Na noite em que Ruslan foi morto, desconfiado pelo endereço em que ele supostamente encontraria a mãe, Andrei vai até o local no horário marcado na tentativa de ajudá-lo. Porém, chega tarde demais: é ele quem Dmítri vê de longe, porque vem correndo e pedindo socorro enquanto aos prantos se aproxima da vítima estirada no chão. Andrei estava com seu passaporte no bolso e, numa atitude desesperada para salvar a vida de Ruslan, entrega-o aos policiais que atenderam ao chamado, dizendo que ele pertence a Ruslan e que a polícia tinha de ajudá-lo a sair dali. Naturalmente, os policiais perguntam o que Andrei é da vítima e o que ele faz no local. Daí em diante, o recruta não consegue mais responder às perguntas e, posteriormente, é levado de volta para o quartel. Sua vida, portanto, volta ao caos de antes, à guerra: de nada adiantara os serviços prestados por Marina no Comitê das Mães dos Soldados para retirá-lo do país.

Seis meses depois, Andrei estava em serviço na missão de um oficial do exército que, devido a uma armadilha nas montanhas em que não conseguira salvar a vida do seu coronel e de outros soldados, decide vingar a morte dos companheiros. Arkádi Ivánovitch Iakovenko, ferido e ofendido pelas últimas perdas, e munido de armas e jovens militares, tinha sua fama: “os soldados já sabiam que,

quando o tenente-coronel Iakovenko subia as montanhas em território inimigo, guiava-se pelo que chamava de 'sede de justiça', na qual, porém, nem o ponto de vista russo era capaz de dissimular o anúncio da carnificina iminente". Do mesmo modo, sabia-se que "era impiedoso nas zatchitski que comandava pessoalmente nos vilarejos e nas casas de camponeses (...) Apesar do seu lema, não se importava de cometer injustiças, nem de matar inocentes durante as buscas por terroristas que matavam russos" (CARVALHO 2009, p.194). É na terceira missão de Iakovenko que Andrei é escalado, quando quatro jipes saem de Grózni pela manhã em direção ao sul das montanhas. Numa das viaturas, além dele estão outros dois soldados inexperientes: "foram escolhidos a dedo e não podem estar mais assustados. A missão será sua escola. Iakovenko gosta de se cercar de gente assim para, no caso de a situação fugir ao controle, poder justificar o massacre" (CARVALHO, 2009, p.194). O plano do tenente-coronel demonstrava, além de uma sede por sangue, sua vontade de dar lições morais nos camponeses da região, tchetchenos que considerava inferiores. Observe-se:

O tenente-coronel quer isolar um vilarejo remoto, onde suspeita que tenham se refugiado alguns boieviki, cortando-lhes o único acesso a suprimentos. Vai explodir a ponte sobre a garganta que separa o vilarejo da estrada vicinal. Os milicianos podem continuar usando seus próprios caminhos pelas montanhas, mas não haverá mais como fazer chegar víveres e cargas maiores aos camponeses que os acolheram. Iakovenko quer dar uma lição aos camponeses. Vão pagar pela cumplicidade com o terrorismo. Além do resultado imediato, a bomba terá um efeito psicológico retardado. O tenente-coronel quer mostrar quem manda na região. Vai humilhar as milícias aos olhos dos camponeses que lhes deram cobertura e que, mais cedo ou mais tarde, serão abandonadas por elas à própria morte, inocentes (CARVALHO, 2009, p.195).

Assim, dão início à tarefa logo no primeiro casebre que encontram. Iakovenko manda seus soldados cercarem o lugar e, assim que começam a atirar, sai da casa um homem com uma arma na mão, que automaticamente é morto por um dos soldados. Em seguida, sai outro homem abanando uma camisa branca em sinal de paz. Apenas quando se aproximam da casa é que percebem que o morto era, na verdade, um menino, assim como o outro que estava ali. Este falava em russo com Andrei, explicando que os dois eram irmãos, ele o mais velho, e que estavam caçando no local. Os soldados vasculham a casa e confirmam: "é só um posto de caça, diz um deles. Não há nada lá dentro. Os soldados lutam em silêncio contra a realidade que insiste em contradizer o que foram fazer ali sob as ordens do tenente-coronel". Em seguida, tratam de levar o menino sobrevivente como prisioneiro ao

comandante para que ele o interrogue: “têm pressa. Precisam chegar rápido ao tenente-coronel, antes que a realidade os desarme e eles passem a acreditar que o homem que estão levando na ponta do fuzil não é nenhum miliciano nem representa nenhuma ameaça para os interesses russos na região” e, é claro, precisam chegar rápido, “antes de terem de lidar com a culpa de ter matado um menino que caçava nas montanhas com o irmão mais velho”. Quando recebe o jovem em sua frente, “o comandante exige que ele entregue seus companheiros de luta, quer saber onde fica o arsenal da guerrilha, quais são os próximos planos, e, a cada pergunta não respondida, um dos cabos esmurra o rapaz, que desaba, cuspidando sangue” (CARVALHO, 2009, p.196). Sem obter os resultados que queria, lakovenko exige que o garoto os conduza até a casa da família. Assim que o comboio chega no local, a mãe dos meninos, que já estava do lado de fora por ter ouvido o barulho dos jipes, nota que há apenas um dos seus filhos com os soldados e logo se desespera. Tenta se jogar contra a janela da viatura em que ele está mas o marido a segura. A mulher diz coisas incompreensíveis o tempo todo, tremendo, antes mesmo do filho descer e gritar-lhe alguma coisa, quando ela finalmente cai no chão, aos prantos. A partir de então a tensão se transforma em caos e todos perdem o controle. A mãe sai correndo em direção aos fundos da casa e o filho, conseguindo se desvencilhar do soldado, a segue. Entretanto, um dos soldados mira nele e acerta-lhe uma perna. A mãe volta com uma espingarda e, daí em diante, tudo acontece muito rapidamente, como é possível observar no trecho que encerra a narrativa:

É estranho. É como se falasse russo. Andrei entende cada palavra do que ela diz, como se aquela fosse a sua língua materna. Entende por que ela foi buscar a espingarda e para onde está indo com a espingarda em punho. Vê lakovenko levantar o revólver e apontar para a mulher e, antes de o tenente-coronel poder disparar, Andrei o mata com um tiro na cabeça. Por um instante, com o comandante caído na grama rala, ninguém se mexe. Não sabem que atitude tomar. Ainda sem entender que foi salva pelo recruta, a mulher para, em silêncio, a meio caminho entre o casebre e o curral, onde pretendia dar um fim à criatura nascida naquela madrugada e que, segundo ela, é a causa de tudo, portadora de mau agouro. Assim que vira o bezerro recém-nascido, alertara o marido, que não lhe deu ouvidos. É isso que ela grita sem parar e que Andrei entende como se fosse a sua própria língua: apenas matando aquela monstruosidade que só não causa horror à vaca que a deu à luz conseguirão reverter o pesadelo em que estão enredados (CARVALHO, 2009, p.198).

Contudo, a paralisia que tomou conta dos soldados dura pouco tempo: os gritos continuam e ganham mais intensidade, alguns se direcionam ao corpo do tenente-coronel caído na grama, e outros pensam o que fazer com o Andrei que,

afinal, eram quem o havia matado, desrespeitando totalmente a hierarquia militar. Quando a mãe volta até o curral, pai e filho tentam impedi-la, mas nada interfere em sua decisão. Assim, Andrei, sem saber o que fazer, trêmulo, deixa cair seu fuzil no chão e, como que por instinto, resolve seguir a mulher até o curral para ver a monstruosidade sobre a qual falava. Entretanto, um outro recruta, agindo segundo sua inexperiência, acerta-o e Andrei desaba, imediatamente sem vida. Finalmente, quando os demais sobreviventes da cena chegam até o curral para ver o que acontecia, percebem que “a mulher está parada, segurando a espingarda, diante de um animal disforme e morto, um bezerro recém-nascido, ao mesmo tempo peludo e pelado, com diferentes padrões e cores de pelo espalhados pelo corpo, como uma colcha de retalhos”. Os soldados compreendem, afinal, que aquilo que viam pela primeira vez era a figura de “uma quimera, mistura de dois embriões, portadora de mau-agouro. — O filho-da-mãe — ela diz, desvairada, enquanto a vaca lambe, bovina, a cria morta” (CARVALHO, 2009, p.199).

Deste modo, Bernardo Carvalho encerra a narrativa deixando claro o ponto de vista que do início ao fim teve a intenção de destacar, qual seja: o de que aquilo que é diferente, numa sociedade conforme a que está representada no texto ficcional, aquilo que apresenta padrões fora do se convencionado como comum, aquilo que não se encaixa no tradicional, dificilmente é aceito pelo seu entorno social. O autor utiliza-se de parte da história do país em que a narrativa está inserida para contextualizar e explicar as características das diversas personagens que compõem a trama. Nesse sentido, por meio de figuras como Maksim e Dmítri, por exemplo, o autor representa a violência que é gerada pelo contexto opressor da guerra e faz com que as pessoas se utilizem dela para atingir seus objetivos pessoais (a saber: o de Maksim, que não admite a existência de um irmão tchetcheno em sua vida e, portanto, planeja e executa seu assassinato brutal; o de Dmítri, que descobre os planos do filho mas lhe dá apoio com o suposto intuito de salvar a integridade da família), conforme o que é descrito naquele espaço diegético. Do mesmo modo, a violência é representada, física e simbolicamente, pelas figuras dos oficiais do exército russo (desde os que fazem com que a prostituição dos recrutas aconteça até mesmo aqueles que vão para o campo de batalha com sede de sangue e o intuito de dar lições de moral em populações de outras etnias por considerarem-nas inferiores, como é o caso do tenente-coronel Iakovenko) que, com seu autoritarismo,

eliminam as possibilidades das personagens viverem de acordo com sua vontade. Há uma impossibilidade de ser outra pessoa e desempenhar outro papel e, justamente por não poder ser o que gostariam, Ruslan e Andrei remetem à figura mítica da quimera. Por sua vez, a presença das mães dos soldados na narrativa, por meio do que compartilham sobre as experiências de seus filhos na guerra, corroboram a compreensão do que era a vida daqueles jovens, desde os de São Petersburgo até os de Grózní, assim como a presença das figuras de Zainap e Anna, avó e mãe de Ruslan, respectivamente, ajudam a contextualizar a vida problemática do rapaz, desde sua primeira rejeição ainda bebê até a última, já adulto.

Em *O filho da mãe* a representação é construída a partir de um lugar ideológico que demonstra uma preocupação para com grupos que correspondem a minorias, principalmente no que diz respeito a diferenças étnicas e à homossexualidade. Ruslan é morto pelo irmão de sangue, que não o tolera por ele ter nascido no Cáucaso e ser um tchetcheno, encarado naturalmente como um inimigo em potencial, e inferior numa espécie de hierarquia étnica, por assim dizer. Andrei é morto em sua primeira missão no exército, entretanto, simbolicamente, ele vai morrendo aos poucos, desde que é mandado para o exército e obrigado a viver uma vida que jamais desejou. Contudo, vale dizer, ainda que ambos houvessem resistido ao ambiente hostil da guerra entre os dois países, poderiam ter um destino trágico mais tarde apenas pelo fato de serem homossexuais. Conforme o que é representado na narrativa, uma orientação sexual não tradicional não é aceita pela população. Nesse sentido, as diferentes (des)venturas de Ruslan e Andrei representam essa impossibilidade de sobreviver à Rússia. Cabe reiterar que a escolha de trazer este tema à tona não é algo feito aleatoriamente: pelo contrário, faz parte da intenção de convidar o leitor a se colocar em outro lugar, no lugar do(s) outro(s) e assim proporcionar uma perspectiva nova sobre coisas que ele já conhece. Se alguma cena do texto, devido à abordagem emotiva ou violenta que apresenta, tem a capacidade de comover alguém, provocando qualquer diferença em sua percepção de mundo, a narrativa cumpriu seu dever.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se verificar de que forma se dá a relação entre literatura e história na obra de Bernardo Carvalho, especificamente em seus textos literários *Mongólia* (2003) e *O filho da mãe* (2009), bem como os problemas de representação acarretados por esta relação. A fundamentação teórica teve por base textos de ambas as áreas, com o intuito de diferenciá-las e, ao mesmo tempo, observar quando acontecem entrecruzamentos entre as duas. Estas obras literárias foram escolhidas para análise devido a suas temáticas, que falam sobre realidades factuais distantes da que se conhece no Brasil e proporcionam ao leitor o contato com culturas e geografias diferentes das suas. Para que este estudo pudesse proporcionar tanto o viés literário quanto o historiográfico, visto que o discurso ficcional está impregnado de história, antes de examinar cada obra literária foi apresentada uma breve contextualização histórica a respeito do país que aparece como pano de fundo das narrativas — Mongólia, no primeiro caso, e Rússia, no segundo. Naturalmente, o viés historiográfico ajudou a compreender melhor as características que constituem tanto as personagens dos textos literários quanto o espaço diegético que as envolve na trama.

Durante a análise de *Mongólia*, foi possível observar que o protagonista demonstra uma visão ocidental repleta de estereótipos e preconceitos a respeito dos orientais, representados na narrativa por mongóis, em primeiro plano, bem como por chineses e outras etnias que habitam parte da Mongólia, em segundo plano. Ao longo de sua viagem pelo país em busca do fotógrafo brasileiro desaparecido, o Ocidental observa e analisa a tudo o que encontra fazendo posteriormente suas reflexões em um diário, e é através dele que se tem acesso ao orientalismo referido anteriormente, isto é, ao aparato feito de sonhos, imagens e vocabulários utilizado para se falar, de um modo geral, sobre o que existe a leste da linha divisória (SAID, 2015). Notou-se que, apesar de o Ocidental sempre tentar justificar a situação atual do país trazendo à tona fatos históricos relevantes de sua formação, as considerações feitas pelo protagonista acabam frequentemente avaliando o comportamento dos mongóis com base nos parâmetros ocidentais de comportamento social, de hábitos e costumes, de arte e cultura, de saúde e higiene, etc., de modo que as características orientais expressadas por sua maneira de ver e

de se portar no mundo, ao mesmo tempo em que podem ser admiradas, podem também ser menosprezadas. Isto faz lembrar o que esclarece Said (2015) sobre as características do orientalismo, quando pontua que o Oriente “oscila em geral entre o desprezo ocidental pelo que é familiar e seus estremecimentos de prazer — ou de medo — diante da novidade” (SAID, 2015, p.97). Deparar-se diariamente com o mundo ocidental, nas mais variadas formas pelas quais ele se expressa, faz com que se tenha uma sensação de familiaridade e, conseqüentemente, os ocidentais se pareçam bastante uns com os outros pois, de um modo geral, compartilham linguagens, modos de vestir, gastronomia, música, etc. Contudo, cabe considerar o que aponta Kathryn Woodward (2005) ao explicar que a identidade é relacional e que “depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista (...) A identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2005, p. 9). Daí a necessidade da busca pelo diferente, isto é, da busca por algo novo para compreender e, ao mesmo tempo, que ajude a compreender a si mesmo — enquanto ocidental, por exemplo.

Já na análise de *O filho da mãe*, observou-se a impossibilidade de os protagonistas da narrativa resistirem à hostilidade do ambiente em que vivem, tanto pela violência que tomou conta da Rússia desde que a guerra contra a Tchetchênia recomeçou, segundo o que está representado no texto, quanto pela intolerância à homossexualidade das personagens. Efetivamente, Ruslan e Andrei morrem em situações diferentes: no primeiro caso, um tchetcheno é assassinado pelo irmão russo apenas por haver entre eles diferenças étnicas (vale reiterar que a guerra da Tchetchênia teve início na década de 1990 quando, com o fim da União Soviética, os tchetchenos decidiram lutar pela sua independência, visto que se consideravam cultural e religiosamente distintos dos russos. Os grupos separatistas da Tchetchênia lutavam para preservar sua etnia, dominada durante muito tempo pelos russos, já que é uma das repúblicas que fazem parte da Federação Russa. Esta, por sua vez, lutava para não perder mais um território e para preservar sua economia. Entretanto, ambos os lados utilizavam-se de uma violência espetacular que também atingia gratuitamente civis, incluindo mulheres, crianças e idosos, criando uma atmosfera de constante tensão para os dois); no segundo caso, um soldado do exército morre por demonstrar insubordinação durante sua primeira missão no quartel, quando, em

defesa de uma pessoa inocente, atira em seu próprio comandante e logo em seguida é baleado por outro soldado da tropa. Nesse sentido, a representação da violência aqui é intencional, pois, como bem questiona Dalcastagnè (2005), “o que seria da narrativa, qualquer narrativa, senão uma tentativa de resgatar a coerência do mundo, ainda que expressando-o por meio do caos?” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 126). Contudo, conforme ressaltado anteriormente, se acaso as personagens Ruslan e Andrei sobrevivessem à violência gerada e mantida pelo ambiente de guerra que assolava o país, não conseguiriam sobreviver à intolerância direcionada à sexualidade dos dois: por serem homossexuais, desde cedo os rapazes aprenderam que precisariam esconder o que sentiam se quisessem preservar suas vidas, de modo que, já adultos, se mantivessem o relacionamento que começaram nas ruas de São Petersburgo, muito provavelmente seu desfecho também seria trágico. Nesse sentido, de acordo com o que observa Paulo Oliveira (2011) sobre *O filho da mãe*, a narrativa “deixa de ser apenas uma aventura de guerra para ser uma composição humana”, em que “a barbárie representada pela guerra é, alegórica ou metaforicamente, estendida à própria condição de exercício de subjetividade” (OLIVEIRA, 2011, p.110).

Em ambas as narrativas, portanto, notou-se que a diferença é algo relevante, pois, seja com a personagem Ocidental, de *Mongólia*, que faz julgamentos e não consegue compreender totalmente os orientais que conhece em sua viagem, seja com Maksim, de *O filho da mãe*, que não suporta a ideia de ter um irmão provindo do Cáucaso, cujo sangue é tchetcheno, a inacessibilidade ao outro, isto é, a incapacidade de absorver o fato de que todos os indivíduos são natural e biologicamente diferentes e de que isto não constitui (ou pelo menos não deveria constituir) um problema é uma das preocupações de Bernardo Carvalho e, conseqüentemente, está representada em sua obra. De acordo com o que esclarece Rita Godet (2007) sobre o tema, “o ponto cego da diferença” ou, dito de outro modo, “os elementos da cultura do Outro que nos escapam porque não estamos preparados para vê-los, pode levar a produções de imagens etnocêntricas, reduzindo o Outro ao mesmo no afã de traduzi-lo” (GODET, 2007, p.256). Nesse sentido, nos dois textos analisados nesta pesquisa, o que de fato está sendo questionado pelo autor é “o olhar etnocêntrico a partir da relação do homem ocidental com culturas distantes da sua”. Porém, como era de se esperar, “no

cruzamento de olhares entre Ocidente e Oriente, o sujeito ocidental é também objeto do olhar do Outro” (GODET, 2007, p.242).

Deste modo, ao longo do presente estudo notou-se uma forte intencionalidade do autor em explorar as verdades do caos que é o mundo, representando em suas narrativas personagens que sofrem as consequências da história de seus países. Por um lado, apresenta em seu texto um país que se atém a um remoto passado glorioso de grandes conquistas territoriais lideradas pelo ícone popular Gêngis Khan, mas que somente há pouco tempo conseguiu tornar-se independente e começar a caminhar com as próprias pernas em termos político-econômicos. Por outro lado, apresenta um país cuja história repleta de príncipes e czares de sucesso corrobora a visão imperialista e autoritária que se tem dele até hoje, considerando-se, também, que teve participação ativa na história contemporânea, desde a Primeira Guerra Mundial, passando pela Revolução de 1917, desempenhando um papel crucial na Segunda Guerra Mundial até se tornar a grandiosa União Soviética. Inevitavelmente, cabe reiterar, todas as transformações pelas quais tanto a Mongólia quanto a Rússia passaram ao longo dos séculos acabaram determinando o modo de vida dos seus povos, e isto fica bastante claro ao observar as características de diversas personagens nos dois textos literários analisados, a saber: no caso de *Mongólia*, o Ocidental acaba conhecendo guias turísticos que, enquanto tentam lhe relatar um pouco sobre a cultura do país à medida que refazem o percurso do desaparecido, apresentam-lhe várias figuras que constituem aquele espaço diegético, tais como um caçador que treina e trabalha com águias o ano inteiro, um cantor famoso especialista no canto difônico, famílias de nômades que ocupam boa parte do país e recebem calorosamente os turistas, cazaques que estão há décadas instalados em terras mongóis, entre outras; no caso de *O filho da mãe*, o narrador vai entrelaçando o destino de diversas personagens, que falam de lugares e tempos distintos, utilizando-se da guerra enquanto fio condutor da trama, e assim apresenta ao leitor uma mãe de soldado russo que perdeu seu filho para a guerra, um jovem que faz o possível para não ter de servir ao exército russo, uma avó que não mede esforços para manter o neto a salvo, um tenente-coronel russo que abusa do poder para humilhar tchetchenos que considera inferiores ao povo russo, entre outras figuras.

Nesse sentido, é importante considerar que, devido às circunstâncias expostas até aqui, as personagens da obra de Bernardo Carvalho representam um mundo violento e caótico tal como ele parece ser no mundo real. Tanto os protagonistas (o Ocidental, em *Mongólia*, Ruslan e Andrei, em *O filho da mãe*) quanto as demais personagens do texto não podem ser encaradas de uma forma superficial: elas são complexas e provocam ambiguidade na medida em que tanto representam um Outro, diferente e distante do que se conhece aqui, quanto fazem com que se compreenda ou repense a si mesmo enquanto ocidental, neste caso, especificamente, enquanto não-mongol e não-russo. Trata-se de personagens que comovem e envolvem o leitor por demonstrarem sua humanidade através das perdas que sofrem e das dores subsequentes. As emoções transmitidas no discurso por estas figuras não são lineares, mas, pelo contrário, oscilam frequentemente, ora gerando uma simpatia genuína, ora causando extremo desconforto na leitura. E parece natural que seja assim, sobretudo se se considerar que não pode haver linearidade em quem é atravessado pelo desejo, como o é o ser humano.

Assim, fazendo parte da literatura brasileira contemporânea, Bernardo Carvalho parece cumprir bem seu papel de escritor atento ao papel da literatura, ainda que não se acredite em algum papel desempenhado por ela. Sobretudo porque, de acordo com o que aponta Karl Schollhamer (2011), o contemporâneo não é aquele que apenas se identifica com seu tempo, mas o que consegue captá-lo. Nesse sentido, a literatura contemporânea não é “necessariamente aquela que representa a atualidade, a não ser por uma inadequação, uma estranheza histórica que a faz perceber as zonas marginais e obscuras do presente, que se afastam de sua lógica” (SCHOLLHAMER, 2011, p.9-10). Além disso, cabe salientar que

a literatura possui (...) a capacidade de colocar em cena, pelo discurso, um determinado saber acerca do mundo. Não diz que sabe de algo do mundo, mas sabe de algo. Não diz que tem função, missão ou objetivo, nem que se propõe a tal e qual coisa, mas seu discurso constituinte acaba por fazer com que suas relações com o mundo se cerquem de um viés problematizante, o real ali se imiscuindo sempre como um processo em que se percebe uma preparação do imaginário (OLIVEIRA, 2012, p.98-99).

Daí os problemas de representação referidos logo no começo desta pesquisa: de que forma representar o Outro, diferente por natureza, utilizando-se do discurso literário e do historiográfico. Ora, Bernardo Carvalho consegue fazê-lo de forma

satisfatória, pois, lançando mão de acontecimentos históricos importantes para cada país das narrativas, fala sobre aquilo que é diferente não com o intuito de mostrar sua suposta exotividade, mas para tentar ver com outros olhos e, assim, conseguir compreender outros lados de uma mesma história. Se, conforme afirma o autor, “a gente só enxerga o que já está preparado para ver”, quando finalmente se enxerga algo, faz-se necessário compreendê-lo, e compreender aqui no mesmo sentido do que foi apresentado pela teórica Hannah Arendt (2014), em que

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós — sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela — qualquer que seja (ARENDR, 2014, p.12).

Referências bibliográficas:

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 827 p.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**. História e literatura. São Paulo: Editora Ática, 2011. 96 p.

CARVALHO, Bernardo. **Mongólia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 187 p.

CARVALHO, Bernardo. **O filho da mãe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 201 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Miraflores: DIFEL, 2002. 244 p.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, João Cezar (Org). **Roger Chartier**. A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2013. pp.21-53

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 305 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso. In: DALCASTAGNÈ, Regina. **Entre fronteiras e cercado de armadilhas**. Brasília: Edu Coedição FINATEC, 2005. 144 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes na sombra: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2008. pp.78-103

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Trad. Ivo Storniolo. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. 152 p.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982. 315 p.

GODET, Rita Olivieri. Estranhos estrangeiros: poética da alteridade na narrativa contemporânea brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira**, Brasília, n.29, jan./jun. 2007, pp.233-252.

HALL, Stuart. The work of Representation. In: HALL, Stuart (Org). **Representation**. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/Open University, 1997.

LIMA, Luiz Costa. **Mimesis e modernidade**. Formas das sombras. São Paulo: Graal, 2003. 295 p.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 434 p.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio.** Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. Trad. Joyce Rodrigues Ferraz. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio (Org). **Literatura e história na América Latina.** São Paulo: EdUSP, 2001. 280 p.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** O tempo narrado. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 498 p.

MONGÓLIA. In: Britannica Escola Online. **Enciclopédia Escolar Britannica**, 2015. Web, 2015. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/481942/Mongolia>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

OLIVEIRA, Paulo. Representações da guerra da Tchetchênia, em *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. **Terra roxa e outras terras — Revista de Estudos Literários**, Londrina, vol. 21, jun./out. 2011, pp.101-112. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol21/TRvol21i.pdf Acesso em: 18 dez. 2015.

OLIVEIRA, Paulo. Um lugar não mais: o Romance Brasileiro Contemporâneo nos Limites do Império (o caso Bernardo Carvalho). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, n. 21, 2012, pp.71-108. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/downloads/revistas/1415578951.pdf> Acesso em: 20 dez. 2015.

PARKER, Philip. **Guia Ilustrado Zahar: História Mundial.** Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 512 p.

ROCHA, João Cezar. **Roger Chartier.** A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2013. 291 p.

SAID, Edward. **Orientalismo.** O Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 523 p.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. **Uma literatura nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÃO PETERSBURGO. In: Britannica Escola Online. **Enciclopédia Escolar Britannica**, 2015. Web, 2015. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482429/Sao-Petersburgo>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SCHOLLHAMER, Karl. Que é literatura contemporânea? In: _____. **Ficção brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____ . **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a Crítica da Cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 2001. p.97-116

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

ZILBERMAN, Regina. Leitura e materialidade da história da literatura. In: ROCHA, João Cezar (org). **Roger Chartier**. A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2013. p.141-170